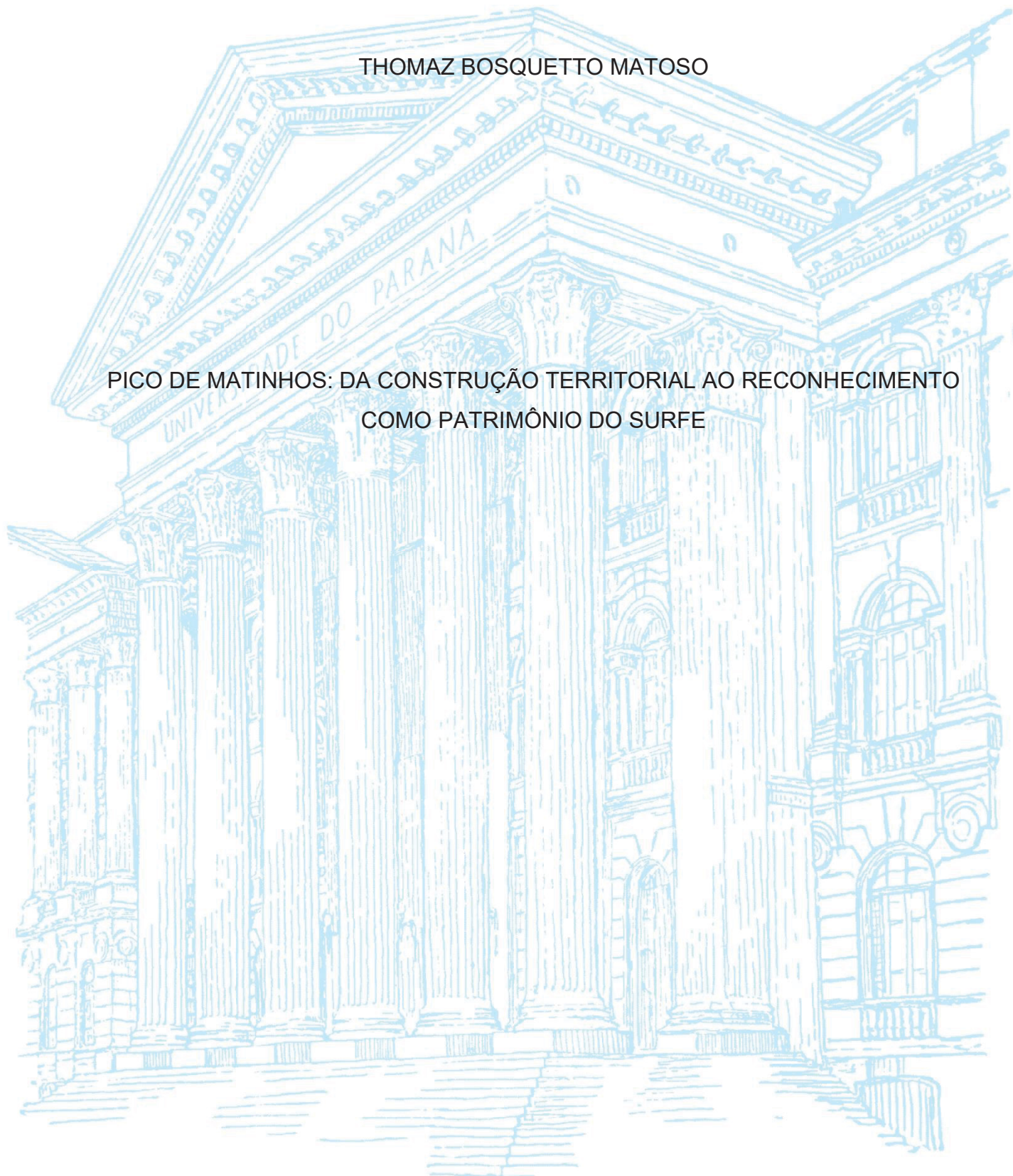


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THOMAZ BOSQUETTO MATOSO

PICO DE MATINHOS: DA CONSTRUÇÃO TERRITORIAL AO RECONHECIMENTO
COMO PATRIMÔNIO DO SURFE



MATINHOS

2025

THOMAZ BOSQUETTO MATOSO

PICO DE MATINHOS: DA CONSTRUÇÃO TERRITORIAL AO RECONHECIMENTO
COMO PATRIMÔNIO DO SURFE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Diomar Augusto de Quadros
Coorientador: Prof. Dr. Evandro Cardoso do Nascimento

MATINHOS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

M433 Matoso, Thomaz Boschetto.
Pico de Matinhos: da construção territorial ao reconhecimento como patrimônio do surfe / Thomaz Boschetto Matoso; orientador Dr. Diomar Augusto de Quadros; coorientador Dr. Evandro Cardoso do Nascimento. – 2025.
137 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável.

1. Surfe - história. 2. Patrimônio cultural. 3. Desenvolvimento territorial.
I. Quadros, Diomar Augusto de. II. Título.

CDD – 797.172



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de THOMAZ BOSQUETTO MATOSO, intitulada: PICO DE MATINHOS: DA CONSTRUÇÃO TERRITORIAL AO RECONHECIMENTO COMO PATRIMÔNIO DO SURFE, sob orientação do Prof. Dr. DIOMAR AUGUSTO DE QUADROS, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 24 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

20/05/2025 13:45:35.0

DIOMAR AUGUSTO DE QUADROS

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

09/05/2025 11:54:15.0

RENATA HERMANNY DE ALMEIDA

Avallador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO)

Assinatura Eletrônica

08/05/2025 15:37:02.0

JULIANA QUADROS

Avallador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RUA JAGUARIAÍVA, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil
CEP 83260-000 - Tel: (41) 3511-8371 - E-mail: ppgdts@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 449139
Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 449139

AGRADECIMENTOS

Agradeço à força divina que me rege e protege, aos orixás e a toda a sua falange, que firmam meu pé no terreiro e guiam meu caminho para que eu possa seguir em paz, mesmo nos momentos de guerra.

Agradeço à minha mãe, que resiste incansavelmente em seu ato materno e nunca deixou faltar nada.

Agradeço às minhas fiéis companheiras Lika e Ônix, que, no convívio diário, me ensinam o ato de cuidar e expressam, em suas personalidades, reflexos das minhas próprias, mostrando que tudo é uma questão de equilíbrio.

Agradeço ao meu Mestre Negão, ao mestre Rogério, ao mestre Pastinha e a todos os angoleiros que seguem o caminho para Angola. A capoeira alimenta minha alma e aquece meu espírito, dando-me fundamento para ser uma pessoa melhor do que fui ontem.

Agradeço também a todos os meus companheiros do jiu-jitsu, arte marcial que me ensina a manter a calma e a serenidade nos momentos de sufoco.

Agradeço aos participantes desta pesquisa — surfistas de Matinhos — que compartilharam suas vivências, abriram as portas de suas casas e confiaram em mim suas histórias, permitindo que eu buscasse caminhos que beneficiem esse território abençoado por boas ondas, que é o Pico de Matinhos.

Agradeço aos meus orientadores, Diomar e Evandro, que me guiaram nesta jornada acadêmica, acreditaram no meu potencial e apoiaram minhas ideias. Agradeço também a todos os docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial, por compartilharem perspectivas que apontam para um mundo melhor.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná, assim como a todas as pessoas que nela atuam ou atuaram. Agradeço, ainda, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro durante o processo de mestrado.

El territorio es una obra de arte: seguramente, la más elevada, la más coral que la humanidad haya sido capaz de expresar. A diferencia de la mayoría de las obras artísticas (pintura, escultura, arquitectura) o técnicas, que son producidas por las personas a través de la plasmación de materia inanimada, el territorio es producido a través de un diálogo, de una relación entre entes vivos, el ser humano mismo y la naturaleza, a lo largo de la historia. Es una obra coral, coevolutiva, que crece con el tiempo. El territorio es generado en un acto de amor (incluyendo las actitudes extremas de sumisión y dominio), al que le sigue el cuidado del crecimiento de lo que está más allá de nuestra propia individualidad.

Magnaghi, 2011.

RESUMO

A pesquisa investiga a consolidação do território de surfe do Pico de Matinhos como patrimônio territorial do município de Matinhos, Paraná, analisando os processos históricos, ambientais e socioculturais que contribuíram para sua apropriação e reconhecimento pela comunidade do surfe. O estudo adota como metodologia a abordagem territorialista italiana e o ciclo territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), permitindo compreender como a prática do surfe se insere em um contexto mais amplo de transformações territoriais impulsionadas pelo turismo e pela urbanização no litoral paranaense. Os resultados demonstram que o território de surfe do Pico de Matinhos não se limita a um espaço físico onde ocorrem as ondas, mas constitui um espaço relacional, carregado de significados e apropriado pelos surfistas ao longo do tempo. Apesar do recente reconhecimento do surfe de Matinhos como patrimônio cultural imaterial, o território de surfe permanece vulnerável a processos desterritorializantes causados pelo crescimento urbano e pela turistificação da orla. Diante dessa realidade, propõe-se a criação de uma Reserva de Surfe no Pico de Matinhos como estratégia de valorização e preservação do território. Conclui-se que o território de surfe do Pico de Matinhos representa um espaço de identidade, pertencimento e resistência, e que sua institucionalização como Reserva de Surfe pode constituir uma possível proteção para as futuras gerações e contribuir para a construção de um modelo de governança participativa e sustentável.

Palavras-chave: Patrimônio territorial; Surf breaks; Desterritorialização; Desenvolvimento Territorial; Reservas de Surfe.

ABSTRACT

The research investigates the consolidation of the surfing territory of Pico de Matinhos as territorial heritage of the municipality of Matinhos, Paraná, analyzing the historical, environmental, and sociocultural processes that contributed to its appropriation and recognition by the surfing community. The study adopts the Italian territorialist approach and the territorialization-desterritorialization-reterritorialization (TDR) cycle as methodology, allowing for an understanding of how the practice of surfing is inserted into a broader context of territorial transformations driven by tourism and urbanization on the coast of Paraná. The results demonstrate that the surfing territory of Pico de Matinhos is not limited to a physical space where the waves occur, but constitutes a relational space, full of meaning and appropriated by surfers over time. Despite the recent recognition of Matinhos surfing as intangible cultural heritage, the surfing territory remains vulnerable to desterritorializing processes caused by urban growth and the touristification of the coastline. In view of this reality, the creation of a Surfing Reserve at Pico de Matinhos is proposed as a strategy for the valorization and preservation of the territory. It is concluded that the surfing territory of Pico de Matinhos represents a space of identity, belonging, and resistance, and that its institutionalization as a Surfing Reserve may constitute a possible protection for future generations and contribute to the construction of a participatory and sustainable governance model.

Key words: Territorial heritage; Surf breaks; Desterritorialization; Territorial Development; Surf Reserves.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - <i>BEACHBOYS</i> SURFANDO EM WAIKĪKĪ NO INÍCIO DOS ANOS 1900	8
FIGURA 2 - SURFISTA MANOBRANDO SUA PRANCHA EM UMA ONDA SURFÁVEL NO PICO DE MATINHOS, PARANÁ.....	11
FIGURA 3 - ÂNGULO DE QUEBRA DA ONDA	12
FIGURA 4 - O LITORAL DO PARANÁ.....	27
FIGURA 5 - CIDADE DE MATINHOS E A SERRA DA PRATA	28
FIGURA 6 - O MUNICÍPIO DE MATINHOS	29
FIGURA 7 - OCUPAÇÃO PRÓXIMO A ORLA DE MATINHOS	30
FIGURA 8 - PICO DE MATINHOS ANTES DA OBRA DA ORLA	31
FIGURA 9 - LOCALIZAÇÃO DO SAMBAQUI DE MATINHOS.....	54
FIGURA 10 – FORMAS CERÂMICAS DA TRADIÇÃO ITARARÉ	58
FIGURA 11 – LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA.....	61
FIGURA 12 - CASA PAU-A-PIQUE DE CABOCLOS EM MATINHOS.....	66
FIGURA 13 - ARRASTO DE PRAIA EM MATINHOS	68
FIGURA 14 - PRIMEIRAS CASAS DO BALNEÁRIO DE MATINHOS	69
FIGURA 15 - BALNEÁRIO DE MATINHOS EM 1937	70
FIGURA 16 - PRIMEIRO CAMPEONATO DE SURFE EM MATINHOS EM 1977	75
FIGURA 17 – NOTICIÁRIO SOBRE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE SURF PARANAENSE.....	77
FIGURA 18 - SURFISTAS COM A PRANCHA CRESPO	79
FIGURA 19 - CAMPEONATO ABERTO DE SURF	80
FIGURA 20 - TORNEIO AEROPERU	81
FIGURA 21 - JUCA DE BARROS FALA SOBRE DROGAS	84
FIGURA 22 - GLOBO MOSTRA O SURF DO BRASIL	85
FIGURA 23 - 2ª ETAPA OCEAM 97 DE SURF.....	87
FIGURA 24 - DIAGRAMA DO CICLO TDR.....	92
FIGURA 25 - SURFISTA ENTUBANDO A ONDA NA PROXIMIDADE DA LAJE	94
FIGURA 26 - ESCULTURA DE PETERSON ROSA	97
FIGURA 27 - ESPIGÃO FINALIZADO AO LADO DO PICO DE MATINHOS.....	100

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CATEGORIAS DE VALORES ASSOCIADOS AOS SURF BREAKS..	14
QUADRO 2 - SUMARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ECOSITÊMICOS	17
QUADRO 3 - QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	0
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO DE LITERATURA	4
2.1 TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO TERRITORIAL	4
2.2 SURFE E TERRITÓRIO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA, ECOLÓGICA E PATRIMONIAL	5
2.2.1 <i>He'e nalu</i> , a origem do surfe	7
2.2.2 <i>Surf breaks</i> , um recurso natural	10
2.2.3 Os valores dos <i>surf breaks</i>	13
2.2.4 Ecossistemas de surfe	16
2.2.5 Territórios de surfe	18
2.2.6 Territórios de surfe como patrimônio	22
3 METODOLOGIA	25
3.1 CLASSIFICAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA	25
3.2 ÁREA DE ESTUDO	25
3.3 MÉTODOS DE REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO, REVELANDO O PATRIMÔNIO TERRITORIAL	32
3.4 PERCURSO METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	34
3.4.1 A observação participante e as entrevistas	43
3.4.2 Revisão bibliográfica e pesquisa documental	45
3.4.3 A metodologia analítica do Ciclo TDR	46
3.4.4 Triangulação dos Dados	47
3.5 ASPECTOS ÉTICOS	47
4 CICLO TDR, A NARRATIVA HISTÓRICA-ESTRUTURAL	49
4.1 O PERÍODO PRÉ-CERÂMICO, A CONSTRUÇÃO DOS SAMBAQUIS	49
4.2 O PERÍODO CERÂMICO, OS INDÍGENAS	56
4.3 AS OCUPAÇÕES NO PERÍODO COLONIAL	62
4.4 OS CABOCLOS	64
4.5 OS BALNEÁRIOS DE MATINHOS E CAIOBÁ, OS PRIMEIROS BANHISTAS ..	68
4.6 O SURFE EM MATINHOS, QUASE 60 DÉCADAS DE HISTÓRIA	72
4.7 REPRESENTAÇÃO SINTÉTICA DAS FASES DE TERRITORIALIZAÇÃO	90

5 PICO DE MATINHOS, TRANSFORMAÇÕES E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO	93
5.1 PICO DE MATINHOS, UMA RESERVA DE SURFE	102
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS.....	113

1 INTRODUÇÃO

Os territórios de surfe são ambientes únicos, com importância ecossistêmica, histórica e cultural não apenas para surfistas, mas também para toda comunidade costeira. A partir da inter-relação entre surfistas e espaços onde ocorre a prática do surfe, emanam complexas dinâmicas sociais, culturais, ambientais, econômicas, políticas e até mesmo espirituais, constituindo um território (Ingersoll, 2016; Lazarow; Miller; Blackwell, 2008; Martin; Assenov, 2014).

Estes espaços são mais do que meros locais naturais para surfe; são áreas apropriadas por surfistas onde as dinâmicas das ondas, o vento, as marés e os movimentos dos grãos de areia interagem com a sociedade, criando uma coevolução significativa entre sociedade e natureza. Essa inter-relação complexa e contínua entre o ambiente natural e os surfistas confere a este território uma diversidade de relações e uma complexidade própria, resultado de múltiplas camadas históricas, sociais e ecológicas em constante transformação.

Construídos a partir da coevolução entre a sociedade e a natureza, esses territórios estão passando por significativas transformações devido aos processos de desenvolvimento das áreas costeiras; expressos em padrões distintos de ocupação e desenvolvimento, moldados pelas tendências globais de crescimento e urbanização. Nas últimas décadas, o avanço das atividades urbanas, turísticas e imobiliárias, assim como a intensificação do uso recreativo e econômico das zonas costeiras, cresceram exponencialmente, impondo diversas pressões socioeconômicas e ambientais (Martin; Ottaviano, 2001; Neumann *et al.*, 2015), afetando também os territórios de surfe.

A interseção entre os processos de crescimento homogeneizante e os territórios de surfe evidencia como esses ambientes são transformados. A demanda crescente por engenharia costeira — visando conter o avanço do mar sobre centros urbanos e controlar a erosão — influencia a dinâmica natural dos territórios de surfe, afetando a qualidade das ondas de maneiras positivas e negativas (Scarfe *et al.*, 2009). As mudanças na qualidade das ondas podem provocar alterações nas dinâmicas sociais, como o deslocamento de surfistas em busca de melhores condições de ondas para a prática do surfe (Corne, 2009).

Além disso, o crescimento do turismo, incluindo o turismo de surfe, está transformando e descaracterizando comunidades costeiras e suas culturas locais

(Buckley, 2010). Juntamente com a poluição dos oceanos, esses processos ilustram a vulnerabilidade dos territórios de surfe ao crescimento econômico, revelando múltiplas camadas de influência (Larson; Usher; Chapmon, 2018).

O território de surfe do Pico de Matinhos, com suas ondas de renome nacional, berço de surfistas destacados, enfrenta pressões decorrentes do desenvolvimento costeiro. Foi um dos primeiros territórios de surfe a se consolidar no estado do Paraná, tendo um papel vital no desenvolvimento do surfe no estado. Diversos surfistas renomados nacional e internacionalmente são fruto da cultura do surfe que se desenvolveu neste território, caracterizado por “ondas perfeitas”.

Marcado por sua vocação balneário-turística, Matinhos reflete o modelo econômico dominante do litoral paranaense, uma região rica em sociobiodiversidade, mas constantemente ameaçada por grandes interesses econômicos (Onofre, 2021; Pierri *et al.*, 2014). Diversas obras de contenção e mitigação foram executadas ao longo do tempo para enfrentar os recorrentes problemas de erosão costeira, resultantes de um processo de ocupação do solo e da urbanização consolidada junto à linha de costa.

A intervenção mais recente que ameaça à integridade do território de surfe de Matinhos foi o projeto de recuperação da orla do município. A obra incluiu a engorda da praia, a construção de *headlands*, de espigões e de canais de macrodrenagem, além de reformulação paisagística da orla. Essa recuperação foi conduzida com um viés político voltado à promoção do turismo como estratégia central de desenvolvimento econômico do município, sem considerar adequadamente os impactos sobre o território de surfe, sua relevância para a cultura e a comunidade local, e sua importância histórica para o surfe no estado.

Compreender a lógica que fundamenta os processos de desenvolvimento econômico é crucial para encontrar maneiras de superar a descaracterização dos territórios. Segundo Magnaghi (2011), os territórios frequentemente são reduzidos a meros suportes técnicos para atividades econômicas, negligenciando a natureza e apagando suas identidades e complexidades. Esse processo de desterritorialização, destrutivo e descaracterizador, elimina as relações históricas construídas.

Magnaghi (2011) explora como interromper os processos de desterritorialização e propõe alternativas de territorialização. Em resposta às ameaças do desenvolvimento que transforma territórios em meros suportes, o autor propõe pensar o território como patrimônio, a partir da noção de patrimônio territorial. Esse

conceito abrange um conjunto dinâmico de sedimentos cognitivos e materiais que refletem a identidade e evolução histórica de um lugar, promovendo um desenvolvimento sustentável ao reconhecer, valorizar e conservar suas características únicas.

Portanto, esta pesquisa questiona: De que maneira o Pico de Matinhos, como território de surfe, consolida-se como patrimônio territorial do município de Matinhos? A investigação busca identificar o Pico de Matinhos como patrimônio territorial, visando abrir novas compreensões para suas práticas de uso, conservação e reconhecimento de sua identidade e práticas territoriais. Os resultados poderão subsidiar a gestão política e social local, servindo como referência para outros casos semelhantes ao redor do mundo.

Assim, estabelece-se como objetivo geral: analisar os processos históricos e estruturais que, ao longo dos ciclos territorializantes de Matinhos, contribuíram para a construção e consolidação do Pico de Matinhos, como território de surfe, como parte integrante do patrimônio territorial do município. Para alcançar o objetivo geral, três objetivos específicos foram estipulados: 1. Descrever historicamente os processos de territorialização na região em que se situa o Pico de Matinhos; 2. Analisar a construção e a evolução do território de surfe do Pico de Matinhos, considerando os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização; 3. Propor estratégia para a valorização do Pico de Matinhos como patrimônio territorial que destaque sua importância ambiental/ecológica, social/cultural, histórica e identitária para o município e para o surfe.

A pesquisa está ancorada teórico-metodologicamente na perspectiva da Escola Territorialista Italiana, através do método “representação identitária” (Magnaghi, 2005). Trata-se de uma descrição do patrimônio territorial, ou seja, uma síntese da análise histórica dos processos de territorialização, a partir do ciclo TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização). Neste processo, é possível observar as transformações, evidenciando elementos conservados ao longo da história e constituem a identidade dos lugares, compondo o patrimônio territorial (Magnaghi, 2001).

Para trazer à tona a narrativa histórica deste território foram adotadas algumas técnicas de pesquisa qualitativa como a observação participante, entrevista, pesquisa documental e revisão bibliográfica. A apresentação da pesquisa está dividida da seguinte maneira: 1 – Introdução: Apresentação do tema de pesquisa, a problemática,

justificativas, objetivos, metodologia e estrutura do documento; 2 – Fundamentação Teórica e Revisão da literatura: revisão do tema abordado e suas perspectivas, apresentação das abordagens teóricas-metodológicas adotadas; 3 – Metodologia: apresentação das estratégias metodológicas e caminhos da pesquisa; 4 – Resultados e discussões: apresentação dos resultados e proposta de valorização do território de surfe; 5 – Conclusões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E REVISÃO DE LITERATURA

2.1 TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO TERRITORIAL

A noção de patrimônio territorial é uma coevolução das ideias de território e de patrimônio. Território, segundo Magnaghi (2001, p. 6), é compreendido como um “produto histórico de atos culturais humanos em uma relação dialética e coevolutiva com o ambiente natural”. Este conceito se distingue de "espaço", que é anterior ao território e se torna território à medida que a sociedade dele se apropria, estabelecendo relações de poder e o transformando em uma entidade viva, complexa e dotada de identidade e história (Magnaghi, 2005; Raffestin, 1993; Saquet, 2015).

A produção do território, fruto dessa coevolução, resulta num sistema vivo, onde interações entre o ambiente físico, construído e antrópico ao longo dos ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (ciclo TDR) constituem o patrimônio territorial (Magnaghi, 2001). Durante esses processos, as transformações históricas depositam sedimentos materiais e cognitivos — como morfologias, paisagens, conhecimentos e identidades culturais — que persistem ao longo do tempo, contribuindo para a conservação e a reprodução das identidades territoriais (Magnaghi, 2005, 2011; Poli, 2015).

Na análise de Magnaghi (2005), a representação identitária do território é proposta como uma abordagem eficaz para valorizar os recursos territoriais. O patrimônio territorial, segundo essa visão, é um sistema de relações entre as qualidades específicas do ambiente físico, do ambiente construído e do ambiente antrópico. Essa representação não é apenas uma cartografia tradicional, mas uma síntese interpretativa que integra aspectos ambientais, territorial-paisagísticos e socioeconômicos para revelar a identidade territorial de longa duração.

A descrição do patrimônio territorial é uma síntese da análise histórica dos processos de territorialização, processo durante o qual são produzidos e depositados os sedimentos cognitivos e materiais. Os sedimentos cognitivos podem se referir ao conhecimento ambiental (apropriação e uso dos recursos ambientais), às permanências linguísticas, culturais e sociais, por exemplo. Já os sedimentos materiais, referem-se aos elementos que denotam um território e uma paisagem, como, por exemplo, estruturas físicas - prédios, pontes, ou infraestrutura de transporte, entre outras (Magnaghi, 2005).

A perspectiva do patrimônio territorial também se desenvolve a partir da evolução do conceito de patrimônio na cultura ocidental. Inicialmente vinculada aos monumentos históricos, a noção de patrimônio expandiu-se para incluir conjuntos urbanos e, posteriormente, paisagens e ambientes naturais (Choay, 2017; Nascimento; Denardin; Quadros, 2024). Este desenvolvimento levou à superação da dicotomia entre natureza e cultura, integrando o conceito de paisagem e reconhecendo que todo o patrimônio se configura em relação com o meio e a cultura (Pelegri, 2006).

Assim, o patrimônio territorial se constitui como um palimpsesto, uma metáfora que ilustra os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização ao longo do tempo (Ortega Valcárcel, 1998; Poli, 2015). Cada ciclo reorganiza e transforma o território, acumulando sabedoria ambiental e identidades culturais que resistem ao tempo e moldam a identidade territorial (Magnaghi, 2011). A globalização e a racionalidade econômica, no entanto, ameaçam esses territórios, impondo processos de desterritorialização que podem resultar na perda de integridade patrimonial (Poli, 2015).

O conceito de patrimônio territorial é crucial para projetos de desenvolvimento local que valorizam o território em todas as suas dimensões — ambientais, territorial-paisagísticas e socioeconômicas. A investigação dos processos de territorialização por meio do ciclo TDR permite identificar as invariantes estruturais, elementos fundamentais que preservam a identidade de um sistema, garantindo sua estabilidade e adaptação, e que orientam estratégias eficazes de preservação e desenvolvimento sustentável (Magnaghi, 2011).

2.2 SURFE E TERRITÓRIO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA, ECOLÓGICA E PATRIMONIAL

O surfe tem sua origem na história pré-colonial do Havaí e das ilhas do Pacífico. A prática *he'e nalu*¹, naquele tempo, era uma atividade social, política e espiritual repleta de tradições e rituais incorporadas ao cotidiano das ilhas do Pacífico. No entanto, a colonização das ilhas praticamente extinguiu a arte de deslizar sobre as

¹ Em havaiano significa "surfar".

ondas. Apesar disso, o surfe resistiu às intempéries e renasceu no início do século XX, com um novo viés, transformando-se em um atrativo turístico fantasioso (Doering, 2018; Ingersoll, 2016), até se tornar um esporte olímpico no ano de 2020, em Tóquio.

O surfe se tornou um dos esportes mais praticados do mundo, estimando-se que haja 35 milhões de surfistas ao redor do mundo (Pinto, 2024). O mercado global de surfe é estimado em US\$ 4,2 bilhões em 2023 e deve atingir US\$ 5,5 bilhões até 2030. Para a *Research and Markets* (2024) este crescimento se dá, principalmente, pela crescente popularidade deste esporte associado a expansão do turismo de surfe.

A incorporação do surfe na literatura científica, especialmente no que concerne ao gerenciamento costeiro, vem gradativamente ganhando atenção devido à importância dos territórios de surfe para as comunidades (Lazarow; Miller; Blackwell, 2008; Scarfe; Healy; Rennie, 2009). Diversas razões contribuíram para a expansão da literatura sobre o surfe, seja pelo simples interesse em compreender os ambientes de surfe, seja pela necessidade de proteger um espaço de surfe local ou seja pelo gerenciamento de problemas sociais conectados a esses espaços (Scarfe; Healy; Rennie, 2009).

O surfe é uma atividade humana sustentada pelo ambiente costeiro-marinho. Depende de capital ou recursos naturais, como a quebra das ondas, e de características ambientais que proporcionam essa quebra, como a morfologia do fundo marinho (Román *et al.*, 2022). Por esses e outros motivos, os territórios de surfe são frequentemente abordados a partir de perspectivas que os reduzem a um caráter unicamente ambiental ou os tratam como recursos para a sociedade.

Dois conceitos-chave são utilizados para discutir os territórios de surfe: "*surf breaks*" e "ecossistemas de surfe", ambos ancorados em perspectivas antropocêntricas. O termo "*surf break*" baseia-se em paradigmas que enquadram os recursos naturais exclusivamente em termos de sua utilidade para os humanos (Manero; Mach, 2023). Embora os "ecossistemas de surfe" ofereçam uma visão mais abrangente, reconhecendo não apenas os recursos naturais, mas também os aspectos sociais, culturais e ecológicos, eles ainda estão submetidos à perspectiva de serviços ecossistêmicos, que promovem a visão de que os territórios de surfe servem principalmente para beneficiar a sociedade (Manero; Mach, 2023; Schröter *et al.*, 2014).

A perspectiva dos territórios de surfe emerge ao se explorar as concepções de *surf breaks* e ecossistemas de surfe, transcendendo essas definições. Esses locais

não se limitam a ambientes que proporcionam a quebra da onda (*surf break*) e oferecem diversos serviços ecossistêmicos às comunidades costeiras (ecossistema de surfe). Eles podem ser compreendidos como territórios de surfe, espaços construídos ao longo da história, resultado da interação entre sociedade e natureza, onde evoluem diversos aspectos que compõem um território.

As seções seguintes exploram a origem do surfe e abordam os conceitos de *surf breaks* e ecossistemas de surfe. São discutidos também os valores que os *surf breaks*, enquanto recursos naturais, oferecem à sociedade. Além disso, é apresentada a perspectiva dos ecossistemas de surfe como um serviço ecossistêmico. A concepção de território e patrimônio territorial abordada neste estudo é detalhada para, finalmente, introduzir uma perspectiva mais aprofundada sobre os territórios de surfe.

2.2.1 *He'e nalu*, a origem do surfe

Na língua havaiana surfar é entendido como *he'e nalu* (*he'e*: deslizar; *nalu*: a onda). Esta prática milenar tem suas raízes profundas nas ilhas do Pacífico, principalmente no Havaí. Duke Kahanamoku, considerado o pai do surfe moderno, relatou que:

Nos tempos antigos, os polinésios atribuíram grande importância espiritual ao surfe. As etapas envolvidas na seleção de uma árvore adequada, derrubá-la, preparar a madeira, tratá-la e, finalmente, lançá-la como uma prancha de surfe acabada, somavam-se a um processo repleto de trabalho, complexidades e cerimônias. (Kahanamoku; Brennan, 1968 apud Nendel, 2009, p. 2433, tradução do autor).

He'e nalu é uma forma de conhecer e estar no mundo, a partir das relações com o oceano. Este conhecimento vem resistindo aos processos culturais de colonização no Havaí, desde os meados do século XIX. No final deste século, a colonização ocidental introduziu a ilha uma combinação de doenças e moralidade cristã que quase eliminou o *he'e nalu*. O surfe “renasceu” no início do século XX, quando os interesses comerciais americanos se instalaram nas ilhas do Pacífico (Doering, 2018; Ingersoll, 2016). Neste processo, o turismo de surfe tornou-se um dos

principais vetores de desenvolvimento econômico, refletindo a ampla influência do projeto de colonização política e econômica sobre o Havaí (Ingersoll, 2016).

Com a anexação do Havaí pelos Estados Unidos, o *he'e nalu* tornou-se uma commodity. A necessidade dos americanos de atrair novos cidadãos para a ilha levou à apresentação do local como uma visão romantizada—uma ilha tropical idealizada, valiosa e desejável. Desta forma, “o *he'e nalu* se transformou em surfe e se tornou uma ferramenta para o desenvolvimento do turismo” (Doering, 2018, p. 3, tradução do autor).

Duke Kahanamoku, um dos mais famosos *beachboys* de Waikiki, desempenhou um papel central na popularização do surfe nas décadas de 1920 e 1930. Os *beachboys* (Figura 1) eram conhecidos por ensinar turistas a surfar, remar em canoas havaianas e guiá-los em diversas atividades aquáticas (Nendel, 2009). No entanto, mesmo como *beachboy*, Duke não atendia apenas aos desejos dos turistas; ele manteve seus valores *Kanaka* (nativo havaiano), permanecendo conectado ao *ke kai* (o mar), mesmo durante um período em que o capitalismo global começava a transformar drasticamente a ilha (Ingersoll, 2016).

FIGURA 1 - BEACHBOYS SURFANDO EM WAIKĪKĪ NO INÍCIO DOS ANOS 1900



FONTE: Reproduzido de Bishop Museum, em Walker (2008).

Durante este período, a tradição do *he'e nalu* foi preservada, ao mesmo tempo em que emergiu um novo modo de turismo de surfe (Doering, 2018). Embora estivessem envolvidos nos negócios turísticos, os *beachboys* desafiaram a hegemonia colonial ao controlar o domínio aquático, transformando a zona de ondas em um espaço de autonomia, resistência e sobrevivência *Kanaka*. Em 1911, eles se organizaram para criar o *Hui Nalu Surf Club*, com a intenção de preservar o *he'e nalu* dos *haoles* (estrangeiros), que em 1908 haviam criado um clube de surfe exclusivo para brancos, ostentando supremacia sobre os *Kanaka* nos territórios de surfe (Walker, 2008).

O surfe saiu do Havaí e chegou aos Estados Unidos em 1907. George Freeth, havaiano de ascendência irlandesa, introduziu o surfe na Califórnia, em Redondo Beach, com a ajuda de Henry Huntington, um magnata das ferrovias, que tinha a intenção de promover uma nova cultura de praia e encorajar o desenvolvimento imobiliário na costa da Califórnia (Doering, 2018; Nendel, 2009). Duke Kahanamoku também foi responsável por introduzir o *he'e nalu* fora do Havaí. Ele ganhou uma medalha de ouro na natação nas Olimpíadas de Estocolmo em 1912, o que lhe deu grande credibilidade. Além disso, Duke popularizou o surfe na Austrália em 1914, fazendo demonstrações de surfe em Freshwater Beach, em Sydney (Arney, 2024).

O avanço tecnológico também contribuiu para a popularização do surfe, promovendo novas maneiras de produzir pranchas e tornando o esporte mais acessível. Na década de 1950, as pranchas se tornaram mais leves e fáceis de transportar com o início da utilização do poliestireno, um tipo de plástico de baixa densidade e rígido (Doering, 2018). Assim, as pranchas de surfe evoluíram de longas e pesadas estruturas de madeira para modelos modernos mais manobráveis.

Ainda na década de 1950, o surfe se tornou *mainstream* através das telas do cinema. O filme "*Gidget*" (1959) foi um marco da cultura popular americana, influenciando a popularização do surfe. Ele idealizou adolescentes brancos de classe média em uma vida despreocupada e ensolarada na praia, transformando o surfe em um estilo de vida ideal e desejável. Após o filme, o surfe virou uma febre e foi rapidamente adotado pela mídia de massa, criando uma onda de *surf music* e mais filmes (Ingersoll, 2016).

Com a crescente popularização do surfe enquanto esporte, as praias começaram a se tornar superlotadas, surgindo um novo ideal de surfe: a procura da onda perfeita. Outro filme, "*The Endless Summer*" (1964), sobre dois surfistas viajando

pelo mundo em busca das melhores ondas, incorporou a ideia de viagens de surfe no discurso dominante. Isso acarretou na expansão do esporte para locais ainda intocados e, até o final da década de 1970, uma indústria global e um turismo de surfe foram estabelecidos (Doering, 2018).

Em 1970, na Austrália, surgiu uma nova cultura de surfe, caracterizada pela crescente profissionalização e expansão comercial. Grandes corporações do setor começaram a organizar campeonatos de grande porte, enquanto marcas australianas de destaque, como *Quicksilver*, *Billabong* e *Rip Curl*, passaram a patrocinar não apenas as competições, mas também surfistas profissionais, incluindo os competidores e os *free surfers* — surfistas que, em vez de competir, viajam para locais exóticos para surfar em vídeos patrocinados (Doering, 2018).

O estabelecimento do surfe como esporte e o desenvolvimento do surfe como indústria e comércio transformaram a prática *he'e nalu*, outrora milenar. Num contexto de globalização, a cultura do surfe, o turismo de surfe e a economia desenvolvida em torno dessa prática ultrapassaram os oceanos, alcançando diversas praias e ondas isoladas ao redor do mundo. Atualmente, a indústria do surfe e as corporações transnacionais mobilizam bilhões de dólares. Para Doering (2018, p. 4, tradução do autor), “o surfe de hoje se tornou totalmente incorporado ao regime do capitalismo de consumo”.

2.2.2 *Surf breaks*, um recurso natural

Surfistas estão à procura de ondas a todo instante, porém, nem todas as ondas são passíveis de serem surfadas. Uma onda surfável (Figura 2) é uma onda que pode ser capturada e surfada por um surfista. Para uma onda ser surfável (a *surfable wave*) ela deve possuir um ponto de quebra que se desloca ao longo de sua crista não quebrada, impulsionando o surfista lateralmente ao longo da crista da onda (New Zealand Government, 2010).

Estas ondas podem ser geradas por sistemas meteorológicos a milhares de quilômetros do local onde a prática do surfe ocorre. Fortes ventos sopram sobre a superfície do oceano por um determinado tempo, resultando em um mar caótico com ondas desorganizadas. Estas ondas se organizam e se agrupam, transformando-se

em ondulações que caminham ao longo de vários dias até chegarem à costa, sendo referidas coletivamente como “*swell*” (Reineman, 2016).

FIGURA 2 - SURFISTA MANOBRANDO SUA PRANCHA EM UMA ONDA SURFÁVEL NO PICO DE MATINHOS, PARANÁ



FONTE: Bazanella (2017).

O caminho por onde as ondas de *swell* percorrem, até chegar no local onde se tornam surfáveis, é denominado de “corredor de *swell*” (*swell corridor*). Somente quando estas ondas alcançam águas rasas e encontram certas feições, como bancos de areias, recifes de corais ou formações rochosas, as ondas quebram e são surfadas (Butt; Russel; Grigg, 2004).

Com isso, as ondas surfáveis se formam em complexos ambientes conhecidos como *surf breaks*. Nestes ambientes, aspectos hidrodinâmicos do oceano (ondulação, correntes e nível de água) combinam-se com a morfologia do leito marinho e os ventos para originar uma onda que pode ser surfada pelos surfistas. O *surf break* inclui também o corredor de *swell* (por onde a ondulação viaja) e a morfologia do leito marinho desse corredor de ondas (New Zealand Government, 2010).

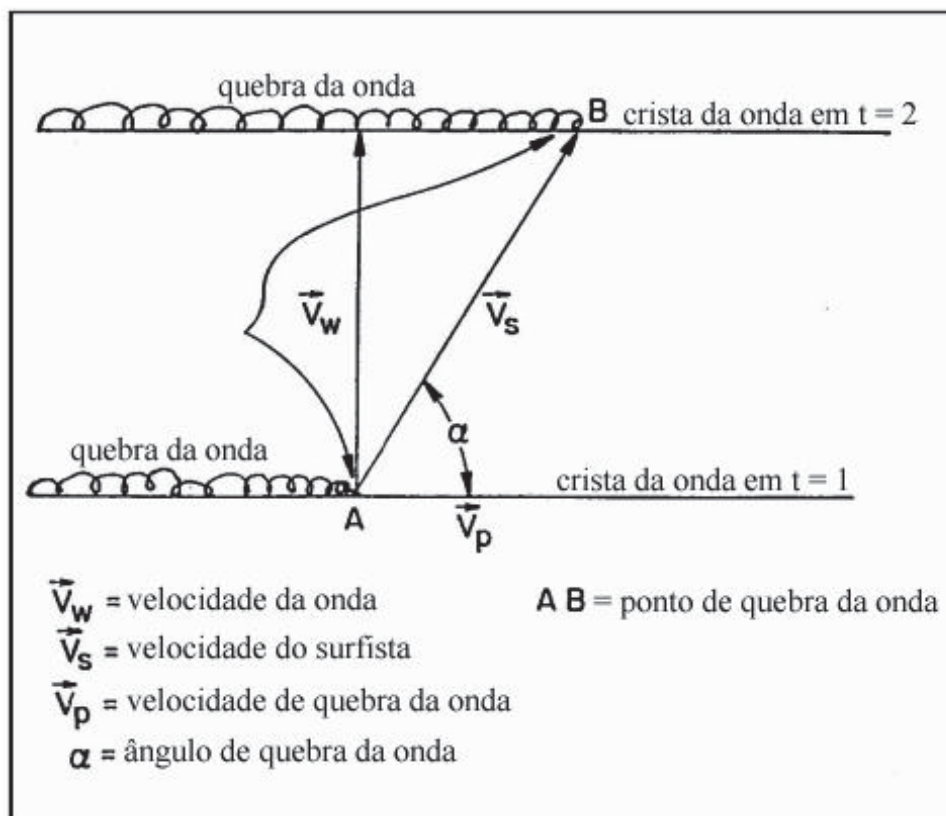
Estes ambientes se demonstram limitados uma vez que nem toda a extensão das zonas costeiras estão propícias para o surfe. Por exemplo, na Nova Zelândia, estima-se que dos 18.200 km de litoral, há em média, um *surf break* a cada ~40km.

Ainda, para que haja boas condições para a prática do esporte, é necessário que parâmetros como altura, período e direção das ondas estejam em combinação com direções específicas de ventos e altura da maré (Scarfe, 2008).

Existe um corpo de literatura científica específica sobre as parâmetros físicos que compreendem os *surf breaks* (Scarfe *et al.*, 2003). Estes estudos demonstram alguns aspectos como a variedade de *surf breaks* e as diversas maneiras como as ondas quebram. Porém, sabe-se que é o formato do leito marinho que influencia majoritariamente a forma como a onda quebra e, portanto, a qualidade de um *surf break* (Mead *et al.*, 2015).

As características oceanográficas e batimétricas que compõem um *surf break* específico implicam nos parâmetros que descrevem as ondas surfáveis. Altura de quebra da onda (*breaking wave height*); ângulo de quebra da onda (*wave peel angle* – Figura 3); intensidade de quebra da onda (*wave breaking intensity*) e comprimento da seção da onda (*wave section length*) são os quatro principais parâmetros que são utilizados para caracterizar uma onda (Scarfe, 2008).

FIGURA 3 - ÂNGULO DE QUEBRA DA ONDA



FONTE: Adaptada de Hearin (2012, p. 14) e Hutt, Black e Mead (2001, p. 67).

Do mesmo modo que as características do *surf break* estão relacionadas aos parâmetros das ondas surfáveis, é possível traçar relações entre as ondas surfáveis e os surfistas (Scarfe, 2008). O grau de dificuldade (ou surfabilidade) de uma onda pode ser definida com uma função entre a altura da onda e seu ângulo de quebra. Portanto, cada tipo específico de onda exige um nível compatível de experiência do surfista (Hutt; Black; Mead, 2001; Scarfe *et al.*, 2003).

Os surfistas não surfam somente pela emoção de deslizar sobre a onda, pois uma vasta gama de valores está associada a esta atividade. A experiência de surfar, combinada com o ambiente e os processos físicos, denotam o *surf break* como um recurso natural (*a surfing resource*) (Atkin *et al.*, 2019).

2.2.3 Os valores dos *surf breaks*

Estes ambientes únicos e complexos proporcionam, não só para as pessoas que surfam, mas para a comunidade costeira como um todo, uma diversidade de benefícios. Apesar dos benefícios, há também impactos negativos provindos da atividade do surf, como conflitos entre usuários e distintas culturas (Román *et al.*, 2022), que serão explorados mais adiante.

Algumas literaturas, a partir de diferentes categorizações e perspectivas, apresentam e discutem estes valores e como estes estão associados aos *surf breaks* (Lazarow, 2007; Lazarow; Miller; Blackwell, 2008; Manero; Mach, 2023; Orchard, 2017; Peryman, P.; Orchard, 2013; Román *et al.*, 2022; Skellern *et al.*, 2013). O Quadro 1 apresenta as categorias de valores associados aos *surf breaks* desenvolvidas por Peryman e Orchard ^(2013a), a partir da perspectiva das comunidades costeiras de Gisborne (Peryman, 2011) e Bay of Plenty (Peryman, 2011).

QUADRO 1 - CATEGORIAS DE VALORES ASSOCIADOS AOS SURF BREAKS

Tema	Categorias de valores	Aspectos de contribuição
Social	Benefícios de saúde física e mental	<i>Surf breaks</i> são anfitriões de muitos grupos de usuários que participam de diversas formas de recreação com qualidades positivas para a saúde física e mental de pessoas de todas as idades e estilos de vida.
	Valores educacionais	<i>Surf breaks</i> são locais para aprender habilidades, incentivando jovens ou surfistas iniciantes a participar, realizar competições e socializar em um ambiente de apoio.
	Possibilidade de interações sociais	<i>Surf breaks</i> promovem uma ampla variedade de interações que contribuem para o tecido social que se estende para além das comunidades mais amplas.
	Valores de estilo de vida	<i>Surf breaks</i> contribuem para estilos de vida saudáveis, voltados para a família e baseados na comunidade.
	Valores espirituais	<i>Surf breaks</i> são uma fonte de energia espiritual e um local para exercitar a espiritualidade, algo importante para a saúde individual e o bem-estar da comunidade.
	Valores de experiência e comodidade	<i>Surf breaks</i> contribuem para os valores cênicos e de naturalidade que são importantes para os usuários de lazer, espectadores, comunidade costeira e visitantes; <i>Surf breaks</i> contribuem para as expressões visuais e orais do lugar - interconectadas aos valores mais amplos da paisagem e do ambiente marítimo; <i>Surf breaks</i> contribuem para a natureza e memorabilidade das experiências no ambiente costeiro; Paisagens naturais e marítimas preservadas e não desenvolvidas contribuem para as oportunidades de experiências em ambientes naturais; A acessibilidade e instalações podem contribuir para a comodidade nos <i>surf breaks</i> , embora nem sempre sejam desejáveis.
Cultural	Uso cultural e apreciação	O acesso, uso e apreciação dos <i>surf breaks</i> são aspectos importantes da ligação entre a cultura costeira e os ambientes dos <i>surf breaks</i> .
	Lugares de significância cultural	Muitos <i>surf breaks</i> estão associados a importantes associações culturais ou de herança, e alguns são considerados "tesouros sagrados".
Econômico	Atividades comerciais e efeitos econômicos associados aos <i>surf breaks</i>	O turismo de surf e as atividades da indústria do surf são importantes para as economias locais, regionais e nacionais; O surfe é extensivamente utilizado em atividades de marketing e promoção, contribuindo para a marca de muitos produtos comerciais, bem como destinos de visitantes e estilos de vida; A contribuição do surfe para estilos de vida saudáveis possui benefícios físicos e mentais que contribuem para considerações econômicas.
Ambiental	Características naturais e sistemas de suporte à vida	Uma variedade de aspectos físicos tanto do ambiente terrestre quanto aquático contribuem para a existência, caráter e singularidade dos <i>surf breaks</i> ; A ecologia e a saúde ecológica dos <i>surf breaks</i> , áreas adjacentes e bacias hidrográficas a montante podem influenciar o uso e o desfrute; <i>Surf breaks</i> possuem valor educacional ambiental como locais para experimentar aspectos do ambiente costeiro.

FONTE: Orchard et al. (2019, p. 26), adaptado de Atkin et al. (2019). Tradução do autor.

Estes locais apresentam uma diversidade de valores sociais para as comunidades, proporcionam sensações de bem-estar e estilo de vida saudável. Geralmente, pessoas que vivem próximas a costa são mais saudáveis e mais felizes comparadas as que vivem distante do mar (White *et al.*, 2016). Grupos vulneráveis de pessoas podem se beneficiar psicologicamente a partir da prática do surfe (Britton; Foley, 2021) como, por exemplo, veteranos de guerra pós-traumáticos (Caddick; Smith; Phoenix, 2015), crianças com deficiências (Armitano *et al.*, 2015; Clapham *et al.*, 2014) e autismo (Stuhl; Porter, 2015), e crianças e adolescentes em vulnerabilidade social e falta de confiança (Hignett *et al.*, 2018; Matos *et al.*, 2017).

Outros benefícios sociais podem também ser percebidos a partir de comunidades que se beneficiam do turismo de surfe (Earhart, 2015; Mach; Ponting, 2021). Habitantes das Ilhas Mentawai (um dos locais mais explorados pelo turismo de surfe) comentam sobre melhorias no seu dia a dia devido ao turismo, como maiores oportunidades de emprego e a capacidade de aprender inglês (Towner; Davies, 2019). Questões de gênero também são beneficiadas pelo contato com os espaços marinhos, vinculados a prática do surfe, onde mulheres se emponderam frente aos contextos patriarcais (Britton, 2015; Burtscher; Britton, 2022).

A prática do surfe, assim como os espaços onde ocorre, possuem intrínseca relação cultural e ancestral em diversas localidades (Wheaton *et al.*, 2021). Por exemplo, os Kaihekegaru (Māori indígenas de Aoteroa, Nova Zelândia) manifestam sentimento de pertencimento ao local onde surfam as ondas, que compõe sentidos espirituais, afetivos, familiares, físicos e cognitivos (Aramoana Waiti; Awatere, 2019). Em uma comunidade de Cornwall (sudoeste da Inglaterra), a presença de surfistas (e suas relações com o *surf break*) expressam um forte sentimento de comunidade entre surfistas e não-surfistas (Beaumont; Brown, 2018).

Uma estimativa avalia que os gastos internacionais com turismo de surfe estão entre 31,5 e 64,9 bilhões de dólares por ano (Mach; Ponting, 2021). Essa economia reflete em benefícios para comunidades em âmbito local e também regional (Bosquetti; de Souza, 2019; Lazarow, 2007; Lazarow; Miller; Blackwell, 2007; Lopes; Bicudo, 2017). Além disso, um estudo de análise global verificou fortes associações entre *surf breaks* com ondas de alta qualidade com o rápido crescimento econômico. Em outras palavras, a atividade econômica cresce mais rapidamente perto de bons locais para a prática do surfe (Mcgregor; Wills, 2017).

Os *surf breaks* oferecem benefícios significativos ao ambiente marinho-costeiro, desempenhando um papel fundamental na conservação e gestão destes recursos. Muitos dos *surf breaks* estão situados em áreas de rica biodiversidade, ressaltando a importância de protegê-los (Reineman *et al.*, 2021; Shuman; Hodgson, 2009). Proteger estes valiosos recursos naturais é também proteger os inúmeros benefícios que esses ambientes fornecem para a sociedade. Assim, os surfistas desempenham um papel importante na conservação, pois possuem um profundo conhecimento que pode contribuir com a gestão e compreensão destes locais (Campbell; Orchard, 2023; Matoso, 2022; Matoso; Moura; Serafini, 2024; Reineman; Thomas; Caldwell, 2017; Reineman, 2016).

2.2.4 Ecossistemas de surfe

Os *surf breaks*, interpretados como recursos naturais (*surfing resource*), desempenham um papel fundamental ao proporcionar uma ampla gama de serviços ecossistêmicos para as comunidades costeiras. Os serviços ecossistêmicos referem-se aos valores que um determinado recurso natural oferece, direta ou indiretamente, aos seres humanos (Costanza *et al.*, 1997). Embora a noção de “recurso natural” sugira uma compreensão antropocêntrica (Bateman; Mace, 2020), novas perspectivas estão emergindo ao considerar os *surf breaks* sob uma ótica ecossistêmica, introduzindo o termo “ecossistemas de surfe” (*surfing ecosystem*) (Arroyo *et al.*, 2020; Manero; Mach, 2023; Reineman *et al.*, 2021).

Os ecossistemas de surfe podem ser definidos como “os espaços e interações complexas entre os múltiplos componentes vivos e não vivos dos ambientes oceânicos e costeiros onde ocorre o surfe” (Manero e Mach, 2023, p. 10, tradução do autor). Ou, de forma mais simples, conforme descrito pela *Save the Waves*:

Um ecossistema de surfe é mais do que uma onda: é a interconexão entre os aspectos geofísicos (batimetria, bacias hidrográficas, fluxo de sedimentos), os aspectos biológicos (biodiversidade e produtividade das plantas e animais) e as interações socioeconômicas (bem-estar humano, economias e culturas) que tornam um lugar especial. (STW, 2020, p. 7, tradução do autor).

Assim, os *surfing resources* são parte integrante dos ecossistemas de surfe. Isso nos leva a compreender que sua importância vai além do simples uso dos seus

recursos que dão origem às ondas, abrangendo também suas funções e interconexões dentro deste complexo ecossistema (Manero; Mach, 2023). As funções dos serviços ecossistêmicos são classificadas em quatro categorias: culturais, provisão, reguladoras e de suporte (Millennium Ecosystem Assessment, 2005). Uma sumarização destas categorias tendo como exemplo os ecossistemas de surfe é apresentada no Quadro 2.

De acordo com Manero e Mach (2023), a maioria das conceituações sobre ecossistemas de surfe estão focadas em sua contribuição para os serviços ecossistêmicos culturais. Uma recente revisão da literatura realizada por Román *et al.* (2022), a partir da perspectiva dos serviços ecossistêmicos culturais, revelou uma série de benefícios e malefícios significativos associados à prática do surfe, destacando as principais relevâncias socioculturais, ambientais e econômicas.

QUADRO 2 - SUMARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ECOSSITÊMICOS

Serviços ecossistêmicos	Definição	Exemplos genéricos	Exemplos relacionados aos ecossistemas de surfe
Culturais	Benefícios não materiais que os seres humanos obtêm do meio ambiente e que contribuem para o nosso bem-estar de uma ou várias maneiras	Recreação, esporte, saúde, espiritualidade, conhecimentos ou conexões sociais	Saúde física e mental, conexões sociais, patrimônio
Provisão	Bens e produtos obtidos diretamente dos ecossistemas	Água doce, madeira, combustível, fibras e comida	Estoques de peixe para subsistência e comercialização
Reguladores	Processos que modulam fenômenos naturais e que são benéficos para os seres humanos	Purificação da água, regulação do clima, erosão e controle de enchentes	Proteção contra tempestades e tsunamis
Suporte	Serviços necessários para a formação e sustentação de todos os outros serviços ecossistêmicos, incluindo processos intermediários.	Ciclo de nutrientes, produção de biomassa	Transporte e estoque de sedimentos, formação de habitats, áreas de alimentação e berçários.

FONTE: Manero e Mach (2023, p. 10, tradução do autor).

Além disso, vale ressaltar outros benefícios ecossistêmicos destes ambientes, conectados principalmente a características ecológicas, reguladoras, de suporte e provisão. Em muitos *surf breaks* ao redor do mundo, ondas de alta qualidade quebram sobre recifes de corais (Shuman; Hodgson, 2009), habitat com uma rica biodiversidade de espécies marinhas (Reineman *et al.*, 2021). Os recifes de corais e

também os manguezais, quando preservados, desempenham um papel crucial na proteção contra tempestades e tsunamis (Kunkel; Hallberg; Oppenheimer, 2006; Marois; Mitsch, 2015). Ainda, processos quase imperceptíveis, resultante da quebra das ondas, contribuem significativamente para a aeração do oceano (Mori; Kakuno; Cox, 2017).

2.2.5 Territórios de surfe

A interação entre indivíduos e coletivos, ligados à prática do surfe, com o ambiente natural oferece um terreno fértil para explorar elementos de territorialidade. Diversas pesquisas na literatura científica abordam essas relações. Nesta seção, buscar-se-á abordar estudos existentes, destacando elementos e aspectos que caracterizam um território de surfe, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A territorialização dos territórios de surfe é refletida nas relações interpessoais entre os surfistas e o espaço. Um fenômeno que exemplifica essas relações é o localismo, definido como uma “prática territorial em que surfistas residentes em uma determinada área tentam excluir surfistas não residentes por meio de ameaças, intimidação e, ocasionalmente, violência” (Warshaw, 2005, p. 340). Com o aumento da lotação nos *surf breaks*, os surfistas locais — aqueles que vivem e surfam na área por um longo período (Comley, 2011) — utilizam práticas de intimidação e exclusão para manter o controle territorial das ondas (Bandeira, 2014; Nazer, 2004; Scheibel, 1995). Qualquer território de surfe com boas ondas possui seu próprio grupo de locais auto identificados, que estabelecem suas próprias regras para controlar o acesso às ondas (Comley, 2011).

Com a globalização do surfe como esporte, desenvolveram-se regras ou normas compartilhadas globalmente pelos surfistas, funcionando como um sistema que regula o comportamento e a prioridade na captura das ondas durante a prática do surfe (Nazer, 2004). No entanto, os locais, por possuírem mais tempo e dedicação ao seu *surf break*, podem demonstrar domínio e preferência sobre as ondas (Preston-Whyte, 2002). Este comportamento, observado nos surfistas de San Luís Obispo na Califórnia, por exemplo, demonstrou ser uma maneira para que os surfistas mantenham a sua identidade local (Khachadorian, 2015).

O fenômeno do *crowd*, caracterizado pela superlotação de surfistas em um mesmo *surf break*, representa um problema, pois intensifica a disputa pelas ondas e sobrecarrega a capacidade de suporte dos *surf breaks* (Comley, 2011; Silva; Ferreira, 2013). A inter-relação entre o localismo e os níveis de *crowd* nos *surf breaks* é influenciada por fatores como a dinâmica, a qualidade das ondas e o acesso a um determinado local (Kaffine, 2009). Além disso, quando a surfabilidade de uma onda é negativamente impactada, é comum ocorrer um “êxodo” de surfistas em busca de ondas de melhor qualidade, o que pode desencadear superlotação em outros *surf breaks* (Corne, 2009).

A atividade do surfe pode gerar diversos benefícios e impactos nos aspectos sociais, econômicos e ambientais, atingindo diversos grupos sociais para além dos surfistas (Román *et al.*, 2022). O crescimento do surfe como um estilo de vida, esporte e indústria acarretou a exploração e intrusão do turismo de surfe em locais remotos e vulneráveis ao redor do mundo, devido à busca por ondas perfeitas e sem *crowd*. Consequentemente, diversos impactos da indústria do turismo de surfe atingem as zonas costeiras e áreas marinhas, geralmente caracterizadas por ambientes frágeis e habitadas por comunidades tradicionais (Ciles, 2009). A consequência disso é a desterritorialização não só de territórios de surfe, mas também de territórios tradicionais.

Em Fiji, no Oceano Pacífico Sul, existem mais de 300 ilhas que abrigam inúmeros *surf breaks*, incluindo os renomados mundialmente, como *Cloudbreak* e *Restaurants*. Por muito tempo, esses territórios de surfe foram gerenciados de maneira sustentável por meio de uma parceria entre resorts e a comunidade local. Isso ocorreu devido às ondas dos *surf breaks* que quebram sobre os recifes de corais tradicionalmente conhecidos como *qoliqoli*. Os *qoliqoli* representam territórios regidos por um sistema tradicional de gestão de recursos marinhos, conferindo às comunidades locais direitos consuetudinários sobre uma área marinha específica, garantindo responsabilidade pela gestão sustentável de recursos naturais, como peixes e frutos do mar (Ponting; O'Brien, 2014).

Com o crescimento da indústria de surfe em Fiji, a partir da década de 1980, alguns resorts, como Tavura, obtiveram licença para controlar e gerenciar de maneira sustentável tanto os *surf breaks* quanto os territórios tradicionais de pesca, os *qoliqolis*. No entanto, a partir de 2006, o regime militar, com características neoliberais, liberou o acesso total aos *surf breaks*, transformando os territórios de recursos comuns

de propriedade comunal em recursos turísticos de acesso aberto à exploração turística. O acesso livre desencadeou uma ameaça à gestão sustentável dos recursos de surfe, resultando em diversas pressões ambientais e processos de desterritorialização (Ponting; O'Brien, 2014).

O crescimento exponencial do turismo de surfe em Fiji impactou a experiência de surfar. Com a superexploração das ondas e o uso intensivo por um grande número de surfistas, o *overcrowding* tornou-se comum nos *surf breaks*, culminando em conflitos, acidentes entre surfistas e pressões sobre o ambiente físico (Ponting; O'Brien, 2014). Além disso, para além da experiência de surfar, é possível observar outros aspectos relacionados às transformações territoriais em Fiji, influenciadas por este contexto.

A gestão tradicional dos *qoliqolis* e da indústria de turismo de surfe, influenciada pela intervenção política do regime militar, alterou as relações de controle e acesso pelas comunidades locais. As relações de poder e influência sobre esses territórios podem ter sido modificadas por tal interferência, uma vez que empreendimentos oportunistas começaram a agir sobre esses locais, intensificando as atividades econômicas. A desvinculação das parcerias econômicas relacionadas aos *qoliqolis* retirou os benefícios econômicos que eram direcionados às populações locais (Ponting; O'Brien, 2014).

Um cenário semelhante ao de Fiji, de descaracterização local, ocorreu no arquipélago de Samoa. Devido à utilização das ilhas para o turismo de surfe, dinamites foram utilizados para bombardear os recifes samoanos, a fim de abrir espaço de navegação para os barcos de surfe. A destruição dos recifes causou profundas perturbações econômicas, culturais, ambientais e espirituais, uma vez que a cultura e a sustentabilidade samoanas estão estreitamente interligadas aos oceanos, corais e peixes (Ingersoll, 2016).

Portanto, é notável que a onda do desenvolvimento econômico vem acarretando processos desterritorializantes em diversos territórios, inclusive os territórios de surfe. No Brasil, por exemplo, um dos maiores desastres ambientais transformou drasticamente a comunidade de Regência no Espírito Santo, onde quebram uma das ondas mais perfeitas do país. Com a chegada da lama, provinda do rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais, a atividade do surfe foi inviabilizada. Nesta comunidade, a atividade turística do surfe é um dos principais

meios econômicos. A lama afetou, além do ambiente natural, a dinâmica da vida local, o sentido de identidade, além de desencadear diversos conflitos (Paula, 2018).

Por fim, identificou-se que algumas abordagens na literatura convergem com a perspectiva de territórios de surfe adotada aqui, considerando-os como uma construção social do espaço. Na África do Sul, foi identificado que as atitudes e comportamentos individuais e grupais nos territórios de surfe são socialmente construídos em torno de questões de identidade e exclusão. A construção desses espaços deriva do conhecimento sobre as condições locais das ondas e das atitudes socialmente construídas em relação a esses espaços, influenciando onde e quando os surfistas praticam o surfe e quem eles permitem ou não que surfe em seus espaços (Preston-Whyte, 2002). No entanto, é importante destacar que o estudo de Preston-Whyte (2002) não aborda a perspectiva territorial, não adotando o território como fenômeno investigado.

A palavra-chave "*territoires du surf*" foi encontrada em artigos escritos em francês. No caso de Plantin (2006), o termo é empregado para descrever fenômenos de transformações territoriais nas Pequenas Antilhas, no mar do Caribe, mas não há uma perspectiva teórica explícita adotada quanto à noção de território. O mesmo ocorre em Lefebvre e Rault (2014), que exploram as dinâmicas de territorialização associadas à cultura do surfe, sugerindo uma compreensão do território como uma construção social e um processo de reapropriação. No entanto, a análise se concentra na exploração dos fenômenos observados, sem articular uma perspectiva teórica subjacente.

Entretanto, é possível identificar consonâncias entre a perspectiva de territórios de surfe adotada nesta pesquisa e a apresentada por Ludovic Falaix (2009, 2014). O autor argumenta que, ao "praticar" a onda, os surfistas não só utilizam o espaço físico, mas consagram esse lugar, atribuindo-lhe um caráter sagrado e expressivo que transcende a função meramente utilitária do espaço. A territorialização é vista como um processo de transformação do espaço em território através da emergência de uma expressão corporal, moldada pelas experiências sensoriais, emocionais e culturais dos indivíduos.

Embora haja uma consonância no reconhecimento da importância simbólica na formação do território, algumas divergências são notáveis. A perspectiva aqui adotada enfatiza os processos históricos, culturais e estruturais na construção do território, enquanto Falaix foca mais nas experiências sensoriais e culturais dos surfistas.

2.2.6 Territórios de surfe como patrimônio

Os serviços ecossistêmicos fornecidos a partir dos territórios de surfe vêm sendo fortemente reconhecidos. A importância das características naturais e culturais sofre um processo de metamorfose, conferindo-lhes um valor de patrimônio. O reconhecimento como patrimônio, seja ele nos seus mais diversos aspectos ou não, destacam a importância duradoura destes territórios para a identidade e sustentabilidade das comunidades costeiras. Diversas alternativas estratégicas de gestão têm sido desenvolvidas e implementadas para garantir a integridade de espaços como as reservas de surfe, ações legislativas e reconhecimento como patrimônio (Blum; Orbach, 2021; Edwards; Stephenson, 2013; Reiblich, 2013; Scheske *et al.*, 2019).

Em alguns países, especialmente aqueles com *surf breaks* de alta qualidade, o surfe se estabelece como um fenômeno cultural, levando à implementação de políticas próprias para preservar as características naturais desses ambientes (Atkin *et al.*, 2020). Na Nova Zelândia, por exemplo, as comunidades possuem uma intrínseca relação com as áreas costeiras, onde se expressam uma cultura e identificação ancestral e espiritual da cultura Maori (Aramoana Waiti; Awatere, 2019). Por isso, o surfe se tornou parte do patrimônio cultural desta nação, onde inúmeros locais icônicos são considerados áreas sagradas, onde conhecimentos e habilidades sobre o oceano são transmitidos e compartilhados internamente entre os polinésios (Peryman, 2011).

O New Zealand Coastal Policy Statement (NZCPS), documento que estabelece políticas governamentais para o uso sustentável das áreas costeiras, reconhece a importância dos territórios de surfe, fornecendo orientações para a gestão destas áreas. As diretrizes fornecem subsídios para a preservação e conservação de *surf breaks* de vital relevância local ou regional, reconhecendo estes locais como parte do caráter natural do ambiente costeiro. Além disso, preocupam-se em proteger as características naturais, paisagens, aspectos culturais, espirituais e de identidade do ambiente costeiro, reconhecendo-os como patrimônio (Atkin *et al.*, 2019; Orchard, 2020; Skellern *et al.*, 2013).

Outro exemplo relevante são as Reservas Nacionais de Surf da Austrália, onde a *Bell's Beach* foi o primeiro *surf break* a ser promulgado mundialmente com reserva em 1973. A Reserva Nacional de Surf de *Bell's Beach* está listada na *Victorian*

Heritage Register e na *Australia's National Heritage List*, a qual reconhece seu patrimônio cultural associado ao surfe, promovendo diversos mecanismos de legislações que permitem a sua gestão e conservação (Skellern *et al.*, 2013). Em seguida, outras reservas foram nomeadas, *Maroubra* em 2006 e *Angourie* em 2007, sendo o patrimônio cultural e identitário uma das justificativas para sua promulgação (Farmer; Short, 2007).

De modo análogo, surge o programa de Reservas Mundiais de Surfe (RMS), criado pela organização *Save the Waves Coalition*. O programa teve como exemplo as Reservas Nacionais da Austrália e a *World Heritage Sites* da UNESCO, dedicando-se a aumentar o valor histórico e a gestão ambiental de locais de surfe icônicos (Blum, 2015). Com mais de 11 reservas estabelecidas ao redor do mundo, as RMS reconhecem a significância cultural e histórica do surfe, auxiliando gestores locais a preservarem seus territórios (Skellern *et al.*, 2013; STW, 2020).

Além dos mecanismos de gestão e conservação acima citados, há também outras formas de garantir a integridade dos territórios de surfe. Porém, para Reiblich (2013), cada tipo possui suas vantagens e desvantagens. A designação de Patrimônio Mundial da UNESCO, por exemplo, tem sido utilizada, mas, apesar disso, este mecanismo não se demonstra tão eficaz. Além da designação não fornecer alguma proteção legal para determinado local, os territórios de surfe podem não serem enquadrados nos critérios e requisitos de designação (Reiblich, 2013).

No entanto, percebe-se que as abordagens de patrimônio adotadas para a proteção e conservação dos *surf breaks*, reconhecendo a relação entre os aspectos de patrimônio cultural e patrimônio ambiental e de identidade, não refletem completamente a abordagem abrangente proposta pela noção de patrimônio territorial. É necessário tomar cuidado ao colocar como justificativa a importância patrimonial para a conservação destes territórios, pois, como destaca Choay (2017), a racionalidade econômica transformou o patrimônio em um produto da indústria cultural, com efeitos perversos, desvirtuando o sentido da valorização histórico-cultural. Um bom exemplo são os casos de patrimonialização de territórios de surfe na França (Guibert, 2019) e também em *Gold Coast* (Nardini, 2019).

Os aspectos culturais presentes nos territórios de surfe despertam um grande interesse para o desenvolvimento da recreação turística ligado ao esporte. Algumas literaturas, ligadas principalmente a disciplina de turismo, se apropriam do tema, principalmente das noções de patrimônio e território, para propor a utilização de

territórios de surfe como um produto turístico e de desenvolvimento alternativo (Basílio, 2015; Cale, 2012; Carapinha, 2018; Mateos, 2016; Reis; Jorge, 2015; Santos, 2013). Apesar da adoção de diversos aspectos de patrimônio², não há fundamentação quanto às noções. Quanto à adoção do termo “território”, salvo algumas exceções, o mesmo acontece.

O termo “território”, nestas literaturas, é citado diversas vezes. O que mais se aproxima da perspectiva aqui adotada é o texto de Reis e Jorge (2015) o qual compreende o território como espaço produzido a partir de Raffestin, numa perspectiva que parte do turismo como forma de apropriação e constituição de territórios. No mesmo, encontra-se o termo “territórios de surfe”, mas não há nenhuma conceitualização ou explicação sobre. Já em Mateos (2016), o termo é discorrido brevemente:

É importante destacar que este 'território do surfe' é inicialmente configurado por um ambiente natural e paisagístico singular, ao mesmo tempo frágil e controverso, bem como por uma subcultura, condições de 'aventura segura' e um imaginário que abrange uma variedade de aspectos relacionados a: 1.) fatores psicológicos (exclusividade, aventura, virgindade natural e paisagística, ambiente identitário, de lazer e convivência da comunidade de usuários...); 2.) estratégicos (elementos infraestruturais e equipamentos, clima, ondas e vento, e outros fatores relevantes para a prática do surfe); e 3.) de natureza prática, que se referem, por exemplo, à existência de oficinas de reparação e fábricas de pranchas e velas, e uma boa acessibilidade às praias. (Mateos, 2016, p. 371, tradução do autor).

Contudo, percebe-se um contexto em que o surfe se desenvolveu mundialmente como uma atividade turística, caracterizando diversas paisagens locais e delineando a identidade cultural de cidades onde se desprendem inúmeras consequências (Martin; Assenov, 2013; Nardini, 2019). Porém, não há uma preocupação quando a complexidade e especificidade destes territórios frente ao desenvolvimento que descaracteriza os territórios. Abordar estas questões, sob a perspectiva do patrimônio territorial, permite, segundo Poli (2015), levar a um distanciamento em relação aos padrões economicistas de desenvolvimento que se apropriam de territórios para extrair e sugar seus recursos, inserindo-os em um ciclo econômico exógeno, gerando diversas consequências sociais e ambientais.

² São citados nestas diversas literaturas os termos: patrimônio cultural, patrimônio natural, patrimônio histórico-artístico, patrimônio náutico, monumento natural, entre outras (Basílio, 2015; Cale, 2012; Carapinha, 2018; Mateos, 2016; Reis; Jorge, 2015; Santos, 2013).

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa classificou-se, do ponto de vista da sua natureza, como uma pesquisa aplicada que objetivou gerar conhecimentos para a aplicação prática, visando à compreensão de um problema específico de interesse local ou, neste caso, um interesse territorial (Provdanov; Freitas, 2013). O território foi observado, com registros sendo realizados para posterior análise, classificação e interpretação, sem que houvesse interferência do pesquisador sobre o mundo físico e humano.

Devido à particularidade da investigação de um território, que releva sua identidade própria e apresenta as especificidades e características dos aspectos territoriais, adotou-se o estudo de caso como método. Não houve intenção de intervir sobre o objeto de análise pesquisado, mas sim de analisar e descrever a maneira como este objeto era percebido do ponto de vista dos atores do território, a partir de uma interpretação própria do pesquisador (Fonseca, 2002; Yin, 2015), sendo então, do ponto de vista dos objetivos, uma pesquisa descritiva.

Portanto, tratou-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que as informações não foram analisadas por meio de técnicas estatísticas. O ambiente e os sujeitos (e a indissociabilidade entre eles) não foram traduzidos em números. Na pesquisa descritiva, houve total atenção à subjetividade e à interpretação dos fenômenos, assim como à atribuição de significados a partir da análise, sendo o pesquisador um instrumento-chave (Provdanov; Freitas, 2013).

3.2 ÁREA DE ESTUDO

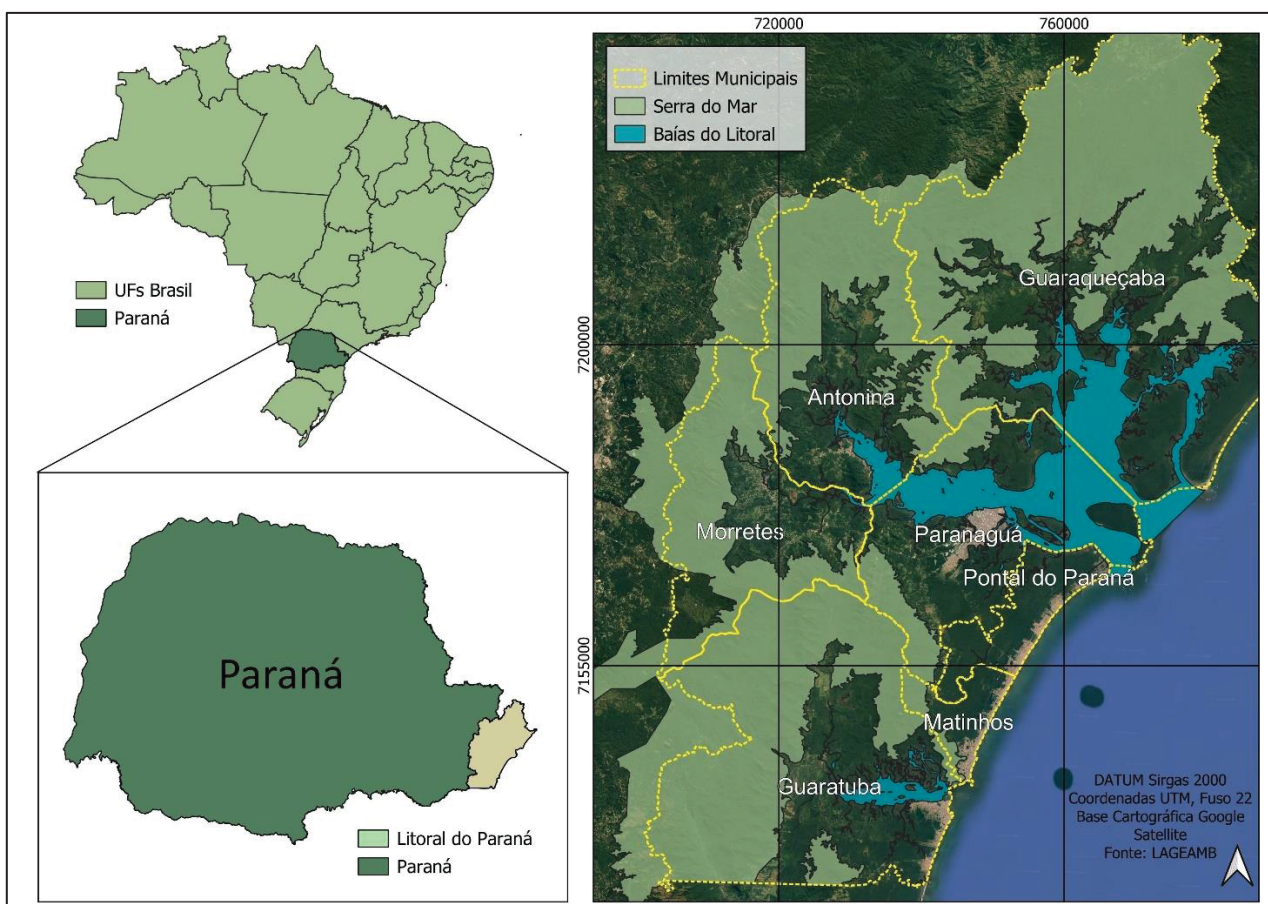
O litoral paranaense apresenta, segundo Bigarella (2001, p. 65), “no seu estágio inicial, uma ingressão marinha que penetrou profundamente nos vales de uma paisagem de época geológica ainda não bem determinada”. Para Bigarella (*apud* Backheuser, 1918, p. 3-4), a formação inicial refere-se a movimentos de submersão que ocorreram provavelmente até o decorrer do Terciário, período no qual se originou a Serra do Mar.

Segundo Bigarella (2001), com base em Reinhard Maack, o litoral paranaense tem origem em um afundamento tectônico que gerou depressões responsáveis pela formação das atuais baías de Paranaguá e Guaratuba. Esse evento, ocorrido possivelmente durante o Terciário ou até mesmo no Cretáceo, resultou de falhas geológicas provocadas por movimentos das placas tectônicas no leste brasileiro. Posteriormente, houve uma ingressão marinha, com o avanço do oceano sobre os vales existentes, moldando as baías como as conhecemos hoje. Após a estabilização desse processo, iniciou-se um soerguimento epirogênico gradual da crosta terrestre na região — movimento que persiste até os dias atuais. Em seguida, a linha de costa passou por um processo de retificação, marcado por intensa sedimentação. Esse fenômeno deu origem aos cordões litorâneos que avançaram sobre a plataforma continental, conformando a paisagem costeira observada atualmente.

O litoral do estado do Paraná (Figura 4) se distingue pela sua extensa planície, que se estende desde o sopé da Serra do Mar até o oceano, marcada pela escarpa que evidencia a fronteira entre o planalto meridional e a planície. O município de Matinhos é representativo no cenário litorâneo paranaense. Sua paisagem detém muitas particularidades, a partir da interrelação entre sua composição urbana e elementos naturais, como a Serra do Mar — cuja formação local é a Serra da Prata (Figura 5), protegida pelo Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange — e a orla marítima, ambos particularizados geográfica e geologicamente, bem como do uso dos recursos naturais (Bigarella, 2009).

A planície do litoral é composta atualmente por formações arenosas, áreas paludais, manguezais e, nas proximidades do embasamento cristalino, por terrenos de aluvião. Sua altitude, em grande parte da extensão, varia entre 0 e 10 metros acima do nível do mar, podendo atingir até 20 metros nos pontos mais interiores. A planície é constituída por sedimentos de origem marinha, intermediária e terrígena, depositados diretamente sobre o embasamento cristalino (Bigarella, 2001).

FIGURA 4 - O LITORAL DO PARANÁ



FONTE: O Autor (2025).

A hidrografia da região litorânea é formada pela Bacia Litorânea, que abrange duas grandes sub-bacias hidrográficas, a de Paranaguá e a de Guaratuba, subdivididas em diversas micro-bacias. O principal curso de água do município de Matinhos é o Rio Guaraguaçu, que integra a sub-bacia de Paranaguá. Esse rio tem sua origem na confluência dos rios Cachoeirinha e Novo, cujos afluentes nascem na Serra da Prata, e sua foz está localizada no Canal da Cotinga, na Baía de Paranaguá (MATINHOS, 2006).

Em Matinhos, são reconhecidas as seguintes unidades vegetacionais: Formações Pioneiras com Influência Marinha, compostas por vegetações de primeira ocupação em ambientes costeiros instáveis, influenciadas por processos sedimentares e sucessão ecológica; Formações Pioneiras com Influência Fluvial (Restingas), vegetações adaptadas a áreas alagáveis da planície costeira, abrangendo brejos, formações herbáceas, arbustivas e arbóreas; Floresta Ombrófila Densa, vegetação tropical perene, caracterizada por alta umidade e temperatura,

grande biodiversidade e estrutura densa, sem período seco definido; Floresta Ombrófila Densa Aluvial, encontrada em várzeas e terraços fluviais, adaptando-se a solos aluviais úmidos ao longo de rios e planícies sedimentares; e Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas, que ocupa planícies e terraços sedimentares, abrigando vegetação arbórea densa, com espécies de grande porte e alta diversidade (MATINHOS, 2006).

FIGURA 5 - CIDADE DE MATINHOS E A SERRA DA PRATA



FONTE: Bigarella (1999).

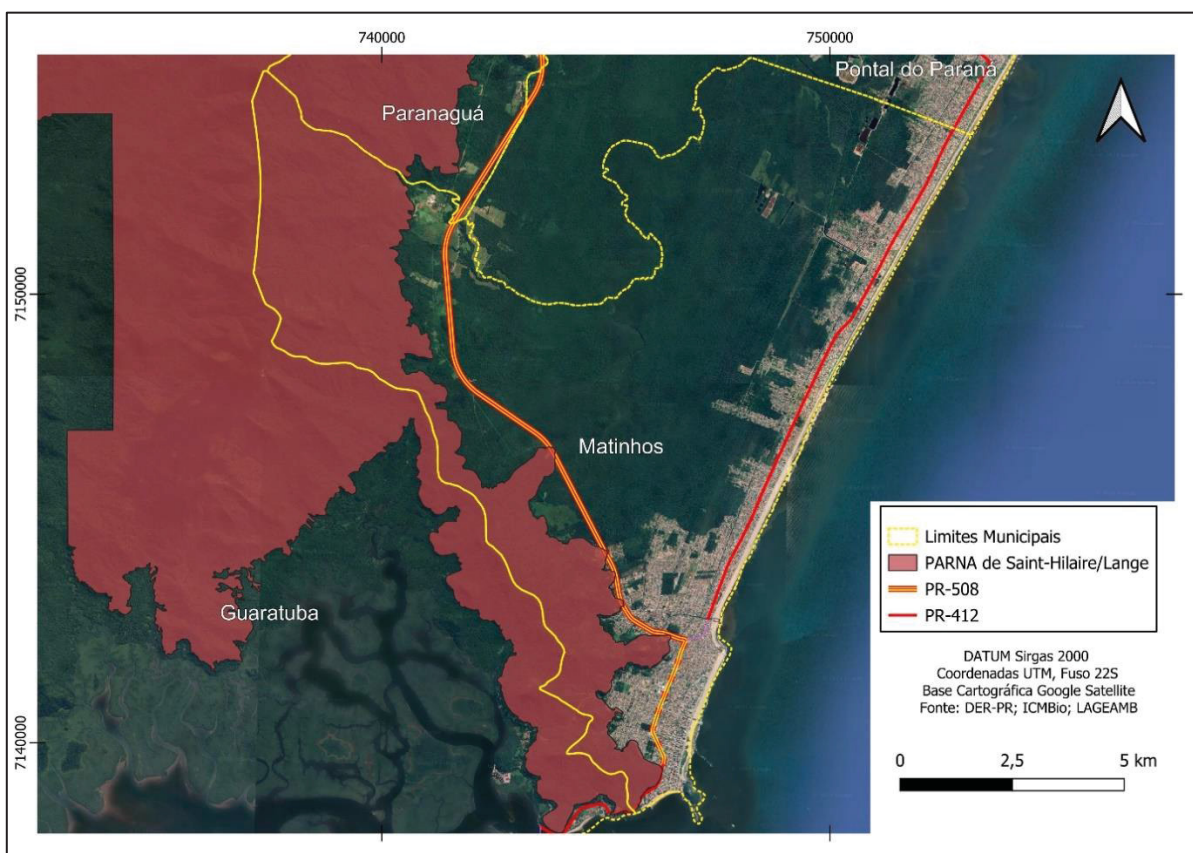
De acordo com o IPARDES (1989), a temperatura é o principal elemento regionalizador do clima do litoral do Paraná. O tipo climático de Matinhos, segundo a classificação de Köppen, é Cfa, caracterizando-se como subtropical úmido mesotérmico, com temperatura média no mês mais frio abaixo de 18°C e no mês mais quente acima de 22°C, verões quentes, geadas pouco frequentes e tendência de concentração das chuvas no verão, sem estação seca definida (MATINHOS, 2006).

Segundo Kuniyoshi (1993), citando Bigarella (1978), Silva (1990) e Angulo (1990), o clima litorâneo é fortemente influenciado pelo oceano e pela circulação atmosférica, sofrendo interferência da corrente de maré tropical, originada no centro de alta pressão do Atlântico Sul. Pelo lado ocidental, essa massa aérea recebe o fluxo das águas tépidas da Corrente do Brasil, que vem do norte, dominada pela massa equatorial atlântica, aumentando sua umidade e instabilidade. Esses fatores geram

ventos com direções variáveis entre norte e leste. No verão, a formação de baixas pressões continentais devido ao superaquecimento do interior favorece a intensa ascensão da massa equatorial atlântica sobre a tropical, que, ao encontrar a Serra do Mar, condensa-se e provoca chuvas orográficas, frequentemente se estendendo até o litoral (MATINHOS, 2006).

Localizado na porção sul do litoral do estado, Matinhos (Figura 6) limita-se com os municípios de Pontal do Paraná e Paranaguá (ao norte), Guaratuba (ao sul e oeste) e com o oceano atlântico (a leste). O município ocupa a menor porcentagem do litoral, apresentando a maior densidade populacional (332,99 hab/km²). A população estimada de Matinhos é de 39.259 (IBGE, 2022), porém, como o principal foco econômico é a exploração turística, há um aumento significativo na população durante os períodos de temporada (Pierri *et al.*, 2014). Matinhos é o segundo município que mais recebe turistas durante a temporada de verão, ficando atrás somente de Pontal do Paraná.

FIGURA 6 - O MUNICÍPIO DE MATINHOS

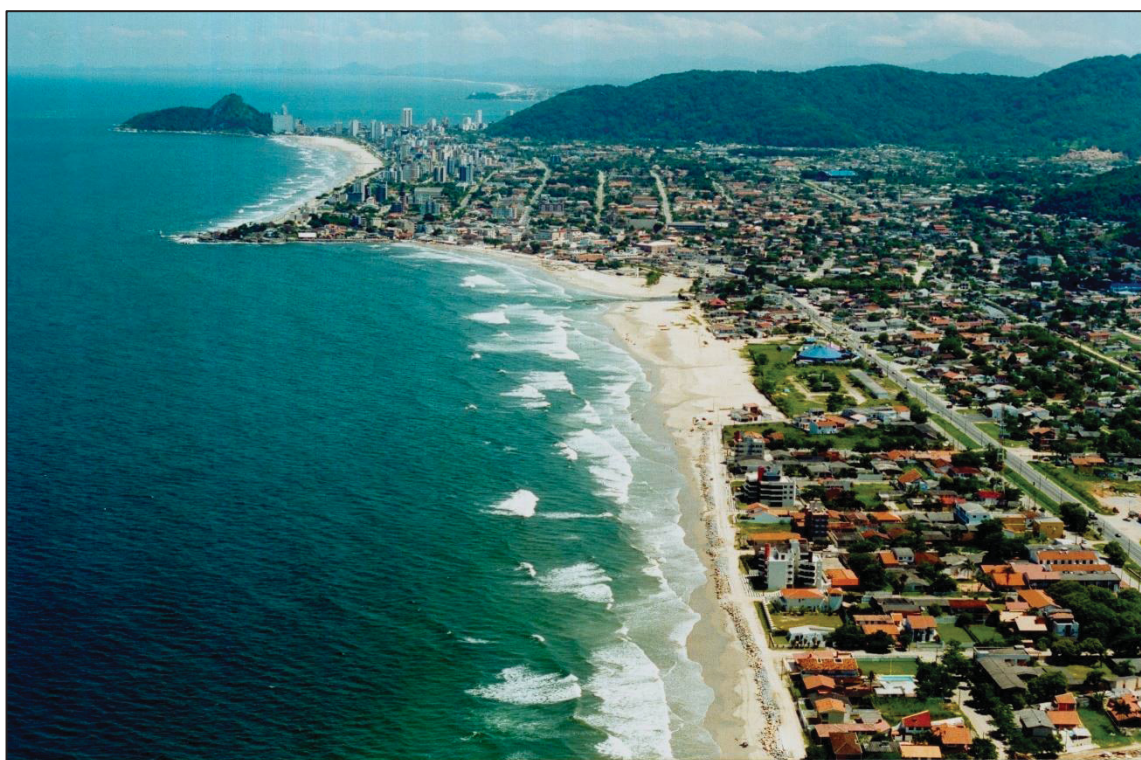


FONTE: O Autor (2025).

A ocupação intensa do município é caracterizada por dois movimentos, o primeiro da afluência de turistas que constroem suas segundas residências, juntamente com turistas-visitantes, que visitam o litoral sem possuir casa própria; o segundo é afluência permanente de pessoas de outras regiões que estabelecem residência no litoral, em busca de melhorar sua renda e qualidade de vida. Os primeiros, se estabelecem próximos à beira-mar, com a perspectiva do uso balneário, já os segundos, são condicionados (e marginalizados) as áreas mais internas do município (Pierri *et al.*, 2014).

Tal ocupação se dá sem levar em consideração as dinâmicas naturais da região. As ocupações de uso balneário, que se dão próximas à linha de costa (Figura 7), são caracterizadas pela destruição das dunas e paleodunas frontais, pelo aterro de brejos e pela descaracterização de rios e córregos e da vegetação de restinga. As praias de Matinhos voltadas para o oceano são exemplos de ocupação, onde obras de infraestruturas avançaram sobre a praia, sem considerar a dinâmica dos ambientes costeiros (Pierri *et al.*, 2014). Esta dinâmica de ocupação resultou na situação em que grande parte da linha de costa do município se encontra em elevado risco de erosão (Novak; Lamour, 2021).

FIGURA 7 - OCUPAÇÃO PRÓXIMO A ORLA DE MATINHOS



FONTE: Bigarella (1999).

Neste contexto, situa-se um importante território de surfe, o Pico de Matinhos, considerado uma das melhores ondas do Brasil. O Pico é uma ponta de pedra que divide a praia Central de Matinhos e a praia Brava, onde localiza-se um mirante que proporcionou a constituição de um ponto turístico para o município. Este *point break*, onde as ondas refratam ao redor de um ponto mais elevado e quebram ao longo da costa (Scarfe, 2008), proporciona a quebra de ondas sobre uma laje de pedra, que percorre por longas distâncias sobre a praia. As melhores condições para a ocorrência das ondas são consequência de ondulações do quadrante Sudeste-Leste e ventos de Oeste.

O Pico de Matinhos (Figura 8) possui uma importância cultural e econômica para o município, sendo destacado como um ponto turístico. Além disso, o contexto histórico destaca a importância deste território para a comunidade do surfe, a qual já consagrou diversos surfistas profissionais. Desde os anos 1970 as ondas do Pico são exploradas pelos surfistas locais e surfistas-visitantes, principalmente provindos da capital Curitiba (Coruja, 2020).

FIGURA 8 - PICO DE MATINHOS ANTES DA OBRA DA ORLA



FONTE: Governo do Paraná (2022).

3.3 MÉTODOS DE REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO, REVELANDO O PATRIMÔNIO TERRITORIAL

Esta pesquisa reforçou a intenção de realizar uma narrativa histórica-estrutural que contribuiu para que o Pico de Matinhos fosse revelado como um patrimônio territorial. Para isso, foi necessário empregar um processo de descrição e interpretação deste território. Tratou-se, portanto, da “descrição analítica da identidade dos lugares e do patrimônio territorial por meio do estudo e interpretação do processo histórico de territorialização e seu tratamento potencial no processo de planejamento” (Magnaghi, 2001, p. 3, tradução do autor).

Amparado na Escola Territorialista Italiana, este estudo buscou uma aproximação à abordagem da representação identitária. Esse processo interpretativo reconheceu os valores de identidade do território, os quais são “consequência de um processo histórico duradouro, destacando suas próprias identidades, conhecimentos, sabedorias e regras reprodutivas” (Magnaghi, 2011, p. 151, tradução do autor). Ainda, para o autor:

A representação das características identitárias é um aparato analítico muito mais complexo do que a análise funcional. A necessidade de construir progressivamente uma “descrição densa” (Geertz, 1987) dos lugares, das sociedades e dos meios locais, estratificada e próxima dos mundos da vida, impõe um deslocamento contínuo do ponto de vista, um nomadismo transdisciplinar da observação e da leitura, e a incorporação do olhar interpretativo na “estrutura dos assentamentos” dos lugares e do território. (Magnaghi, 2011, p. 152, tradução do autor).

Entretanto, essa abordagem exigiu interpretação, representação e transmissão complexas dos conhecimentos territoriais, distanciando-se das representações tradicionais, que reduzem a captação das identidades dos lugares e simplificam o espaço a um mero suporte de funções (Magnaghi, 2011). Para Magnaghi, os sistemas informativos deveriam conter:

[...] a representação dos caracteres identitários, paisagísticos e históricos, dos sistemas ambientais e de seu funcionamento, do milieu local, da sociedade local e de seus atores. Uma espécie de hipertexto que integra sistemas de representação pré-modernos e sistemas informativos informatizados para construir um retrato do território (ou uma série de retratos), uma biografia cujo estilo narrativo é definido pelo tipo de percepção dos valores territoriais e ambientais que o desenvolvimento do debate e das ações pela sustentabilidade sedimentou no processo de encontro entre cultura, técnica e senso comum. (Magnaghi, 2011, p. 152, tradução do autor).

Assumindo as circunstâncias de uma pesquisa de mestrado — com a atuação de um único pesquisador e um tempo limitado — e a complexidade dos processos de representação e valorização das identidades territoriais a partir das abordagens da Escola Territorialista Italiana, este estudo foi conduzido com caráter metodologicamente exploratório, utilizando a representação identitária como ferramenta para orientar a análise.

A representação identitária foi composta por dois momentos: uma etapa de “descrição analítica”, com o objetivo de compor um quadro de conhecimento o mais abrangente possível, seguida da “síntese”, em que os elementos foram relacionados e valorados (Carta, 2011). Para Magnaghi (2017), a avaliação histórica a partir da representação identitária é composta por duas abordagens: a histórico-estrutural e a morfotipológica. Apesar da complementaridade entre essas abordagens, deu-se maior ênfase à abordagem histórico-estrutural, devido ao foco na compreensão do processo histórico de construção do território de surfe.

Essa abordagem possibilitou um estudo detalhado dos processos de territorialização de longa duração, distinguindo, no processo de formação do território, as persistências duradouras que destacam os valores patrimoniais do território. A ferramenta utilizada para a leitura histórico-estrutural do território foi a análise dos ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (Magnaghi, 2017; Poli, 2017).

A leitura e a interpretação aprofundada do território exigiram a compreensão de seu desenvolvimento ao longo do tempo, considerando o processo coevolutivo. Nesse sentido, a metodologia do ciclo TDR permitiu a identificação de fases de estabilidade e fraturas na organização territorial, levando em conta tanto os grandes processos de transformação ao longo de um período quanto eventos específicos e locais (Magnaghi, 2017; Poli, 2017).

As informações coletadas e analisadas foram representadas e descritas de forma sintética. A correlação entre os atos territorializantes e os sedimentos depositados permitiu revelar as principais permanências, persistências, perdas e transformações derivadas dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (Magnaghi, 2001).

3.4 PERCURSO METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O planejamento considerou os objetivos inicialmente propostos, adotando o método de representação identitária de abordagem histórico-estrutural, tendo como modelo norteador o método de estudo de caso. Este método, por ser abrangente, não se limitou a uma técnica específica de coleta de informações, mas abrangeu toda a lógica do projeto, desde as concepções teóricas até a própria coleta de dados e suas abordagens, bem como a análise subsequente (Yin, 2015).

Foram retomados o objetivo geral e os objetivos específicos inicialmente estabelecidos, uma vez que o percurso estruturado foi construído com a finalidade de cumpri-los. As técnicas de coleta, descrição, análise e representação das informações não se destinaram exclusivamente a um único objetivo específico. Devido à complexidade e inter-relação entre eles, essas técnicas se complementaram mutuamente, estabelecendo um processo de reciprocidade teórica-metodológica (Quadro 3).

QUADRO 3 - QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

CONCEITOS NORTEADORES	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODOS	DIMENSÕES DE ANÁLISE	TÉCNICA DE COLETAS	REPRESENTAÇÃO E ANÁLISE
TERRITÓRIO (RAFFESTIN, 1993; SAQUET, 2015; MAGNAGHI, 2001); PATRIMÔNIO TERRITORIAL (POLI, 2015; MAGNAGHI, 2001)	Analisar os processos históricos e estruturais que, ao longo dos ciclos territorializantes de Matinhos, contribuíram para a construção e consolidação do Pico de Matinhos, como território de surfe, como parte integrante do patrimônio territorial do município.	<p>I. Descrever historicamente os processos de territorialização na região em que se situa o Pico de Matinhos;</p> <p>II. Analisar a construção e evolução do território de surfe do Pico de Matinhos, considerando os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização;</p> <p>III. Propor estratégia para a valorização do Pico de Matinhos como patrimônio territorial que destaque sua importância cultural, histórica e identitária para o município e para o surfe</p>	<p>Representação identitária;</p> <p>Narrativa histórico-estrutural;</p> <p>Ciclo TDR;</p> <p>Estudo de caso;</p>	<p>Ambiental, territorial-paisagística, sócio-econômica</p> <p>Territorialização; desterritorialização; territorialização. (MAGNAGHI, 2001)</p>	<p>Revisão bibliográfica;</p> <p>Pesquisa documental;</p> <p>Pesquisa de campo;</p> <p>Observação participante;</p> <p>Entrevista;</p>	<p>Análise de conteúdo (Bardin, 1977);</p> <p>Triangulação dos dados (Yin, 2015);</p> <p>Representação Identitária (Magnaghi, 2001).</p>

FONTE: O Autor (2025).

Essa abordagem mostrou-se pertinente, pois favoreceu a pesquisa em situações com poucas fontes de informação disponíveis, permitindo que uma única evidência auxiliasse na abordagem de múltiplos pontos de interesse. Foi possível concretizar a obtenção das múltiplas fontes de informação estabelecidas, o que contribuiu para uma compreensão mais abrangente e profunda do caso. Além disso, a complementaridade mencionada referiu-se ao método de triangulação, no qual a análise de múltiplas fontes auxiliou na avaliação de consistências e convergências das informações (Yin, 2015).

O Quadro 3 - teórico-metodológico - auxiliou na visualização e no delineamento da metodologia, conforme os pressupostos teóricos adotados e os objetivos da pesquisa. A articulação da teoria com o que foi analisado reforçou a pesquisa, especialmente no contexto do estudo de caso. A estrutura teórica orientou a coleta das informações e sua análise, garantindo que a pesquisa fosse fundamentada e direcionada, evitando abordagens arbitrárias (Yin, 2015).

A representação identitária (Magnaghi, 2001) foi o método utilizado para descrever os processos históricos e estruturantes do Pico de Matinhos. Nesse método, a representação ocorreu por meio da descrição do Ciclo TDR, seguido de sua representação a partir do diagrama do ciclo. Ressalta-se que a metodologia apresentada foi adaptada dos autores referenciais adotados. O planejamento da pesquisa foi desenvolvido a partir das técnicas e ferramentas empregadas, descritas a seguir.

3.4.1 A observação participante e as entrevistas

A pesquisa aqui desenvolvida tratou de um estudo empírico que investiga um fenômeno contemporâneo (o "caso") em profundidade e em seu contexto no mundo real. O termo "em profundidade" implicou a necessidade de trabalho de campo, aproximando o pesquisador do caso estudado, ou seja, do Pico de Matinhos (Yin, 2015, p. 17). Esse movimento foi essencial, pois, para a compreensão dos fatores históricos do ciclo TDR, foi fundamental incluir os atores sociais como fonte de informação territorial (Carta, 2011; Poli, 2001).

Desde os primeiros contatos com o campo, a observação participante e as entrevistas foram conduzidas de maneira complementar e interdependente. Antes

mesmo do planejamento detalhado da pesquisa, algumas idas a campo foram realizadas em caráter exploratório (Quivy, 1998), permitindo delinear a metodologia a partir da dinâmica do território.

A entrada no campo envolveu um esforço ativo para interagir com os atores do território, permitindo a identificação de informantes-chave, considerados indivíduos centrais ou até mesmo indispensáveis para a comunidade pesquisada (Fetterman, 2010). Esses informantes-chave, ou "sementes", auxiliaram na localização de pessoas relacionadas ao território de surfe, iniciando os primeiros contatos para a realização das entrevistas (Vinuto, 2014). A seleção dos participantes ocorreu por meio do método de bola de neve, no qual novas indicações foram feitas sucessivamente pelos próprios entrevistados, expandindo a rede de informação.

A cada encontro, a interação entre pesquisador e entrevistado ia além da simples aplicação de um roteiro preestabelecido. A entrevista era conduzida de maneira semiestruturada, mesclando perguntas abertas e fechadas, o que permitia ao participante discorrer sobre o tema dentro de sua própria experiência (Boni; Quaresma, 2005; Yin, 2015). Simultaneamente, a observação participante enriquecia esse processo ao permitir que o pesquisador registrasse aspectos do cotidiano, interações e nuances do discurso que transcendiam as respostas diretas.

A observação não foi apenas um método auxiliar, mas uma ferramenta essencial para contextualizar e aprofundar a compreensão dos relatos obtidos nas entrevistas. Certos aspectos do Pico de Matinhos, como as relações de pertencimento, a dinâmica do localismo e a transformação do espaço ao longo do tempo, foram captados de maneira mais clara através dessa abordagem integrada. Registros foram mantidos em um caderno de campo de forma sutil, evitando qualquer interferência direta na espontaneidade dos participantes.

A realização das entrevistas exigiu alguns cuidados específicos. A cada participante, era apresentado o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), garantindo que estivessem cientes dos objetivos da pesquisa e da confidencialidade das informações fornecidas. Sempre que possível, as entrevistas foram gravadas³ para permitir transcrição literal (*verbatim*), seguindo o princípio de fidelidade ao discurso (Bourdieu, 1999; Boni; Quaresma, 2005). Quando a gravação

³ Dos oito entrevistados, apenas seis entrevistas foram gravadas e transcritas. As outras duas, foram incorporadas a observação participante a partir de notas de campo.

não era autorizada, as informações eram anotadas detalhadamente no caderno de campo.

As entrevistas foram organizadas e analisadas por meio de uma adaptação do método de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Para facilitar a organização e o processo interpretativo das entrevistas, foi utilizado o software de análise de dados qualitativos *ATLAS.ti Web*. Foi adotado um processo simplificado do método, no qual trechos das transcrições que se mostraram significativos e relacionados aos objetivos da pesquisa foram categorizados por temas. O uso do *software* permitiu acessá-los facilmente para que pudessem ser interpretados e analisados de forma mais sistemática.

A interação entre observação participante e entrevistas gerou um ciclo dinâmico, onde cada novo dado coletado permitia refinar a abordagem metodológica. O roteiro de entrevista (Anexo 1), por exemplo, passou por pequenos ajustes conforme novas informações emergiam, permitindo uma investigação mais alinhada às especificidades do campo.

3.4.2 Revisão bibliográfica e pesquisa documental

O caráter "contemporâneo" do estudo de caso implica "uma ampla noção de estudar o presente, mas não exclui o passado recente, apenas aqueles eventos que se estendem para um passado já 'morto'" (Yin, 2015, p. 26). Considerando a abordagem sobre patrimônio territorial, processos de territorialização e ciclos TDR, tornou-se necessário esse retorno no tempo. Por isso, a pesquisa documental e a revisão bibliográfica foram adotadas para investigar o passado do território de surfe. Essa investigação também foi utilizada como técnica complementar para validar e aprofundar as informações obtidas por meio de outras técnicas (Lima Junior *et al.*, 2021; Yin, 2015).

Foi realizada uma revisão narrativa (Rother, 2007), direcionada à área de estudo, com foco nas literaturas científicas sobre a região onde se localiza o território de surfe analisado. Essa revisão narrativa serviu primordialmente para a descrição e interpretação dos ciclos civilizatórios que compõem a abordagem histórico-estrutural, utilizando o ciclo TDR como ferramenta analítica. A literatura auxilia na reconstrução da história e dos demais aspectos interligados aos processos de territorialização. A

análise crítica dos textos permitiu identificar e separar elementos relevantes associados ao território em questão. As informações coletadas por meio dessa revisão foram compiladas em um único documento, organizado por temas para facilitar sua utilização.

A análise documental complementa as outras fontes de informação, validando e aprofundando os dados obtidos. Foi realizada uma busca por fotos em arquivos pessoais coletados em campo e na internet, documentos institucionais disponíveis online, jornais antigos obtidos na Hemeroteca Digital⁴, entre outros materiais que auxiliaram na reconstrução histórica dos processos territorializantes. Com base nos elementos teóricos observados e nos aspectos investigados, os documentos foram analisados com o objetivo de extrair informações significativas para elucidar os fenômenos pesquisados. Tanto a revisão bibliográfica quanto a análise documental fundamentam a elaboração do diagrama do ciclo TDR, apresentado a seguir.

3.4.3 A metodologia analítica do Ciclo TDR

A descrição do ciclo TDR (Territorialização – Desterritorialização – Reterritorialização) foi elaborada a partir da análise de dados históricos obtidos por meio de entrevistas, revisão bibliográfica e pesquisa documental. Essas fontes possibilitaram a identificação dos atos territorializantes que marcaram a conformação do território de surfe.

Trata-se de um processo interdisciplinar, fundamentado na identificação de fases (ou ciclos) de estabilidade e ruptura na organização territorial. Nessas transformações, certos aspectos são estruturados, conservados ou marginalizados em decorrência de diversas influências e desdobramentos políticos, sociais e econômicos (Poli, 2017).

Ao final da apresentação dos ciclos territorializantes, será feita uma síntese desses processos. O objetivo é destacar as peculiaridades históricas e ambientais de cada ciclo, evidenciando como cada processo territorializante transforma e se

⁴ A Hemeroteca Digital Brasileira é um portal da Fundação Biblioteca Nacional que oferece acesso público a uma vasta coleção de jornais e revistas nacionais. Ela conta com um sistema de pesquisa abrangente, permitindo que os usuários realizem buscas rápidas e avançadas em seu acervo digital. <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

sobrepõe ao anterior. Além disso, serão destacados elementos que foram modificados, perdidos e os que ainda persistem ao longo do tempo.

3.4.4 Triangulação dos Dados

A triangulação de dados permitiu a convergência de múltiplas fontes de evidência, corroborando descobertas consistentes. Essa convergência de evidências reforçou a validade das informações e, conseqüentemente, contribuiu para a construção do estudo de caso (Yin, 2015). O processo simultâneo de análise e interpretação das informações, ocorrido de forma concomitante à coleta de dados, foi de extrema importância. Esse procedimento permitiu avaliar a consistência das informações e identificar o momento adequado para encerrar a coleta de dados, o que ocorreu quando se percebeu tanto a consistência das informações quanto a saturação dos próprios dados (Bailey, 2007). Além disso, o encerramento da coleta foi influenciado pela saturação amostral da técnica de bola de neve.

A triangulação de dados refere-se à convergência das informações coletadas de diferentes fontes para determinar a coerência das descobertas (Yin, 2015). A abordagem de triangulação utilizada é que integra diferentes fontes de dados, conforme categorizado por Patton (2001). Portanto, todo o processo de análise, que concomitantemente corrobora e articula diversas técnicas, foi alimentado por triangulações simultâneas que fortaleceram as descobertas entre as diferentes fontes.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – Ciências Humanas e Sociais da UFPR (CEP/CHS) através da Plataforma Brasil, sob o nº CAEE 78269824.2.0000.0214. A pesquisa empírica foi iniciada apenas após a aprovação do CEP/CHS.

Instrumentos e cuidados éticos foram adotados para garantir a segurança e os direitos de participação dos envolvidos. O Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) foi um desses instrumentos (Anexo 2). Este documento foi apresentado aos participantes, contendo informações detalhadas sobre seus direitos,

os procedimentos da pesquisa, bem como os riscos e benefícios associados. Essas informações foram disponibilizadas de maneira clara, e o pesquisador esteve à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

O RCLE foi disponibilizado de forma acessível, respeitando as características individuais e o contexto da realidade dos participantes. Ficou destacado que a decisão de assinar e concordar (ou não) com a participação na pesquisa foi inteiramente dos participantes, que tiveram a liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento.

4 CICLO TDR, A NARRATIVA HISTÓRICA-ESTRUTURAL

A narrativa histórica-estrutural de Matinhos revelou a necessidade de um retorno ao passado, uma busca histórica que permitiu descrever os períodos de civilizações anteriores à atual. A análise foi organizada em períodos distintos, estabelecendo paralelismos com os cenários regionais, nacionais e internacionais, com o objetivo de identificar interligações entre os processos territorializantes ao longo da linha cronológica.

A pesquisa evidenciou que a base teórica utilizada para a reconstrução desses ciclos foi essencialmente a obra de Bigarella (1999), *Matinhos: homem e terra – reminiscências...*, por se tratar de um estudo abrangente sobre a região analisada. O livro forneceu uma descrição detalhada desde o período pré-histórico até a atualidade, abordando a formação da paisagem, as transformações geológicas, a fauna e a flora, além de relatar o desenvolvimento sociocultural mais recente de Matinhos, que culminou na conformação do território de surfe local.

Além da obra de Bigarella, outras referências bibliográficas foram incorporadas à pesquisa, ampliando a estrutura analítica e a linha cronológica estabelecida. Os períodos identificados ao longo da análise foram: o período pré-histórico, caracterizado pelos sambaquis; o povoamento indígena pelos povos carijós; a colonização europeia; a consolidação das comunidades caboclas, marcadas pela miscigenação entre europeus e indígenas; e, por fim, o período dos banhistas, que marcou o início da cultura turística em Matinhos.

Cada um desses períodos foi descrito de maneira geral, sem a intenção de esgotá-los, recorrendo a recursos iconográficos, análise documental e revisão da literatura. Após a reconstrução histórica desses ciclos civilizatórios, tornou-se possível descrever a construção do território de surfe do Pico de Matinhos, evidenciando seu papel no processo de reterritorialização contemporânea do município.

4.1 O PERÍODO PRÉ-CERÂMICO, A CONSTRUÇÃO DOS SAMBAQUIS

Estruturas arqueológicas construídas por povos pré-históricos que habitaram o litoral brasileiro há milhares de anos nos dão uma vasta gama de informações sobre as antigas populações que viveram nestas regiões. Os sítios arqueológicos,

denominados de sambaquis, dão pistas sobre os hábitos alimentares dos primeiros povos habitantes do litoral brasileiro, a fauna e flora que estes exploravam além de elementos culturais e sociais (Bigarella, 2011).

Sambaqui é uma palavra de etimologia tupi, onde '*tamba*' significa conchas e '*ki*' significa amontoado (Gaspar, 2004). Esses sítios arqueológicos ocorrem nas zonas costeiras brasileiras, desde o Rio Grande do Sul até a Baía de Todos os Santos. São frequentemente encontrados em baías, estuários e lagunas, ambientes que proporcionam grande produtividade biótica, favorecendo alta densidade e diversidade de formas de vida. No passado, esses locais atraíam grupos humanos em busca de regiões estáveis e previsíveis para alimentação e assentamento (Lima, 2000a).

Apesar da incontestável importância desses locais, que carregam evidências arqueológicas sobre o período pré-histórico do Brasil, muitos foram destruídos de forma sistemática e estruturada ao longo dos anos. Mesmo havendo indícios de assentamentos de populações indígenas sobre esses sítios arqueológicos, foi a partir do início da colonização europeia que essa destruição se intensificou, resultando em um 'sumiço' histórico significativo (Parellada; Neto, 1993).

Os sambaquis, compostos basicamente por restos faunísticos como conchas, ossos de peixes e mamíferos, foram intensamente explorados devido à sua grande concentração e alto teor de calcário (Bigarella, 2011; Gaspar, 2004). Esse material se tornou valioso como corretivo de solos na agricultura, auxiliando na neutralização do solo, mas também foi amplamente utilizado na construção civil, como revestimento de estradas, ruas e esplanadas de estações ferroviárias. Como resultado, houve um intenso desenvolvimento da costa brasileira, onde muitas grandes cidades litorâneas foram construídas com cal e argamassa produzidas a partir da destruição dos sambaquis (Bigarella, 2011).

Apesar da cobiça material por estes locais que representavam verdadeiras minas de material construtivo gratuito e de fácil extração, houve um apreço no seu valor arqueológico por diferentes e curiosos pesquisadores. Desde o início do século XVI, alguns historiadores como Antônio Vieira dos Santos (1845), Sebastião Paraná (1900), Rocha Pombo (1928), Alfredo Romário Martins (1929), José Loureiro Fernandes (1945) entre outros, alertavam sobre a importância dos sambaquis como fonte riquíssima de informações do período pré-colonial (Bigarella, 2011).

O litoral do Paraná e Santa Catarina são os estados mais contemplados por sambaquis. A permanência destes sítios se deve a constituição da Lei nº 3.924, de 26

de julho de 1961, que dispõe sobre a proteção dos sítios arqueológicos e pré-históricos do país. Esta legislação brasileira estabeleceu que todo sítio arqueológico encontrado no território nacional é propriedade da União, sendo proibida a sua destruição ou exploração sem autorização prévia do poder público (Brasil, 1961).

Infelizmente, na costa paranaense, a exploração dos sambaquis foi tão intensa que grande parte dos sambaquis existentes já se encontravam destruídos em 1950. Bigarella (2011) relata que em 1949, coordenou a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, do Departamento de Cultura na Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, onde destacou a prioridade em salvar o patrimônio histórico como os sítios arqueológicos paranaenses. O inventário e cadastramento destes sítios eram urgentes uma vez que muitos já haviam sido destruídos ou estavam em processos de destruição pelo Departamento de Estradas de Rodagem por meio de obra de pavimentação da Estrada do Mar (Paranaguá – Praia de Leste).

Bigarella (2011) afirma que, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, haviam contradições entre a origem dos sambaquis na literatura. Estabeleceu-se duas vertentes, a origem natural e a origem artificial dos sambaquis. A vertente naturalista acreditava que os sambaquis se originaram devido ao recuo do mar ou pela ação eólica sobre as conchas lançadas nas praias, pelo movimento das águas marinhas. Já a vertente artificial apontava que se tratava de restos de refeições ou monumentos construídos intencionalmente.

Após examinar e catalogar quase duas centenas de sambaquis na costa do Paraná, Bigarella chegou à conclusão que os sítios se tratavam realmente de atividade artificial, resultantes de atividade humana. A estratificação nítida, que forma diversas camadas de diferentes espécies de moluscos, demonstra que não se trata de ações naturais, mas sim de um processo humano de construção e acumulação ordenados, onde esqueletos e artefatos líticos são dispostos em camadas organizadas, ou seja, depositados em uma sequência controlada, sugerindo uma atividade humana (Bigarella, 2011).

Além disso, a presença frequente de vestígios de fogueiras em diferentes níveis de acumulação indica o uso dos sambaquis para atividades cotidianas, como o preparado de alimento. Ainda mais, a localização dos sambaquis em relação à geologia e geografia da costa não se correlaciona com as regras de sedimentação por agentes naturais, como o movimento do mar ou vento. A formação dos sambaquis

não segue padrões geológicos previsíveis, e demonstram terem sido construídos em locais específicos escolhidos pelos seres humanos (Bigarella, 2011).

Esses vestígios fornecem uma noção de como viviam os povos pré-históricos, revelando suas práticas culturais, o cotidiano e a alimentação. Bigarella (2011) apresenta que:

Nos sambaquis são encontrados vestígios de atividades cotidianas representadas pela presença de fogueiras e presença de ossos de vários animais e vértebras de peixes e eventualmente vértebras de baleia usados na alimentação, além de adornos, material lítico diverso, zoólitos e utensílio para processar alimento e executar tarefas rotineiras. Encontram-se igualmente vestígios de práticas rituais, como sepultamentos e oferendas. Algumas esculturas bem elaboradas em pedra e em osso, contrastam grandemente com a simplicidade dos outros objetos. Os sambaquis não foram exclusivamente locais de moradia, mas também locais de práticas de rituais. (Bigarella, 2011).

Para compreender a complexidade da formação dos sambaquis, Bigarella (1954) ressalta, com base em outros autores, ser necessário estudá-los não de maneira isolada, focando apenas em seu conteúdo faunístico e arqueológico, mas sim considerar as condições geológicas e geográficas da região em que se encontram. Tal abordagem é interessante pois, o surgimento dos sambaquis está diretamente relacionado às mudanças geológicas e ambientais ocorridas no litoral brasileiro durante o período final de uma invasão marinha recente (Bigarella, 1954).

Em um tempo geologicamente recente houve uma invasão marinha, ou seja, o nível do mar subiu levemente e inundou partes da planície litorânea paranaense. Isto acarretou numa costa de submergência (ou costa afogada), onde áreas de terra foram submersas, transformando partes do litoral. Quando o mar recuou, formou extensos baixios (áreas baixas e rasas) que favoreciam o desenvolvimento de uma grande quantidade de moluscos. Isto atraiu as populações humanas malacófagas (grupos humanos que dependem significativamente do consumo de moluscos), que se instalaram nestes locais para aproveitar os recursos abundantes (Bigarella, 1954).

Portanto, o aparecimento dos sambaquis está diretamente ligado a essa fase final da invasão marinha. Os sambaquis foram geralmente construídos em terrenos mais enxutos, próximos a áreas úmidas ou no meio de terrenos pantanosos. Apesar da paisagem local ter se transformada completamente desde este período, os sambaquis continuam sendo testemunhos indiretos dessa antiga invasão marinha e das condições ambientais da época em que foram construídos (Bigarella, 1954).

Isto demonstra como as condições ambientais locais favoreceram a instalação dos assentamentos desses povos, que possuíam saberes e estratégias intencionais para se adaptarem e aproveitarem os recursos naturais da melhor forma. Outro aspecto que evidencia isso é a preocupação dos povos malacófagos em ajuntar as conchas em montes específicos e bem delimitados, evitando que as cascas ficassem espalhadas pelo ambiente. Tal estratégia não apenas mantinha o ambiente limpo, mas também evitava que as conchas antigas dificultassem a coleta de moluscos. Além disso, o excesso de conchas espalhadas poderia interferir no desenvolvimento natural das populações de moluscos (Bigarella, 1954).

As condições ambientais favorecidas pelo recuo marinho durante o final do Holoceno permitiram a construção de diversos sambaquis no litoral do Paraná. Infelizmente, uma parte foi destruída, e a dispersão dos dados sobre os sambaquis desfavoreceu a fiscalização de sua integridade. Atualmente, são conhecidos 269 sambaquis na costa paranaense, sendo 34 no município de Antonina, 78 em Guaraqueçaba, 85 em Guaratuba, 3 em Matinhos, 7 em Morretes e 62 em Paranaguá (Parellada; Neto, 1993). Porém, em estudo mais recente, 400 sambaquis foram levantados a partir de técnicas de sensoriamento remoto no litoral paranaense (Parellada *et al.*, 2018).

Os três sambaquis de Matinhos se encontram destruídos ou parcialmente destruídos. O Sambaqui de Matinhos foi o único a ser pesquisado mesmo apesar da sua descaracterização, sendo considerado destruído em 1967 (Chmyz *et al.*, 2003a; Parellada & Neto, 1993). José Loureiro Fernandes, entre os anos de 1942 e 1947, acompanhou as fases de sua exploração comercial para ser utilizado pela Diretoria de Obras e Viação no revestimento de estradas. Fernandes conseguiu que uma parte do Sambaqui de Matinhos, naquela época pertencente ao município de Paranaguá, fosse reservada para as suas pesquisas, coletando diversos artefatos, inclusive um esqueleto humano (Chmyz, 2006).

Conforme Chmyz, Sganzerla e Chmyz (2003), tendo como base informações e cartografia publicados por Fernandes (1955), o Sambaqui de Matinhos estava situado a 900m de distância do Oceano Atlântico, a 142m da margem direita do rio Matinhos e a 22m da margem direita de um de seus afluentes. Na base, o sítio media 53m no sentido NW-SE e 48m do sentido NE-SW; tinha uma altura aproximada de 10m (Figura 9).

FIGURA 9 - LOCALIZAÇÃO DO SAMBAQUI DE MATINHOS



FONTE: O Autor (2025).

Não há uma exatidão em relação à idade dos sambaquis de Matinhos, mas é certo que seu aparecimento está ligado à época do último afogamento da linha de costa (Bigarella, 1954). Estima-se que a construção dos sambaquis tenha iniciado há aproximadamente 5000 anos. Com base nas curvas de variação do nível do mar ao longo do tempo de Fairbridge e nos materiais coletados no local, supõe-se que a formação do sambaqui tenha começado entre 5800 e 4800 anos atrás. Técnicas mais apuradas de datação indicaram, a partir de amostras coletadas no local, uma idade de 2750 anos, o que se relaciona com as transgressões marinhas estipuladas por Fairbridge (Chmyz et al., 2003b).

Fernandes (1955) caracterizou a fauna presente no Sambaqui de Matinhos, predominantemente composta pelas valvas de *Anomalocardia brasiliana*, além de uma fauna acessória representada por exemplares dos gêneros *Ostrea* e *Lucina*. Como fauna acidental, foram identificados moluscos dos gêneros *Thais* e *Tivela*. Além disso, Fernandes (1955) também observou:

Na denominada fauna accidental, devemos também arrolar, no sambaqui de Matinhos os ossos de baleia, de peixes e de vertebrados terrestres, estes extremamente raros. Como elementos desta fauna accidental encontraram-se também vestígios de carapaças e pinças de crustáceos. O material marinho é abundantemente encontrado entre as cinzas e carvões, índices de antigas fogueiras, extremamente freqüentes no sambaqui de Matinhos (Chmyz; Sganzerla; Chmyz, 2003, *apud* Fernandes, 1955, p. 582).

Com a imensa quantidade de conchas e carapaças encontradas nos sambaquis, é possível afirmar que os indivíduos pré-históricos tinham uma predileção por moluscos, compondo um cardápio quase que essencialmente marinho (LIMA, 2000b). Os vestígios encontrados demonstram que esses povos possuíam uma tecnologia simples, adaptada não somente à coleta de moluscos, mas também à pesca e à caça. Infelizmente, devido às condições climáticas, a preservação de materiais possivelmente utilizados por esses indivíduos, como fibras vegetais e madeiras, não foi favorecida (Bigarella, 1999b).

Os materiais líticos encontrados demonstram a refinada capacidade de confeccionar ferramentas utilizadas no cotidiano. Além disso, presume-se que os povos pré-cerâmicos possuísem uma relevante sabedoria ambiental, constituída por um conhecimento empírico adquirido a partir da necessidade de se alimentar. A pesca, por exemplo, exige técnicas e práticas específicas para capturar os peixes, além de reconhecer locais propícios e épocas do ano mais favoráveis. Da mesma forma, a caça, que complementava a alimentação, é evidenciada pelos achados de ossos de mamíferos e aves, além de artefatos confeccionados a partir de ossos e dentes de animais (Bigarella, 1999b).

Ainda, o encontro de restos humanos no Sambaqui de Matinhos indica práticas de sepultamento associadas a rituais. Sob as camadas de conchas que cobriam os esqueletos humanos encontrados, foram registradas evidências de grandes fogueiras, o que possivelmente sugere a prática de cerimônias que revelam um culto ou, simplesmente, uma precaução dos vivos contra a decomposição dos cadáveres sepultados. Além disso, as diferenças nas posições de sepultamento e na orientação dos cadáveres, encontrados em distintas camadas do sambaqui, sugerem uma continuidade de uso do local por grupos distintos, cada um com práticas e costumes diferentes (Bigarella, 1999b; Chmyz et al., 2003b).

Nas escavações de Fernandes (1955), foram encontrados sinais de perturbação nas camadas superficiais do sambaqui que indicam uma sobreposição de ciclos civilizatórios. Isso inclui lâminas de machados, fragmentos de tijolos

coloniais, cachimbos de barro e evidências de plantios de roças de milho e feijão (Chmyz et al., 2003b). No entanto, o declínio e a extinção da cultura dos povos pré-cerâmicos estão associados à expansão dos povos carijós no litoral paranaense, os quais deixaram vestígios cerâmicos nas camadas superiores de alguns sambaquis. Além disso, observou-se uma redução considerável da malacofauna, evidenciada pela diminuição da presença de moluscos (Bigarella, 1999b).

A presença ou ausência de cerâmica permite distinguir as distintas culturas nos sambaquis, uma vez que a cultura pré-cerâmica se dedicava principalmente a atividade de subsistência, caracterizados por instrumentos líticos. No Sambaqui de Matinhos há a presença destas duas distintas culturas, onde os elementos nas camadas inferiores correspondem aos povos pré-cerâmicos e nas camadas superiores encontram-se objetivos diversos da cultura dos Carijós, como pontas de flechas e peças com gravações (Bigarella, 1999b).

4.2 O PERÍODO CERÂMICO, OS INDÍGENAS

A literatura demonstra que a extinção da civilização pré-histórica das comunidades sambaquieiras está relacionada à migração do interior para a costa dos povos ceramistas e horticultores (Gaspar, 2004; Lima, 2000), demarcando um novo ciclo de territorialização. A sobreposição de artefatos evidencia uma sucessão de povos dedicados a outras atividades, diferentes das dos povos mais tradicionais dos sambaquis, que eram voltados à coleta de moluscos. Nesse mesmo sentido, uma sobreposição mais recente indica o surgimento dos povos ceramistas, dedicados à agricultura (Chmyz, 2016).

Os povos sambaquieiros não tinham necessidade de armazenar alimentos, pois estes eram consumidos crus. Já com o surgimento da cerâmica, tornou-se possível o preparo e o armazenamento de alimentos produzidos na agricultura, além do armazenamento de água e até mesmo do sepultamento dos mortos. Portanto, a cerâmica representa um progresso significativo, que marca a transição civilizatória dos povos pré-históricos para os ceramistas (Chmyz, 2016).

Os sítios cerâmicos no litoral paranaense evidenciam a ocupação da região por povos ceramistas associados a duas tradições distintas: a Tradição Tupiguarani⁵, relacionada ao tronco linguístico Tupi-Guarani, e a Tradição Itararé⁶, inferida como vinculada ao tronco linguístico Macro-Jê. Essas tradições apresentam diferenças tanto culturais quanto na morfologia e função dos artefatos cerâmicos.

Antes de prosseguir com a descrição, é importante destacar que a literatura sobre os povos indígenas apresenta distinções claras entre as abordagens arqueológicas e etnográficas. Enquanto a arqueologia se concentra nos vestígios materiais e nos padrões de ocupação, a etnografia privilegia os aspectos culturais e linguísticos das comunidades indígenas contemporâneas. Embora ambas as abordagens sejam interligadas neste trabalho, é importante frisar que não se pretende realizar uma análise densa e minuciosa de cada uma delas. O objetivo aqui é oferecer um panorama mais geral, uma síntese que possibilite uma compreensão integrada das ocupações cerâmicas no litoral paranaense, sem entrar em detalhes específicos ou aprofundados.

Os Tupi-Guarani ocuparam praticamente todo o Brasil, desde a bacia amazônica até partes de países vizinhos, como Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia. Para Chmyz (2016), isso não significa que eles tenham ocupado todas essas áreas simultaneamente, mas que suas movimentações alcançaram essas regiões ao longo do tempo. O mesmo autor relata evidências da presença desses povos no litoral do Paraná, onde o grupo Jê, mais antigo, chegou há cerca de quatro mil anos, enquanto os Tupi-Guarani chegaram posteriormente.

Para Chmyz (2002), há poucas constatações de vestígios cerâmicos na costa paranaense, devido ao direcionamento das pesquisas realizadas durante os séculos XIX e XX, que privilegiavam os sambaquis. Os registros de vestígios até então conhecidos são consequência de descobertas fortuitas em projetos voltados para o levantamento de sambaquis. Apesar disso, alguns vestígios cerâmicos das tradições Tupi-Guarani e Itararé foram identificados na superfície de sambaquis no Paraná e em Santa Catarina, bem como em diversos pontos ao longo do alto e médio rio Iguaçu, evidenciando ocupações sucessivas em alguns desses sítios (Chmyz, 1969, 1976).

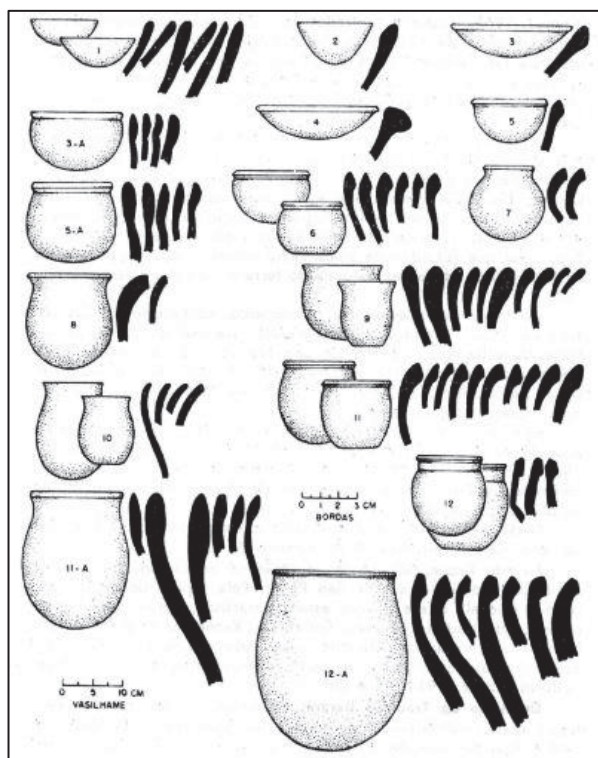
⁵ O termo 'Tupiguarani', escrito por extenso e sem hífen, refere-se à tradição arqueológica, enquanto 'Tupi-Guarani', com hífen, é utilizado no contexto etnográfico.

⁶ O termo 'Itararé' refere-se à tradição arqueológica, enquanto 'Jê' designa o grupo étnico-linguístico associado.

A cerâmica da Tradição Itararé foi encontrada sobre sambaquis na Ilha das Pedras, no município de Antonina, na Ilha das Cobras, no município de Paranaguá, e também em um sambaqui na Ilha do Mel, escavado por Rauth (1963). Os Jê meridionais (Kaingang e Xokleng) teriam se separado de suas raízes e migrado em direção ao sul do Brasil há cerca de 3 mil anos. Urban (1992) descreve que, embora não se saiba exatamente quando chegaram à região sul ou os motivos da migração, um estudo do relevo geográfico indica que esses grupos se dirigiram a uma região de planalto semelhante ao seu habitat originário.

Para Chmyz (1998), a cerâmica é o traço marcante da tradição Itararé. Quanto às suas características, pode-se afirmar que os recipientes são de pequeno porte, sem muitas variações morfológicas, predominando as formas de meia calota, cônica, de meia esfera, esférica e ovóide. As bordas são diretas, extrovertidas, expandidas e reforçadas externamente, e as bases são arredondadas, planas e côncavas (Figura 10). Nos sítios com cerâmica Itararé, os líticos são mais numerosos, incluindo facas, raspadores, talhadores, entre outros (Chmyz, 1968).

FIGURA 10 – FORMAS CERÂMICAS DA TRADIÇÃO ITARARÉ



FONTE: Chmyz (1968)

A tradição TupiGuarani tem sua origem na Amazônia, alcançando o sul do Brasil no período entre 1. D.C e 100 D.C e resistindo até o século XIX, interagindo com outras culturais locais e também os colonizadores a partir do século XVI. Nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul esses povos não ocupavam o planalto acima de 600 metros, inicialmente habitaram as calhas ou várzeas dos grandes rios, mas, ao longo do tempo, passaram a ocupar áreas mais elevadas, próximas a pequenos cursos d'água e vertentes, sempre em regiões planas cobertas por florestas subtropicais, atlânticas, em galeria ou por vegetação arbustiva litorânea (Ribeiro, 2016).

Os sítios com cerâmica da tradição Tupiguarani estão localizados dentro das fronteiras etnográficas da dispersão dos falantes Tupi-Guarani, embora não cubram toda a vasta área dessa etnia. Sua distribuição é mais concentrada nas bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, na bacia do rio Jacuí e da laguna dos Patos, ao longo da costa atlântica, desde a desembocadura do rio da Prata até o Maranhão, no vale do São Francisco e nas bacias do Nordeste, refletindo de maneira concisa a área de ocupação dos Tupi-Guarani (Brochado, 1980).

Os Tupi-Guarani baseavam-se sua subsistência numa horticultura itinerante e tecnicamente simples e eficiente, a coivara. Tal técnica consiste na derrubada da vegetação nativa e sua queima, onde o plantio seria então realizado sobre solo fertilizado pelas cinzas. Os sítios arqueológicos da tradição TupiGuarani ocupam quase que exclusivamente ambientes onde é possível este tipo de horticultura como a Mata Atlântica, a mata úmida subtropical, a mata de restinga a mata mesófila e cerrado (Brochado, 1980).

Segundo Métraux (1948, *apud* Brochado, 1980) os Tupi-Guarani cultivavam principalmente a mandioca, milho, batata doce, cará, feijões, abóboras, amendoim e pimenta, fumo, algodão, cabaças, cuias corantes e no caso dos Guarani, o mate. Ainda, Brochado (1980) destaca que os Tupi-guarani obtinham todo o amido que necessitavam através da horticultura, enquanto que recorriam a caça e a pesca para obtenção de proteína. Portanto, navegavam por rios e pela costa do mar em canoas de tronco movida por remos. Os sítios com cerâmica da tradição TupiGuarani se concentravam ao longo das margens dos rios maiores, de lagunas ou oceanos abrindo possibilidades de exploração.

A tradição cerâmica TupiGuarani produzia desde grandes urnas até pequenas vasilhas, tendo como função maior de utilização no cotidiano como armazenamento e

alimentação, além de serem utilizadas para questões de funerária e ritualística. Toda a cerâmica desta tradição foi confeccionada pela técnica de enrolamento em cordões de barro, isto é, acordelada, apresentando cozimento incompleto (Brochado, 1980; Ribeiro, 2016).

Esta tradição cerâmica foi datada entre aproximadamente 150 ou 400 d.C., até o final do século XVIII ou XIX, abrangendo um período de 1.400 a 1.700 anos. O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) utilizou de datações para estabelecer sequencias cronológicas seriadas, baseando-se em atributos cerâmicos. O programa subdividiu esta tradição em 71 fases⁷ arqueológicas, cada uma definida por uma sequência seriada de cerâmicas. Além disso, as fases foram classificadas em subtradições, a Pintada, Corrugada, Escovada e fases de transição entre estas. Embora as fases sejam úteis para identificar diferenças regionais ou locais, elas raramente formam sequências cronológicas regionais e, em muitos casos, são sincrônicas entre si, limitando seu valor como marcadores temporais. Esse método, no entanto, destaca variações culturais e espaciais ao longo da extensão da Tradição Tupiguarani (Brochado, 1980).

Para Chmyz (1976), a subtradição Escovada substitui nas cronologias regionais a Corrugada e representa o final da cultura aborígine antes da influência europeia afetar a forma e a decoração das cerâmicas indígenas. Concentradas no Estado do Paraná, nas fases Caloré, Tibagi, Sarandi e Loreto, é possível notar pequenas influências europeias nas técnicas de confecção das cerâmicas.

São poucos as referências sobre cerâmica Tupiguarani no litoral paranaense. Porém, na borda norte da baía de Guaratuba, ao sul do centro urbano de Matinhos, nos sítios rasos de Miringava-66 e Barra do Finção-65 e na camada superficial do Morro do Ricardo-26, do Braço Seco-69 e do Rio Laranjeiras-71 (Figura 11), foi verificada a presença de cerâmica desta tradição por Bigarella (1950). Estes sítios ocupam margens de rios, assentados em terrenos pantanosos e areno-argilosos e são ladeados por vegetação de mangue.

Por outro lado, a tradição Itararé, cuja cerâmica é bem alisada, ocorre com mais frequência no estado do Paraná. Nos três planaltos, foram identificadas as fases

⁷ Para o PRONAPA, fase é “qualquer complexo de cerâmica, lítico, padrões de habitação, etc., relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios” (PRONAPA, 1969).

Itararé, Açungui, Candói e Cantu. Conforme citado, a cerâmica Itararé foi verificada na camada superficial de dois sambaquis, no da Ilha das Pedras (Antonina) e no da Ilha das Cobras (Paranaguá). O sítio da Ilha das Cobras, constituído por valvas de moluscos, é assentado em taboleiro arenoso, já o sambaqui das Ilha das Pedras assenta-se em terreno areno-argiloso, sendo contornado por vegetação de mangue (Chmyz, 1976).

A partir de algumas correlações entre diversos sítios arqueológicos no sul do Brasil, Schmyz (1976) apresenta algumas conclusões. Acredita-se que a ocupação do litoral do Paraná e de Santa Catarina pela tradição TupiGuarani seria mais recente que no planalto. Ainda, parece que os recursos marinhos não desempenharam importância na dieta alimentar destes povos, uma vez que poucos vestígios marinhos foram encontrados em alguns sítios, condição que induz cogitar que a agricultura deveria proporcionar grande parte de sua alimentação. Schmyz (1976, p. 39) então conclui que, pelas datações e associações, percebe-se que “a tradição Itararé é contemporânea à TupiGuarani. É provável que a primeira tradição seja mais antiga no planalto, daí se difundindo para o litoral”.

FIGURA 11 – LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA



FONTE: Adaptado de Chmyz (1976).

Infelizmente, devido à escassez de pesquisas e literatura aprofundada sobre o litoral paranaense, especialmente na cidade de Matinhos, não é possível determinar com exatidão a ordem cronológica e os padrões de assentamento dos povos cerâmicos. No entanto, algumas evidências e relatos de cronistas do período colonial indicam a existência de uma fronteira estabelecida no litoral entre os grupos Tupi, na região da baía de Paranaguá, e os grupos Guarani, na baía de Guaratuba, referidos pelos cronistas como "carijós" (Chmyz, 2002; 2012).

4.3 AS OCUPAÇÕES NO PERÍODO COLONIAL

A colonização europeia no litoral do Paraná teve início com a chegada dos portugueses, a partir da primeira metade do século XVI. Em 1545, os primeiros portugueses chegaram a Superagui, e, entre 1550 e 1560, na Ilha da Cotinga. Inicialmente, havia uma grande preocupação com os índios carijós, que habitavam o litoral. No entanto, após um período de interação e contato, esse temor foi se dissipando, permitindo a passagem dos colonos para o continente, levando à formação do povoado de Paranaguá (Bigarella, 1999).

Mesmo que o primeiro núcleo habitacional estável do litoral paranaense tenha sido implantado somente no século XVII, as costas e baías da região já eram frequentadas por europeus desde as primeiras décadas do século XVI, desenvolvendo-se o contato e a convivência com os povos indígenas. Documentos do cronista Antônio Vieira dos Santos, do século XIX, registram movimentações de portugueses partindo do litoral paulista em direção ao litoral do Paraná, fortalecendo o processo da ocupação europeia na região. As evidências indicam que a miscigenação e a aculturação entre europeus e indígenas ocorriam desde 1501, especialmente na região de Cananéia, no litoral sul paulista, que mantinha vínculos com o litoral paranaense (Chmyz, 2002; Santos, 1850).

A busca por riquezas minerais foi um fator relevante para a ocupação europeia. Em 1531, incursões europeias ao planalto atravessaram o vale do rio Ribeira em direção ao território paranaense (Chmyz, 2002; Santos, 1850). Os primeiros indícios de exploração na região remontam às últimas décadas do século XVI, levando à concessão da primeira sesmaria em 1614, outorgada a Diogo de Unhate, abrangendo as áreas entre os rios Ararapira e Superagui. Porém, bem antes dessa concessão,

muitos mineiros lavravam ouro nas cercanias de Paranaguá, formando arraiais temporários, conhecidos desde as últimas décadas do século XVI (Chmyz, 2002).

Paranaguá foi elevada à condição de vila em 1648, a partir da ocupação das margens do rio Itiberê, com Gabriel de Lara sendo considerado capitão povoador. Neste período, o povoamento do litoral também foi marcado pelo deslocamento forçado da população indígena. Os governadores do Rio de Janeiro requisitavam contingentes de índios do litoral paranaense para servirem em expedições militares, acelerando o despovoamento indígena na região. Em 1690, jesuítas estabeleceram casas de missões, colégios e fazendas em Paranaguá, Morretes, Ilha da Cotinga e Superagui, fortalecendo a presença europeia. Além disso, com a generalização da mineração de ouro, os índios passaram a ser empregados nessa atividade, além de realizarem tarefas domésticas e agrícolas, principalmente após a fundação da vila de Paranaguá (Chmyz, 2002).

Pierri et al. (2014) observaram que o padrão de ocupação das vilas da Ilha da Cotinga e da margem do rio Itiberê, que veio a se tornar a cidade de Paranaguá, procurava uma localização funcional à economia e aos meios de transporte da época. Estrategicamente, essas localidades foram estabelecidas no interior da baía para oferecer proteção contra as ondulações do mar e garantir a proximidade com canais navegáveis, favorecendo a circulação segura das embarcações.

As correntes mais efetivas de povoamento do litoral ocorreram ao longo do século XVII, com a atuação de Gabriel de Lara. No caso específico de Matinhos, há indícios de que pessoas já residiam na região nesse período, embora não existam registros históricos concretos sobre seus primeiros habitantes. O mais provável é que fossem descendentes de portugueses ou indivíduos miscigenados com os indígenas locais. Guaratuba, o município vizinho, por exemplo, teria sido povoado em 1656, embora sua ocupação efetiva só tenha ocorrido em 1768, sendo elevada à categoria de vila em 1771. A administração dessa vila abrangia um amplo território costeiro, incluindo a área onde hoje se encontra Matinhos (Bigarella, 1999; Chmyz, 2002).

No final do século XVIII, a economia litorânea se fortaleceu com a produção de café, arroz e açúcar. Já no início do século XIX, a exportação da erva-mate impulsionou um período de grande crescimento econômico. Além disso, houve um aumento significativo nas exportações de arroz, farinha de mandioca e madeira. De acordo com Pierri et al. (2014), com referência ao trabalho de Miguel (1997), o litoral do Paraná foi a região economicamente mais desenvolvida do estado até o início do

século XIX. Inicialmente, a economia girava em torno da extração de ouro, mas posteriormente passou a se concentrar na produção agrícola, com destaque para o litoral norte, que se tornou a área de maior dinamismo econômico.

No século XIX e início do século XX, houve o estabelecimento de colônias europeias nos sopés da Serra da Prata, com predominância de imigrantes italianos. Inicialmente, esses colonos se dedicavam à agricultura, fornecendo produtos para a região. Com o passar do tempo, algumas dessas famílias migraram para o atual balneário de Matinhos, contribuindo para sua formação e desenvolvimento (Bigarella, 1999).

Foi neste período de assentamento dos europeus sob a costa paranaense que o naturalista francês Augusto de Saint-Hilaire, em 1820, passou pela região onde se encontram o balneário de Matinhos e Caiobá. Saint-Hilaire menciona que havia na região áreas arenosas cobertas por mata baixa, conhecida como “matinho”. Essa vegetação corresponde à mata de restinga. Ainda segundo ele, nas proximidades, um pequeno rio também recebeu o nome de Matinho, já conhecido em 1820. A designação de Matinho para referir-se à região era usual naqueles tempos, e somente com a chegada dos banhistas no século XX é que o nome original foi alterado para “Matinhos” (Bigarella, 1999).

Portanto, a ocupação europeia no litoral paranaense foi um processo gradativo, iniciado com as primeiras incursões exploratórias e fortalecido pela mineração, pela instalação de povoados e pela miscigenação com os povos indígenas. No caso de Matinhos, embora a presença humana seja datada de séculos anteriores, seu povoamento efetivo se intensificou a partir da segunda metade do século XIX, com a chegada de colonos europeus e a subsequente expansão urbana.

4.4 OS CABOCLOS⁸

Antes da chegada dos primeiros turistas e da expansão urbana que transformou o litoral do Paraná, Matinhos era uma região isolada, habitada predominantemente por caboclos que viviam em condições rudimentares. Os caboclos surgiram da miscigenação entre portugueses e indígenas, resultando em

⁸ Esta seção foi desenvolvida tendo como única referência Bigarella (1999).

uma cultura singular, adaptada às condições naturais do litoral e dependente dos recursos locais para sua subsistência.

Nos primeiros tempos da ocupação da região de Matinhos pelos portugueses e pelos paulistas, os colonos ficavam praticamente isolados do resto do mundo. Havia uma preocupação enorme com as necessidades básicas, como a conservação e defesa da vida, fazendo com que quase não houvesse contato com os demais. A segregação foi forçada devido à distância de seus familiares europeus e, na sua miscigenação com os indígenas, perderam grande parte de seus fundamentos culturais lusos, assim como os indígenas perderam parte de sua própria cultura.

Isso acarretou o surgimento de uma comunidade litorânea intimamente ligada à pesca, à agricultura de subsistência e à extração de recursos da Mata Atlântica. As habitações eram simples, feitas com materiais encontrados na região, como madeira e folhas de palmáceas. O que realmente importava ao caboclo era atender às necessidades mínimas do dia a dia, utilizando os recursos disponíveis localmente.

Suas moradias eram encontradas tanto no interior quanto mais próximas à praia. Embora houvesse casas no interior, era comum encontrar habitações temporárias construídas de maneira primitiva. Essas cabanas de base retangular, com soalho de tábuas e cobertas de folhas de palmáceas (Figura 12), eram utilizadas para que a família do pescador passasse as noites de verão longe das nuvens de pernilongos, que se desenvolviam em grande escala após as chuvas de verão nas baixadas úmidas. Os mosquitos invadiam as moradias permanentes, impossibilitando o repouso noturno, tornando essas cabanas à beira-mar um refúgio.

O mobiliário das casas dos caboclos era bastante escasso e rudimentar, satisfazendo apenas as exigências dos recursos provindos do mar e da Mata Atlântica. Portanto, costumes e hábitos se desenvolveram para o preparo, armazenamento e conservação dos alimentos, como, por exemplo, o “fumeiro”, indispensável para a moradia dos pescadores, onde se defumavam os peixes. Não só da pesca vivia o caboclo, ele mantinha um contato direto com a floresta, onde caçava e coletava frutos, palmitos, raízes, tubérculos e brotos para sua alimentação.

FIGURA 12 - CASA PAU-A-PIQUE DE CABOCLOS EM MATINHOS



FONTE: Bigarella (1999).

As roças eram bastante comuns, onde se praticava uma agricultura rudimentar. Os terrenos arenosos da região não eram favoráveis à agricultura mais exigente, mas era possível o cultivo da mandioca, abacaxi, mamoeiro, goiabeira, entre outros. Algumas roças de mandioca e aipim eram encontradas mais próximas às praias, apesar do solo de baixa fertilidade. Os melhores resultados agrícolas eram obtidos nas roças feitas nos terrenos de desmonte, situados no sopé dos morros e da serra, com menor teor de areia, sendo mais apropriados para a agricultura.

O caboclo praticava uma atividade destrutiva com respeito ao meio ambiente, abrindo vastas clareiras na floresta utilizando o processo de derrubadas e queimadas, prática herdada dos indígenas. Além disso, mantinham algumas heranças de seus descendentes também na prática da pesca, utilizando algumas técnicas e conhecimentos, como, por exemplo, os covos ou jequis para a pesca de peixe em desova, técnica na qual os peixes ficavam aprisionados em covos presos por cipós às margens dos rios.

Outros alimentos e hábitos expressivos na alimentação incluíam a produção de açúcar e mandioca. Pequenos engenhos existiam na região, movidos à força de cavalos para a produção de açúcar a partir da cana. Embora a produção fosse pequena, supria quase toda a região. A garapa era apreciada, assim como fermentada

e transformada em cachaça. Já a utilização da mandioca desempenhava um papel importante na alimentação de toda a região. Havia numerosas “oficinas” para o preparo da mandioca, de caráter rudimentar, encontradas dentro das próprias casas ou em casas à parte, designadas como “casa de farinha”.

Além da agricultura, a pesca desempenhava um papel significativo. Inicialmente, a partir de técnicas rudimentares, os peixes contribuía com a demanda de proteína na alimentação dos caboclos. Porém, uma década antes da chegada dos primeiros banhistas a Matinhos, por volta de 1900, chegaram à região os primeiros pescadores profissionais, procedentes de Santa Catarina. Devido à escassez de peixes no estado vizinho, era preciso adentrar mais ao norte para uma boa pescaria, o que levou os pescadores a se instalarem na região.

Os catarinenses introduziram algumas técnicas de pesca e alguns costumes, substituindo certos sistemas de pescaria dos caboclos. A navegação a vela e a remo foi substituída por motores de dois tempos nas canoas, assim como houve a inclusão da rede de malha. No início, o peixe era abundante e a alimentação era farta para os caboclos. Com o decorrer do tempo, as atividades piscatórias foram melhor organizadas. A rede, por exemplo, era um fator que agrupava os pescadores, pois exigia trabalho coletivo.

A pesca da tainha se desenvolveu fortemente, tornando-se um evento culturalmente significativo devido ao trabalho conjunto dos pescadores (Figura 13). A época mais ativa da pesca ocorria nos meses de maio e junho, quando grandes cardumes de tainha encostavam na costa. A técnica do “lance” de tainha exigia uma partilha de funções entre os pescadores. O “espia”, por exemplo, ficava em um ponto alto observando o mar e avisava os demais pescadores, que saíam com a canoa para realizar o lance.

Ainda, não menos importante, havia outros papéis adotados pelos caboclos dentro de sua comunidade. Curandeiros, rezadores, benzedeiros e parteiras eram funções exercidas por indivíduos que resguardavam conhecimento específico e utilizavam elementos como as plantas locais para exercerem suas funções. Em virtude do seu isolamento, a comunidade cabocla não praticava propriamente uma religião, sendo raros seus contatos com igrejas ou sacerdotes. Os caboclos acreditavam em Deus por tradição e hábito e, em sua crença, misturavam os conhecimentos da religião cristã com crendices e superstições locais, sendo o oratório um dos mais notáveis elementos de transmissão cultural da população cabocla.

FIGURA 13 - ARRASTO DE PRAIA EM MATINHOS



FONTE: Bigarella (1999).

4.5 OS BALNEÁRIOS DE MATINHOS E CAIOBÁ, OS PRIMEIROS BANHISTAS⁹

A constituição de Matinhos como balneário residencial e turístico se iniciou na metade da década de 1920, quando curitibanos, conhecidos por esse termo, passaram a visitar a região durante as férias de inverno. Esses visitantes encontraram em Matinhos um cenário exuberante, repleto de belezas naturais e uma comunidade de caboclos e pescadores com seus costumes e hábitos locais.

Ainda antes da chegada destes visitantes, conhecidos também como banhistas, as terras de Matinhos pertenciam a integrantes de famílias tradicionais que ali já habitavam. Aos poucos, as terras foram sendo adquiridas e loteadas por indivíduos que vinham de fora. Diversos loteamentos foram sendo realizados, incluindo aterro das regiões pantanosas marinhas ainda na primeira metade da década de 1930.

A paisagem encantadora de Matinhos, segundo Bigarella (1999, p. 110), "criava um ambiente encantador de romantismo, recreação e lazer, atraindo um número cada vez maior de pessoas para passar as férias de inverno nos balneários recém-criados".

⁹ Assim como na seção anterior, esta teve como principal referência a obra de Bigarella (1999).

O pioneirismo da constituição balneária da região esteve fortemente vinculado às famílias de descendência alemã radicadas em Curitiba, que foram as primeiras a construir casas nos balneários de Matinhos e Caiobá (Figura 14). Enquanto em Matinhos predominavam as residências de madeira, em Caiobá, as construções eram, em geral, de alvenaria, variando entre moradias simples e luxuosas.

FIGURA 14 - PRIMEIRAS CASAS DO BALNEÁRIO DE MATINHOS



FONTE: Bigarella (1999).

Foi Carlos Ross um dos primeiros a construir sua casa em Matinhos, no ano de 1926, ao redor do morro onde situa-se o Pico de Matinhos. A partir dele, outros proprietários foram ocupando e construindo nas áreas ao redor deste morro. Quem não possuía casa própria na praia, procurava os poucos hotéis que foram sendo construídos para atender os visitantes. Porém, os recursos eram demasiadamente escassos, com instalações sanitárias muito primárias.

Além da infraestrutura precária do recém-criado balneário nos primeiros anos, a jornada de chegada até Matinhos era repleta de dificuldades. O caminho pela então recém-criada Estrada do Mar (1926), atual PR-407, que liga a cidade de Paranaguá até o balneário de Praia de Leste, e seguido pelo caminho pela praia do balneário Praia de Leste até Matinhos, era repleto de transtornos como a areia molhada, a subida e descida da maré, que dificultavam a passagem dos automóveis. Mesmo

assim, o apelo natural da região superava os desafios logísticos, atraindo um número crescente de veranistas curiosos pelo estilo de vida praiano.

A consolidação do balneário se deu de maneira gradual e na década de 1930 já era possível notar o crescimento de um assentamento com casas de veranistas, armazéns, vendas e escolas (Figura 15). Uma das primeiras vendas, a de Jacinto Mesquita, fora construída na entrada de Matinhos, em frente ao então ainda não existente território de surfe. Ali vendia-se feijão, charque e entre outras coisas, até ser desmanchada ainda na década de 1920. Devido ao grande fluxo de pessoas que chegavam pela praia de Matinhos e adentravam ao balneário, os comércios, casas e hotéis se concentravam próximos à entrada do balneário.

FIGURA 15 - BALNEÁRIO DE MATINHOS EM 1937



FONTE: Bigarella (1999).

A interação entre os habitantes locais e os turistas também evoluiu com o tempo. No início, os caboclos referiam-se aos banhistas como "bicho-de-goiaba". Mas, com o passar dos anos, a presença dos turistas passou a ser vista de maneira mais positiva, uma vez que representavam uma nova fonte de renda para a comunidade

local. Os caboclos ofertavam os insumos de sua produção agrícola e os peixes pescados.

A praia de Matinhos, onde situa-se o Pico de Matinhos, era um dos locais mais procurados pelos veranistas para o banho devido às águas calmas. O convívio social, para além da praia, estendia-se com passeios coletivos à beira-mar e festas e bailes, onde misturavam-se os visitantes e os moradores locais, onde acontecia o fandango, característico do folclore local.

O abastecimento de água, no início do balneário, era bastante precário. Não houve nenhuma preocupação com a colocação de uma rede de distribuição de água potável para as residências que ali se estabeleciam. A água existente provinha de uma captação de um córrego de água da serra, de maneira rudimentar. Com o aumento dos banhistas e os problemas frequentes, houve uma organização por parte dos banhistas, os quais se mobilizaram para a criação de uma sociedade em prol do desenvolvimento dos balneários, organizando questões como saneamento e eletricidade.

No início da década de 1940 possivelmente houve um hiato deste processo de ocupação, uma vez que após o Brasil ter adentrado a Segunda Guerra Mundial, em 1942, o litoral brasileiro foi considerado zona de segurança nacional. Restrições foram estabelecidas para viagens às praias. Os hotéis e as grandes casas foram requisitados pelo exército para o aquartelamento das praças durante o período de conflito.

Sampaio (2006) apresenta que logo depois da década de 1940 e com o fim da guerra o Paraná passou por uma inflexão econômica e demográfica que gerou um novo impulso à ocupação balneária a partir de 1950. A população paranaense duplicou e a economia experimentou um crescimento marcante apoiado pela produção agrícola. Devido à expansão agrícola, um conjunto de troncos rodoviários foram construídos e pavimentados para favorecer a exportação da produção através do Porto de Paranaguá, que favoreceu também o acesso da população para os balneários do litoral.

Na transição da década de 1940 para a de 1950 houve um novo impulso de ocupação do litoral. Uma vez que o uso balneário ficou restrito aos primeiros assentamentos de Matinhos e Caiobá, no início de 1950, a outra extremidade do litoral paranaense, ao norte, foi impulsionada com o lançamento da Cidade Balneária de Pontal do Sul, em 1951. Mas não só isso, houve também um projeto de loteamento

do balneário de Caiobá, pelo então governador Moisés Lupion. Favoreceu também esses processos a construção da estrada entre Matinhos-Caiobá em 1942 que, apesar da curta distância entre os balneários (3 km), fez com que houvesse uma valorização do balneário. Em 1948, a estrada entre Praia de Leste e Matinhos também foi construída, eliminando a necessidade do trajeto árduo pela praia (Bigarella, 1999; Sampaio, 2006).

Sampaio (2006) ainda denota que o modelo de ocupação no litoral paranaense, quanto à modalidade de assentamento, seguiu-se semelhante nos diferentes trechos da orla. O parcelamento do solo, na forma de loteamentos (chamados de balneários), ocorreu com predominância quase absoluta nas localizações com frente para a praia, sem continuação continente adentro, salvo Matinhos e Caiobá, que cresceram para o interior à medida que se transformavam em cidade, uma vez que o espaço da orla já estava totalmente ocupado.

4.6 O SURFE EM MATINHOS, QUASE 60 DÉCADAS DE HISTÓRIA

Na década de 1960, o balneário de Matinhos e seu vizinho Caiobá passavam por um contínuo processo de transformação territorial. Antes de sua emancipação, Matinhos era um distrito de Paranaguá, já se destacando como destino turístico, especialmente procurado por visitantes de Curitiba. O cenário mostrava uma localidade em consolidação, com urbanização voltada para o lazer à beira-mar e uma economia local fortalecida pelo fluxo de turistas, principalmente durante o verão.

Após a emancipação político-administrativa de Matinhos, em 1967, constitui-se um dos territórios de surfe mais renomados do sul do país e, possivelmente, do Brasil. Quando questionados sobre o pioneirismo do surfe no local, um único nome era citado como primordial para o processo de criação: Tadeu. Jovem conhecido por suas invenções, apelidado de “Professor Pardal” da cidade, Tadeu construiu a primeira prancha que surfou as ondas do Pico de Matinhos. Entre 1968 e 1969, ele fabricou sua própria prancha a partir de instruções encontradas em uma revista.

Tadeu era filho de Mário Gliszczynski, que abriu o Bar Caiçara em 1947 e, logo em seguida, o cinema Cine Sereia em Matinhos (Bigarella, 1999). Foi ele o primeiro homem a surfar as ondas do Pico de Matinhos. Segundo relatos, no final da década de 1960, Tadeu e seus amigos dedicavam-se ao mergulho e à caça submarina,

atividades que, na época, começavam a ganhar popularidade na região litorânea. Contudo, foi a partir do contato com um artigo da revista *Mecânica Popular* sobre a cultura havaiana do *He'e Nalu*, que incluía um manual de construção de pranchas, que Tadeu iniciou a prática do surfe na região.

A prancha construída tinha uma estrutura de cavername coberta por folhas de compensado naval, pintada na cor azul. Curiosamente, um fenômeno semelhante ocorreu no Brasil décadas antes: na década de 1930, um grupo de jovens em Santos iniciou a prática do surfe a partir de um artigo semelhante da revista *Popular Mechanics*, que fornecia instruções para a construção daquela que possivelmente foi a primeira prancha do país (Andraus, 2019). Esse artigo, publicado em diversas edições da revista, teve uma influência vital no universo do surfe, com relatos de pranchas sendo construídas em locais onde a prática ainda era inexistente, como na Espanha, na década de 1960 (Desde La Croa, 2010).

Após fabricar a prancha, Tadeu a vendeu para um amigo, Lincoln Pock. Lincoln era filho de Edwin Pock, nascido na região da Boêmia, que veio para o Brasil em 1929 e, em 1948, mudou-se para Matinhos a convite de Mário Gliszczynski, onde fundou a padaria Nosso Pão (Fritz, 2013). Lincoln, juntamente com Tadeu, foi um dos primeiros a surfar nas ondas de Matinhos. Depois da venda, Tadeu construiu outra prancha, tomando como referência a primeira, mas adaptando-a melhor ao seu gosto.

Apesar de Tadeu e Lincoln não darem continuidade à prática do surfe, suas contribuições foram fundamentais para o que viria a seguir. Duas outras figuras emblemáticas, para o surfe em Matinhos, os irmãos Jamil e Jamo, foram diretamente influenciadas por Tadeu. Em um relato sobre sua trajetória, Jamil afirmou que começou a surfar com seu irmão Jamo usando pequenas pranchas de isopor, como brincadeira de criança, entre 6 e 7 anos de idade, durante a virada da década de 1960 para 1970 (Neto, 2023). Segundo Jamil, o que mais chamou sua atenção na infância foi ver Tadeu, conhecido como dono do cinema, passando pelo centro da cidade com sua prancha de madeira equilibrada na cabeça.

O que teve importância vital para o desenvolvimento do surfe em Matinhos no início da década de 1970 foram as influências de surfistas de outros estados. No começo da década, muitos cariocas e paulistas chegaram a Matinhos em busca de boas ondas no sul do Brasil. Até 1970, o surfe já estava consolidado no Rio de Janeiro, onde uma cultura surfista proeminente havia se desenvolvido (Andraus, 2019; Dias, 2010). Jamil relata que, até ganhar sua primeira prancha em um campeonato por volta

de 1976, aprendeu a surfar com pranchas emprestadas por esses surfistas cariocas (Neto, 2023).

Segundo Jamil, o Pico de Matinhos foi divulgado por surfistas do Rio de Janeiro, devido à qualidade de suas ondas. Naquele período, formava-se um cenário voltado para a busca incessante pelas melhores ondas, influenciado pela trilogia hollywoodiana *Endless Summer*. No Ocidente, o surfe e o estilo de vida associado a ele foram difundidos como práticas que transcendiam fronteiras, incentivando os surfistas a explorar novas localidades ao redor do mundo (Ingersoll, 2016).

Apesar de Jamil e seu irmão Jamo terem se destacado como figuras centrais na primeira geração de surfistas de Matinhos, durante a década de 1970, outros nomes também emergem nos relatos da época, como Jairton, Aramis, Iso Tha, Jorge (conhecido como Rato), Nelson Galvão e Paulo Tozin. Enquanto no Rio de Janeiro o surfe se consolidava como um movimento de contracultura, associado a um estilo de vida alternativo, ao mesmo tempo em que se fortalecia como esporte profissional — com grandes nomes cariocas competindo em campeonatos internacionais (Andraus, 2019) — Matinhos começava a traçar seu próprio caminho no cenário. Esse processo culminou, em junho de 1977, na realização do primeiro campeonato de surfe na cidade, marcando um momento importante na consolidação do surfe local.

O primeiro campeonato de surfe em Matinhos (Figura 16) foi idealizado por Márcio Bittencourt e Júlio Oliva Ramos, resultado de uma parceria entre a *surf shop* de um dos idealizadores, a prefeitura de Matinhos e outros apoiadores. Em reportagem do Correio de Notícias (1977), Márcio relatou que seu interesse pelo surfe, ainda incipiente no Paraná, surgiu durante uma viagem a Ubatuba, na Ilha de São Francisco, em Santa Catarina. Lá, ao observar amigos realizando manobras nas ondas, despertou sua vontade de aprender o esporte. Pouco antes da realização do campeonato, Márcio fundou a primeira *surfshop* do estado, estabelecendo um marco importante para a cena surfista do Paraná. Na mesma reportagem, destacou que o campeonato, que aconteceria no Pico de Matinhos, seria uma oportunidade para que “os atletas descubram esta mina de ondas de direita¹⁰”, enfatizando as excelentes condições do local, que ele considerava entre as melhores do Brasil.

¹⁰ As ondas do Pico de Matinhos são predominantemente de direita porque o local é um *point break*, ou seja, as ondas quebram de forma contínua e previsível ao encontrarem um fundo fixo, no caso, uma bancada rochosa, direcionando-se para a direita do ponto de vista do surfista.

Mesmo com o esporte ainda incipiente e com poucos praticantes na época, o número de adeptos na categoria masculina era baixo em comparação a outros estados. No noticiário, Márcio destaca que não havia uma categoria feminina no campeonato, pois, na época, as mulheres não costumavam se dedicar ao surfe na cena paranaense (Correio de Notícias, 1977). Esse cenário pode ser compreendido dentro de um contexto mais amplo, no qual o surfe, ao longo de sua história, foi gradativamente se consolidando como um espaço predominantemente masculino. Embora originalmente praticado por homens e mulheres nas Ilhas Polinésias, sua difusão a partir dos Estados Unidos ocorreu em um período no qual o esporte passou a ser associado a uma identidade masculina. Assim, ainda que não houvesse restrições formais à participação feminina, fatores culturais e sociais influenciaram a presença das mulheres no surfe, resultando em uma inserção mais tardia e, em alguns momentos, em desafios para ocupar esse espaço (Comley, 2016).

FIGURA 16 - PRIMEIRO CAMPEONATO DE SURFE EM MATINHOS EM 1977



FONTE: Juca de Barros (s.d).

Além do primeiro campeonato, em 1977, ocorreram outros dois campeonatos regionais. Em 1978, um campeonato patrocinado pelo *Correio de Notícias* contou com a participação de 50 surfistas. No ano seguinte, em 1979, outro campeonato foi realizado, reunindo 60 competidores (*Correio de Notícias*, 1980). Ainda nesse período, em novembro de 1979, foi fundada a Associação Paranaense de Surf (*Correio de Notícias*, 1980). No entanto, essa informação ainda não foi plenamente confirmada pela pesquisa, uma vez que a referência do jornal não pôde ser triangulada com outras fontes. Além disso, outras fontes indicam que, na realidade, a Associação Paranaense de Surf foi fundada em 1984, como será descrito mais adiante.

Apesar da divergência nas informações, o noticiário (Figura 17) traz outros fatos relevantes. De acordo com a reportagem, os fundadores da associação foram Antônio Carlos Tocafundo e Nelson Galvão Filho, que afirmaram que “o surfe esbarra na falta de apoio dos setores esportivos governamentais”. Ainda assim, destacaram que o esporte estava em expansão no cenário esportivo, sendo Jamil um dos surfistas de maior projeção no Paraná.

FIGURA 17 – NOTICIÁRIO SOBRE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE SURF PARANAENSE

Surfe tem calendário

Apesar da burocracia, surfistas fundam Associação. Agora querem apoio para o esporte ser mais acessível aos jovens

A Associação Paranaense de Surfe, fundada em novembro, começa na próxima semana a organizar o primeiro campeonato da modalidade. O circuito está sendo montado para o início das competições no inverno nas praias de Matinhos, Guaratuba e Ilha do Mel, com aproximadamente 100 surfistas de todos os níveis.

No Sul do Brasil, ao contrário de outras regiões, a melhor época para a prática desse esporte, é no inverno, pois as ondas se avolumam mais em decorrência das frentes frias.

No Paraná, desde que existe o surfe há 5 anos, já houveram 3 campeonatos regionais. Em 77, quando aqui ainda não havia divulgação do esporte, 30 surfistas participaram do torneio nas categorias senior e junior. O segundo campeonato foi patrocinado pela "CORREIO DE NOTÍCIAS", em 78 com aproximadamente 50 surfistas. O terceiro realizou-se no ano passado e os participantes aumentaram para 60.

O Surfe é um esporte interessante, com muitas peripécias e manobras em cima de pranchas de quase dois metros em ondas das mais diversas. As três manobras básicas são a



SURFANDO

E preciso muita coragem e perícia em cima da prancha

Drop (descida da onda), Cut back (volta-se da onda e faz uma virada de 180 graus, buscando a batida na espuma. E finalmente a do tubo, manobra dentro da onda. Em campeonatos, além desses pontos, o mais importante é o tamanho das ondas.

Como outros esportes amadores, o surfe esbarra na falta de apoio dos setores esportivos governamentais, a começar pela burocracia para registrar a associação, fundada no final do ano passado. Apesar das dificuldades, os surfistas Antônio Carlos Tocafundo e Nelson Galvão Filho, disseram que o surfe está crescendo no cenário esportivo. Referindo-se ao Paraná, o melhor surfista para eles é Jamil Gonçalves Júnior, de Matinhos, que melhor preparado pode competir em condições de igualdade com os cariocas (considerados os melhores surfistas do país), no campeonato brasileiro deste ano.

Segundo os dois surfistas, no Havaí, onde pratica-se o surfe há mais de 500 anos, antes mesmo das descobertas das ilhas, muitos brasileiros vivem exclusivamente do esporte, pois lá é profissionalizado. Por esse motivo e falta de apoio, há uma evasão muito grande de surfistas do país.



SURFISTA

Os dois fundaram a Associação e agora querem mais apoio para o esporte

FONTE: Correio de Notícias (1980).

Na década de 1970, a influência de surfistas de outros estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, parece ter sido fundamental para o desenvolvimento do surfe em Matinhos e, posteriormente, em outras praias do litoral paranaense. Conforme já apresentado, a busca dos surfistas por ondas ainda inexploradas foi um dos fatores

que motivaram a globalização do surfe (Ingersoll, 2016). Surfistas cariocas e paulistas viajavam de seus estados para o Sul do Brasil, tendo uma de suas primeiras paradas o litoral paranaense.

A malha rodoviária federal teve um papel crucial ao permitir esse movimento de exploração das praias e suas ondas pelos surfistas. A expansão das rodovias brasileiras recebeu um impulso significativo no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e, posteriormente, durante o regime militar nas décadas de 1960 e 1970, períodos em que o desenvolvimento econômico do país era uma prioridade (FAPESP, 2020). Os principais acessos ao Sul do Brasil eram feitos pela BR-101 e, principalmente, pela BR-116, devido às melhores condições de pavimentação e infraestrutura na época.

A partir de Curitiba, os surfistas podiam acessar o litoral paranaense e, em seguida, outros litorais por meio da Serra do Mar (BR-277), inaugurada em abril de 1968, ou pela Estrada da Graciosa (PR-410), existente desde 1873. Além disso, outras rodovias estaduais permitiam o acesso às cidades balneárias, como a Rodovia Argus Thá Heyn (PR-407), que liga Paranaguá ao balneário Praia de Leste, construída em 1926 (Bigarella, 1999), e a Rodovia Máximo Jamur (PR-412), construída entre 1973 e 1977¹¹, que liga Praia de Leste a Matinhos e segue até a divisa do Paraná com Santa Catarina, conectando Guaratuba à cidade de Garuva. Somente na década de 1980 foi construída a Rodovia Alexandra-Matinhos (PR-508), com o intuito de aliviar o tráfego intenso nas rodovias PR-407 e PR-412.

Essa malha rodoviária permitiu o fluxo de turistas para o litoral paranaense, especialmente para Matinhos, que se tornou o destino mais procurado. Segundo relatos, a presença de surfistas cariocas e paulistas era mais frequente do que a de surfistas da capital Curitiba. Esse movimento possibilitou, ainda na década de 1970, o surgimento de uma economia voltada para o universo do surfe. Foi nesse período que surgiram as primeiras *surfshops* e que a produção de pranchas de surfe por *shapers* começou a se consolidar.

Como neste período as únicas pranchas de surfe vinham a partir de surfistas de outros estados, alguns surfistas se aventuraram na produção de suas próprias pranchas. Entre 1973 e 1978, Marcos Pinton iniciou os primeiros *shapes* com sua

¹¹ A Rodovia PR-412 foi construída em trechos distintos: Guaruva-Guaratuba em 1973 e Pontal do Sul-Praia de Leste em 1977. A data do trecho Matinhos-Praia de Leste não é precisa, mas possivelmente ocorreu entre esses anos.

marca “Krakatoa”, em Curitiba, em seguida as pranchas “Sunshine”, em Guaratuba, com os irmãos Claudio e Marcos Siegel, juntamente com Edson “Crespo”. A marca “Crespo” (Figura 18) surgiu a partir da separação de Edson com os irmãos Siegel, começando sua própria marca entre 1977 e 1978. Ainda em 1978, outro surfista, Rubens Canfield, também iniciou a shapear pranchas com sua marca “Hatta”, no balneário Praia de Leste. Outro shaper fundamental, foi Avelino Bastos, que também iniciou sua carreira no litoral do Paraná no final da década de 1970 com sua marca “Lino Surfboards”.

FIGURA 18 - SURFISTAS COM A PRANCHA CRESPO



FONTE: Juca de Barros (s.d.)

A década de 1980 se demonstrou como a fase dos campeonatos e do fortalecimento do esporte. Em 1981 foi organizado o Campeonato Aberto de Surfe (Figura 19) no Pico de Matinhos e nas direitas de Guaratuba, tendo como cabeça de organização Juca de Barros, a partir da Associação Paranaense de Surfe (Correio de Notícias, 1981). Esta informação traz divergências quanto à fundação da associação.

FIGURA 19 - CAMPEONATO ABERTO DE SURF



FONTE: Juca de Barros (s.d.)

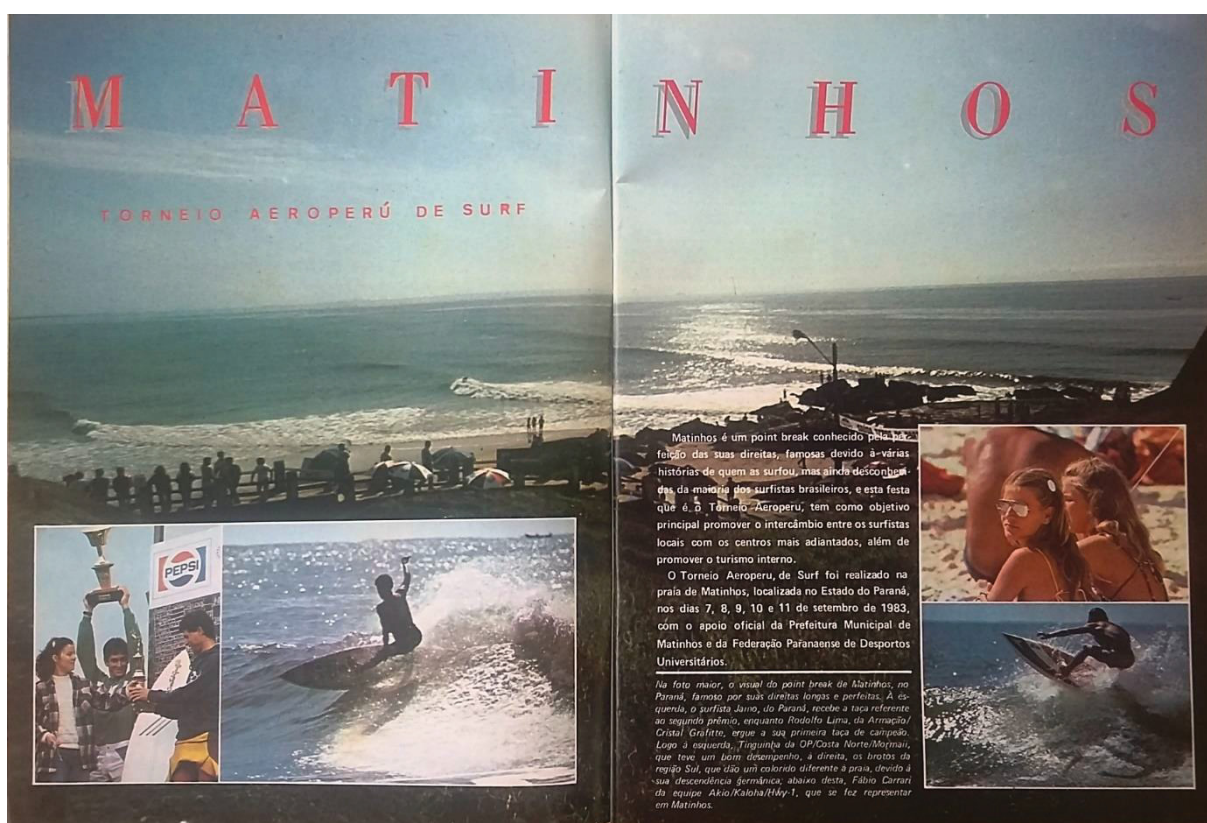
Enquanto um noticiário do Correio de Notícias (1980) menciona a fundação da APS por Antonio Carlos Tocafundo e Nelson Galvão, em 1979, outro noticiário do mesmo jornal (1981) aponta a associação organizando um campeonato, onde Juca de Barros aparece como referência. Em contraste, um artigo do site *Waves* (2017) atribui a presidência inicial a Rogério Nero, enquanto outro artigo do mesmo site traz Juca de Barros afirmando ter fundado a APS. Ainda, outras fontes indicam que a associação teria sido formalmente fundada em 1984, com Juca atuando como diretor jurídico. Diante dessas informações, é possível que a APS tenha passado por um processo de fundação inicial em 1979, mas tenha sido formalizada ou reestruturada em 1984, o que pode ter gerado diferentes versões sobre sua origem.

A partir de 1981, o nome Juca de Barros tem aparecido com constância sendo

relacionado como organizador de campeonatos de surfe em Matinhos. Um grande marco teria sido os campeonatos organizados em 1983 e 1984. O 1º Campeonato AeroPeru de Surfe, realizado na praia Brava de Matinhos em janeiro de 1983, foi o primeiro evento a nível nacional na cidade. A segunda edição deste campeonato ocorreu no Pico de Matinhos, em setembro do mesmo ano, onde diversos surfistas de outros estados estiveram presentes. Conforme traz a revista:

Matinhos é um point break conhecido pela perfeição das suas direitas famosas devido à várias histórias de quem as surfou, mas ainda desconhecidas da maioria dos surfistas brasileiros, e esta festa que é o Torneio AeroPeru, tem como objetivo principal promover o intercâmbio dentre os surfistas locais com os centros mais adiantados, além de promover o turismo interno. (Figura 20).

FIGURA 20 - TORNEIO AEROPERU



FONTE: Juca de Barros (s.d.)

Em janeiro de 1984, ocorreu o 1º *Summer Time* de Surfe, na Praia Brava de Matinhos, onde, a partir deste evento, houve um *boom* de campeonatos. Em seguida, no mês de novembro, ocorreu o Matinhos PRO/AM de Surf, também na Praia Brava. No noticiário do Correio de Notícias (1984), algumas marcas como *Sundek*, *Santa Monica*, *Crespo*, *Hidrojets*, *Ocean Pacific*, *Hotstick*, *Kaloni*, *Green Forever*, aparecem

como patrocinadores de surfistas, algumas formando equipes, demonstrando que muitas marcas já estavam patrocinando alguns surfistas em campeonatos.

Algumas fontes trazem a fundação da Associação Paranaense de Surfe em 1984, tendo Juca de Barros como diretor jurídico e José Álvaro Neia (o Zeca) como representante da ASP. A partir disto, as divulgações dos campeonatos encontrados, principalmente a partir de noticiários de jornais, apresentam Juca de Barros e o Zeca como representantes da ASP. Em 1985 ocorreu o 2º *Summer Time* de Surfe, também na Praia Brava.

Ainda em 1985 ocorreu o 1º Circuito Paranaense de Surfe, organizado pela APS, sob a coordenação de Juca de Barros e Zeca. Segundo eles, 1985 foi o grande ano para o surfe paraense. Este circuito foi dividido em quatro etapas ocorrendo não só em Matinhos, mas também na Ilha do Mel e em Guaratuba (Correio de Notícias, 1986). Já em 1986 o 1º Campeonato Paranaense de Surf Amador e o Circuito Paranaense de Surfe de 86 demonstraram que o surfe como esporte no Paraná chegou em um estado compatível com outros grandes centros, como o Rio de Janeiro e São Paulo. Além disso, o Circuito permitiu a elaboração de um *ranking* estadual que serviria para mostrar o nível dos surfistas (Correio de Notícias, 1986).

Em 1986, com o início dos circuitos, Jamil começou a se destacar no cenário do surfe, sendo idolatrado com o patrocínio da marca *Town & Country*¹², dando a Jamil um estigma profissional de atuação. Entre 1986 e 1989 diversos campeonatos e circuitos ocorreram no litoral Paranaense, tendo como centro organizador a cidade de Matinhos, a partir da ASP. No noticiário do Correio de Notícias (1988) destaca: “com o surfe em evidência no Brasil, a realização de campeonatos vem sendo uma constante aqui no Paraná.”. Ainda, no mesmo noticiário “Em apenas sete meses, as *surf shops* curitibanas já promoveram vários campeonatos, com etapas em quase todas as praias do nosso litoral”.

Em 1988, em Curitiba, foi fundada a *Body Boarding Club*, para ensinar e estimular a prática do *bodyboard*, modalidade de surf a qual pratica-se deitado sobre a prancha. A intenção era de promover o esporte e equipará-lo ao nível dos outros estados como de Santa Catarina e São Paulo (Correio de Notícias, 1988). Também em 1988, na última etapa do circuito paranaense daquele ano, foi coroado o novo

¹² A *Town & Country Surf Designs* é uma marca icônica de surfe fundada em 1971 no Havai, ganhando notoriedade a partir de suas produções de pranchas, tornando-se referência no surfe de alto desempenho.

presidente da ASP para o biênio de 1989/1990, José Carlos Branco Junior. Este circuito de 1988 foi um marco, pois ao longo do ano realizou sete etapas, superando as associações catarinenses e paulistas (Correio de Notícias, 1988).

A final da década de 1980 foi bastante intensa para o surfe paranaense, onde Sylvio Roberto Gumnz (*head-judge*¹³ da APS), comentou para o Correio de Notícias (1990) que o ano de 1989:

Foi o ano em que nossos competidores aproveitaram o embasamento técnico proporcionando pelos campeonatos dirigidos pela Associação Paranaense de surf (APS) se lançando no cenário nacional. uns com mais intensidade e brilho que os outros, mas contribuindo muito para o aparecimento do Paraná entre os estados mais tradicionais de surf brasileiro. É também um momento de reflexão e expectativa, pois não estamos avistando, num futuro próximo, atletas com potencial à altura de Peterson Rosa, seu irmão Maicon, Leandro Breda, Márcio Andrade, Márcio Cruz, Ronaldo Matozzo e outros que pedimos desculpas pela omissão. (Correio de Notícias, 1990).

A organização institucional a partir da ASP parece ter contribuído significativamente para a constituição do surfe paranaense no cenário nacional. O noticiário do Correio de Notícias de 1985, destaca:

O surf do Paraná, considerado, atualmente, no âmbito nacional, como um dos de melhor nível técnico do País, teve esse importante crescimento, devido ao trabalho de um grupo de desportistas, que, apesar das dificuldades naturais inerentes ao desenvolvimento de qualquer modalidade de esporte, (devido à falta de apoio do governo e de empresas privadas), não se abateram e se uniram para fortalecer e divulgar esse esporte, que tem sido, para eles, uma grande paixão. (Correio de Notícias, 1985).

Com o desenvolvimento do surfe no litoral do Paraná e o interesse de muitos jovens pelo esporte, o surfe se transformou num grande canal de publicidade. Mesmo com os surfistas sendo descritos e estereotipados como drogados, cabeludos e vagabundos, indo de encontro com os costumes da sociedade em geral, houve um aumento da sua popularidade, assim como um aumento no consumo de mercadorias relacionadas ao surfe (Lanagan, 2002).

Em nota para o Correio de Notícias (1986), Juca de Barros argumenta que, apesar do aumento da sofisticação que envolve o surfe, a partir do custo dos equipamentos para praticar o esporte, o surfe ainda é considerado por muitos como

¹³ O *Head Judge* é o juiz principal em competições de surfe, responsável por supervisionar a equipe de juízes, garantir a aplicação dos critérios de julgamento e tomar decisões em casos de interferências ou disputas.

uma atividade de “ratos de praia” (FIGURA 21). As drogas, segundo Juca, constituem um problema constante no cenário do surfe nacional, prejudicando a performance dos atletas.

FIGURA 21 - JUCA DE BARROS FALA SOBRE DROGAS



FONTE: Correio de Notícias (1986).

Apesar disso, o cenário contribuía para que houvesse uma relação entre a ASP, que realizava os campeonatos em parceria com diversas empresas e comércios. Os campeonatos dependiam financeiramente do apoio dos patrocinadores do evento, não só no sentido estrutural, mas também ao fornecer prêmios para os ganhadores. Juca de Barros e Zeca, reconhecidos como “os grandes responsáveis pela evolução do *surf* paranaense”, relatam que as empresas acreditam num bom retorno de *marketing*, uma vez que o surfe tem ganhado notoriedade no cenário esportivo brasileiro (Correio de Notícias, 1978).

No Brasil, o surfe foi ganhando apreço a partir da divulgação do esporte a partir da grande mídia. No Rio de Janeiro, por exemplo, a cultura do surfe já estava consolidada, e até mesmo fora divulgada pela Rede Globo (Figura 22). O surfe passou a ter uma presença mais constante em vários espaços. Por exemplo, nas décadas de

1970 e 1980 em alguns filmes¹⁴ o surfe esteve centralmente presente, atraindo grande público (Melo; Fortes, 2009).

FIGURA 22 - GLOBO MOSTRA O SURF DO BRASIL



FONTE: Diário do Paraná (1979).

A década de 1990 foi marcada pela ascensão do surfe de Matinhos no cenário internacional e também da transformação institucional das organizações locais. O início da década foi marcado pelo hiato de campeonatos, que cessaram devido a dificuldades financeiras ocasionadas pelo Plano Collor (1990-1992). No entanto, no mesmo período, o surfista Peterson Rosa, no momento com 14 anos, começa a aparecer nos veículos de notícias como favorito no Circuito Brasileiro de Surfe, nas categorias Mirim e Junior (Correio de Notícias, 1990). O Circuito Brasileiro de Surfe teve seu início oficial em 1987, com a criação da Associação Brasileira de Surf Profissional (ABRASP), a qual estabeleceu uma estrutura formal para as competições no país. Até então, os campeonatos eram organizados de maneira amadora a partir das organizações locais (Andraus, 2014).

¹⁴ Nas ondas do surf, de Lívio Bruni Júnior (1978); Nos embalos de Ipanema (1978), Menino do Rio (1981) e Garota dourada (1983), os três de Antônio Calmon (Melo; Fortes, 2009)

Outros nomes além de Peterson Rosa eram creditados como representantes do Paraná na década de 1990, como Cico Braga, Leandro Breda, Maicon Rosa, Márcio Andrade, Márcio Cruz, Ronaldo Matozzo, entre outros. Porém, o nome de Peterson era indiscutivelmente o mais notado, uma vez que fora creditado como promessa de primeiro fenômeno da história do surfe paranaense, fato que lhe proporcionou bons patrocínios durante sua caminhada profissional.

Peterson Rosa é um dos surfistas de maior destaque formado no Pico de Matinhos. Único brasileiro tricampeão do Circuito Brasileiro de Surfe (1994, 1999 e 2000), ele também alcançou um feito raro ao permanecer por 14 anos no Circuito Mundial de Surfe (WCT) (Pabst, 2020). Manter-se na elite exige resultados consistentes em cada temporada, já que apenas os melhores do *ranking* seguem no circuito, enquanto outros são rebaixados.

Ainda no início da década de 1990, é fundada em Guaratuba a sua primeira associação de surfe, a Associação de Surfistas de Guaratuba (ASG). Como argumento, o vice-presidente da associação destacou que o motivo seria de nivelar o surfe de Guaratuba com o de Matinhos, onde já haviam grandes nomes no surfe. Até meados de 1995 não foram encontrados indícios de eventos ou campeonatos de surfe no litoral paranaense, até a constituição da OCEAM.

A OCEAM, Organização Centralizadora de Esportes Aquáticos de Matinhos, foi fundada em maio de 1996 como uma “associação civil sem fins lucrativos de caráter esportivo por finalidade a difusão, desenvolvimento e o incentivo da prática dos esportes aquáticos e em especial o surfe, bem como a defesa do meio ambiente” (OCEAM, 2009). A associação, logo quando surge, realizou em novembro do mesmo ano o seu primeiro campeonato, o 1º Circuito Cico Braga¹⁵ de Surf, com apoio do então do deputado Alborghetti, e comércios locais. Logo então, com a retomada dos campeonatos a partir da OCEAM novos eventos surgiram com grande evidência. Em 1997, ocorreu o Circuito *Hot Buttered* – OCEAM 97, com três etapas (Figura 23).

¹⁵ O circuito foi nomeado em homenagem a Cico Braga, uma lenda do surfe brasileiro, reconhecido por suas habilidades excepcionais. Sua trajetória promissora no surfe nacional foi interrompida precocemente devido ao seu falecimento no início de sua ascensão.

FIGURA 23 - 2ª ETAPA OCEAM 97 DE SURF

**CIRCUITO HOT BUTTERED
OCEAM 97 DE SURF**

PATROCÍNIO:

Hot Buttered **pirate**
SURF-SKATE-SNOW

2ª ETAPA

DIAS 16 e 17 AGO

VÁLIDO PELO RANKING PARANAENSE DE SURF AMADOR

LOCAL PICO DE MATINHOS

CO-PATROCÍNIO:

PUGA SURF SHOP
Fund. de Vida

PRO LITE **WZ?**

CATEGORIAS: AM. OPEN, JUNIOR, MIRIM, INICIANTES, INTERNA, SURF FEMININO E LONGBOARD

PREMIAÇÃO DA ETAPA: 01 PASSAGEM PARA O PERU - 03 PRANCHAS DE SURF KITS / ACESSÓRIOS E TROFÉUS

APOIO:

REALIZAÇÃO:

INSCRIÇÕES: PUGA SURF SHOP
Av. Vicente Machado, 237
Fone: (041) 220-2114

COBERTURA DO EVENTO: PROGRAMA **MERCADO LIVRE**

NO AR DAS 09:00 ÀS 10:00 HORAS DOMINGO NA REDE RECORD

RESULTADOS VIA INTERNET
www.bbs2.sul.com.br/aps

FONTE: Acervo pessoal do entrevistado (2025).

Aparentemente, a ASP permaneceu ociosa no início da década de 1990 até a formação da OCEAM, período no qual não foram encontrados indícios de atividades. Entre 1998 e 1999, Juca de Barros, juntamente com a OCEAM, fundou a Federação Paranaense de Surfe (FPS), um grande marco para a história. A federação foi composta por outras três entidades: a Associação Paranaense de Surfe, a OCEAM e a Associação de *Surf Vibration*. Porém, nesse período, houve algumas transições e transformações nas entidades que organizavam o surfe no litoral do Paraná.

A FPS permaneceu ativa por pouco tempo, até meados de 2000/2001, quando Juca de Barros interrompeu suas atividades para então assumir a Confederação Brasileira de Surf (CBS) em 2002, onde atuou até 2009. Nesse período, a gestão da OCEAM também passou por mudanças em 2001. Entre 2003 e 2004, a Federação

Paranaense de Surf ressurgiu, porém não como uma continuidade da anterior, mas sim com uma nova configuração, sendo composta por diferentes associações – a Associação do Pico de Matinhos, a Associação de Surf do Balneário de Ipanema e a Associação de Surf de Pontal do Paraná. Além da nova estrutura, a presidência foi assumida por Gil Cordeiro, surfista de renome da geração dos anos 1990, marcando uma nova fase para o surfe paranaense.

Antes da desativação da FPS, fundada por Juca de Barros, um projeto que viria a impulsionar a formação de grandes gerações de atletas em Matinhos começou a ganhar forma nos anos 2000. O projeto Surf Escola integrou a prática do surfe à perspectiva escolar, em parceria com o município. Em 2005, o projeto passou a fazer parte do Programa Federal Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, por meio de uma articulação entre a prefeitura e o Estado. Com isso, o Paraná tornou-se o primeiro estado a incluir o surfe nesse programa federal (Waves, 2005). No entanto, o projeto foi interrompido devido a mudanças e reestruturações, não apenas nas associações locais e na federação, mas também na própria administração municipal de Matinhos.

Por volta de 2010, outro projeto de ensino de surfe surgiu: o Ondas do Saber, que, assim como o projeto anterior, começou a atender os alunos da rede pública de ensino no contraturno escolar, em parceria com a prefeitura municipal. Este projeto foi iniciado sob a coordenação da OCEAM, que permanece até os dias atuais. Porém, há indícios de outro projeto de escola de surfe ainda no início dos anos 2000. Relatos apontam para uma escola de surfe organizada pelos irmãos Rosa, a Escola de Surf *Brothers Rosa*, que proporcionava aulas de surfe gratuitas aos moradores e veranistas de Matinhos no verão (Waves, 2004).

Com a popularização do surfe e sua profissionalização como esporte, o ensino da modalidade tornou-se também uma atividade profissional. O ensino do surfe desenvolveu-se não apenas em seu caráter socioeducativo, mas também como esporte de alto rendimento (Brasil; Ramos; Goda, 2013; Ramos; Brasil; Goda, 2013). Essa prática foi fomentada em Matinhos, e, em 2004, um curso de instrutores de surfe foi organizado por iniciativa da FPS, em conjunto com a CBS e as associações locais, como a OCEAM e a Associação de Surf do Pico de Matinhos (ASPM) (Moska, 2004).

Desde os anos 2000, o Pico de Matinhos consolidou-se como um dos principais territórios de surfe do Paraná, sendo considerado um celeiro de atletas paranaenses destacados no cenário nacional e internacional. Além dos já consagrados Jamil (anos 1970), Cico Braga (anos 1980) e Peterson Rosa (anos 1990), nos anos 2000 foi a vez

do surfista Jihad Khodr Chiah, que conquistou relevantes títulos como o de campeão sul-americano Pro Junior e campeão brasileiro. Além disso, integrou a elite do surfe mundial nos anos 2008 e 2009, sendo o primeiro surfista de origem muçulmana a alcançar tal feito (Matinhos, 2013).

Nesse mesmo período, houve uma maior visibilidade e reconhecimento do surfe feminino no Paraná. Em Matinhos, a atleta Bruna Schmidt se destacou no cenário competitivo, abrindo caminho para novas gerações do surfe. Apesar dos desafios históricos, como a falta de patrocínio e oportunidades iguais em campeonatos (Schmitt; Bohuon, 2022; Silva; Cola; Martins, 2024), o surfe feminino em Matinhos tem se consolidado. Atualmente, a surfista que vem se destacando, com apenas 16 anos, é Luara Mandelli, considerada uma jovem promessa de Matinhos (Waves, 2023).

Por fim, a trajetória do surfe em Matinhos se construiu, primordialmente, em torno do Pico de Matinhos e revela um processo dinâmico de territorialização a partir de uma prática esportiva. Influências externas e surfistas de protagonismo local consolidaram o Pico de Matinhos como um dos principais territórios de surfe no Paraná. Desde a primeira prancha construída pelos pioneiros até os dias atuais, o surfe se fortaleceu e se tornou parte integrante da identidade territorial de Matinhos.

A profissionalização do surfe, a ascensão de atletas paranaenses no cenário nacional e internacional e o desenvolvimento de projetos educacionais voltados ao ensino do surfe demonstram como a prática evoluiu para além de uma simples atividade de lazer. No entanto, desafios persistem, especialmente no que diz respeito à infraestrutura local e à preservação das condições ambientais que garantem a qualidade das ondas e a sustentabilidade do território.

Compreender o contexto atual do território do Pico de Matinhos exige uma análise das tensões e oportunidades que surgiram a partir desse legado. Reflexões sobre como o território de surfe se insere nas dinâmicas socioeconômicas e ambientais e de que forma a história do surfe pode orientar estratégias para um desenvolvimento territorial sustentável são discussões da próxima seção, onde são exploradas as condições atuais do Pico de Matinhos e as possibilidades de desenvolvimento que emergem desse território historicamente construído.

4.7 REPRESENTAÇÃO SINTÉTICA DAS FASES DE TERRITORIALIZAÇÃO

O território de Matinhos é resultado de um longo processo histórico de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), no qual diferentes grupos ocuparam e transformaram a paisagem ao longo do tempo. Desde os primeiros habitantes sambaquieiros até a consolidação do surfe como parte da identidade local, esse território passou por ciclos de apropriação e dominação, nos quais sedimentos materiais e cognitivos foram ora preservados, ora apagados ou transformados. O estudo desses ciclos revela como diferentes atores e dinâmicas ambientais, sociais e econômicas moldaram Matinhos, transformando-o a partir uma de complexa interação entre tradição e modernidade.

Os primeiros vestígios de ocupação humana em uma Matinhos ainda intocada remontam aos povos sambaquieiros, que construíram grandes montes de conchas e restos ósseos conhecidos como sambaquis, marcando o primeiro ato territorializante. Esses povos tinham modos de vida baseados na coleta de moluscos, pesca e caça, acumulando os resíduos orgânicos e minerais nesses montes.

Com o declínio das populações sambaquieiras — fenômeno ainda não totalmente compreendido pela comunidade científica —, os povos indígenas ceramistas passaram a ocupar o litoral paranaense, inclusive os próprios sambaquis, iniciando um novo processo territorializante. Os hábitos alimentares dos sambaquieiros, que davam forma aos sambaquis, já não permaneceram no período ceramista. Os vasos de cerâmica evidenciam uma transformação na cultura alimentar, agora marcada pela agricultura e pela conservação e preparo dos alimentos. Apesar dessa mudança, a pesca ainda persistiu, deixando vestígios da ocupação dos povos ceramistas sobre os sambaquis.

Com o tempo, os indígenas expandiram sua ocupação, promovendo um lento processo de transformação da paisagem por meio de roças, trilhas e aldeamentos. No entanto, com a chegada dos europeus, iniciou-se um processo de desterritorialização dessas populações indígenas. A escravização, o deslocamento forçado e a miscigenação resultaram em uma perda cultural significativa. Paralelamente, a paisagem sofreu alterações abruptas, pois os colonizadores impuseram uma nova territorialização, baseada na fundação de povoados e vilas, na mineração, na agricultura e na criação de animais. Esse processo levou à expropriação dos

indígenas e à exploração predatória dos recursos naturais, alterando o uso e a estrutura do território.

Na região da atual Matinhos, um dos resultados desse processo foi a emergência da cultura cabocla, fruto da miscigenação entre europeus e indígenas. Os caboclos estabeleceram-se em comunidades isoladas, adaptando-se ao ambiente para a pesca, o extrativismo e a agricultura de subsistência. Neste processo reterritorializante, alguns elementos dos ciclos anteriores persistiram, como práticas indígenas de pesca e agricultura, além de traços linguísticos e culturais incorporados à identidade cabocla e mesclados à cultura europeia.

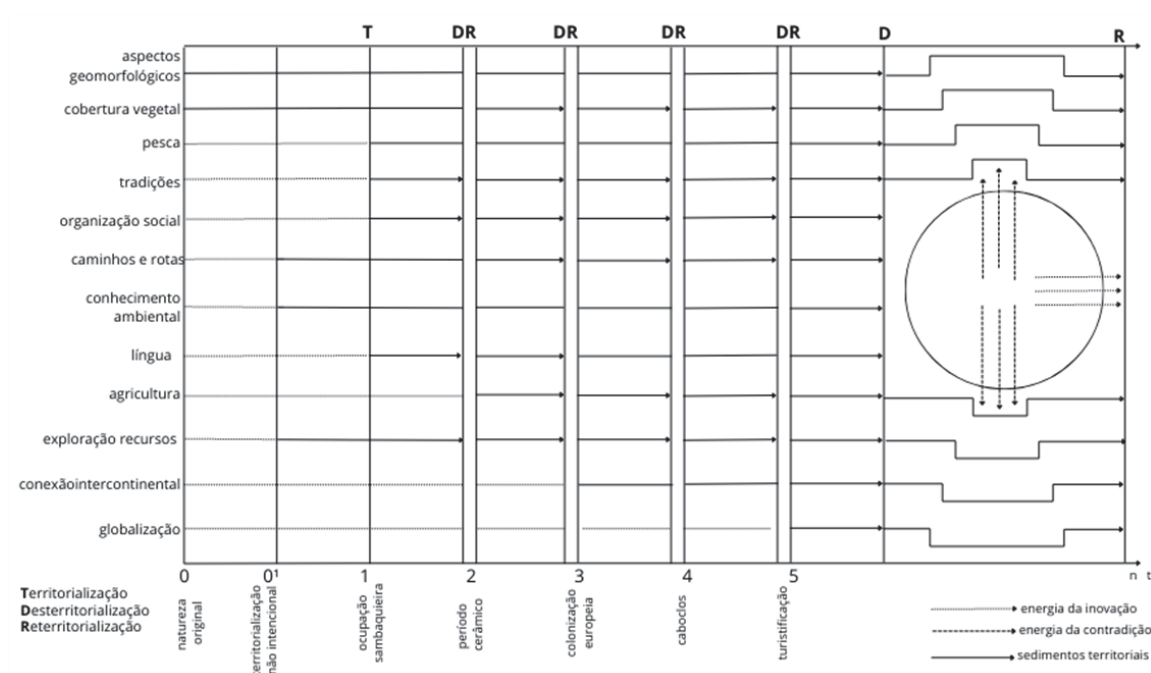
Entretanto, o período de predomínio dos caboclos sofreu influência direta da chegada de visitantes ao litoral paranaense, principalmente na área onde hoje se localiza Matinhos. Esses visitantes, conhecidos como banhistas, vinham da capital Curitiba e gradativamente instauraram um outro ciclo de desterritorialização. As terras começaram a ser loteadas e vendidas, e novas construções foram erguidas, promovendo a expansão de uma vila que mais tarde se tornaria uma cidade balneária. Esse processo culminou na marginalização dos caboclos, que perderam progressivamente o acesso às áreas costeiras que antes ocupavam. A reterritorialização resultante transformou o litoral em um território turístico.

Com a organização do território voltada para atender as necessidades dos veranistas, Matinhos começou a se estruturar com infraestrutura voltada ao lazer e à sazonalidade do turismo. Foi nesse novo contexto territorializante que se iniciou a prática do surfe, com uma pequena comunidade de surfistas ocupando um ambiente de transição entre a terra e o mar. Um movimento impulsionado tanto pela chegada de surfistas de outras regiões quanto pelo processo de globalização, que permitiu a disseminação do surfe além de suas fronteiras originais até chegar ao litoral paranaense.

Assim, a trajetória territorial de Matinhos evidencia um processo contínuo de transformação, em que diferentes atores imprimiram suas marcas no território, muitas das vezes apagando ou ressignificando legados anteriores. Hoje, a cidade é um reflexo dessas múltiplas camadas históricas, representadas por habitantes remanescentes de povos originários, pela cultura cabocla, mas também pela atividade turística, pela urbanização de sua faixa costeira onde surfistas deslizam sobre suas ondas, sobre o Pico de Matinhos, conformação responsável pela consagração do lugar.

As fases (ou períodos) de territorialização descritas até então estão representadas no diagrama a seguir (Figura 24), seguindo o modelo proposto por Magnaghi (2001). Este esquema representa essencialmente os principais sedimentos materiais e cognitivos depositados sobre o território de Matinhos como consequência das diferentes fases de territorialização ao longo do tempo.

FIGURA 24 - DIAGRAMA DO CICLO TDR



FONTE: O Autor (2025), baseado em Magnaghi (2001).

5 PICO DE MATINHOS, TRANSFORMAÇÕES E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO

A construção do território de surfe se deve, primordialmente, às características e dinâmicas oceanográficas que moldam as ondas que quebram no Pico de Matinhos. As particularidades ambientais formadoras desse *point break* conferem ao território peculiaridades em relação às suas ondas. Como as ondas quebram inicialmente sobre um fundo fixo de pedra, sua formação é mais estável em comparação com *beach breaks* onde o fundo de areia sofre alterações constantes devido ao deslocamento dos grãos, modificando a forma das ondas.

Outra característica marcante do Pico de Matinhos é a extensão da onda, permitindo que o surfista percorra longas distâncias em uma única onda. Para os surfistas entrevistados, essa característica diferencia a onda do Pico em relação a outras da região. Além disso, essa mesma particularidade contribui para outra questão relevante: ao longo de toda a sua extensão, a onda apresenta diferentes seções, cada uma exigindo um nível técnico distinto, como destacam os entrevistados:

Em uma única palavra é a, no caso a distância da onda né, é uma onda muito longa, então é o que distingue o nosso pico assim, é uma onda longa que você não vê em nenhum pico do Brasil né, nenhum pico do Brasil você consegue surfar uma onda que nem a nossa que você realmente cansa as pernas e larga a prancha que você não aguenta né [...] (Entrevistado 1).

E a onda em si, né, que é muito boa, tem várias exceções, né? Começa atrás da laje lá, com um grande tubão. Depois a galera passa entubando inteira a laje, depois começa a dar bastante manobra, vai até lá embaixo. A onda é longa, né? (Entrevistado 2).

Por exemplo, a surfabilidade da onda no *drop*¹⁶ — momento em que ela começa a quebrar sobre o fundo de pedra, conhecido pelos surfistas como "lajes" — exige um nível técnico mais elevado (Figura 25). Em seguida, a mesma onda modifica sua formação, tornando-se mais adequada para surfistas de nível intermediário. Por fim, em um terceiro estágio, a onda se torna mais suave e menos inclinada, permitindo um deslize mais moderado e acessível.

¹⁶ Drop é o momento em que o surfista desce a face da onda após se levantar na prancha, exigindo técnica e equilíbrio para continuar a manobra.

FIGURA 25 - SURFISTA ENTUBANDO A ONDA NA PROXIMIDADE DA LAJE



FONTE: Bazanella (2018).

Sabe-se que a surfabilidade de uma onda está diretamente relacionada ao seu grau de dificuldade e, portanto, ao nível técnico do surfista (Benedet; Pierro; Henriquez, 2007; Hutt; Black; Mead, 2001). Para os surfistas entrevistados, o Pico de Matinhos se destaca como um local democrático. Isso porque suas ondas atendem tanto surfistas experientes, que buscam tubos desafiadores, quanto iniciantes, que conseguem deslizar lateralmente ao longo da crista da onda, como destaca um dos entrevistados:

[...] é que o pico, ele é muito democrático, né, cara? Você vê, é uma onda que, tipo, ela cria potencial pro cara que é profissional, surfa lá, onda quebra com mais força, quebra um tubo, coisa e tal, pro cara mediano, que é mais aqui pra baixo um pouco, que pega aquela onda mais gordinha e tal, pro cara que tá aprendendo, que é mais embaixo ainda, e ainda as criancinhas que estão fazendo aula de surf, tem aquela ondinha ali, fraquinha no cantinho, que até é uma paredinha, assim, de formiga, que a gente fala, né? A paredinha de formiguinha, né? Então, assim, cara, ele é muito democrático, é uma baita escola, assim, né? (Entrevistado 6).

Os entrevistados, além de apontarem elementos relacionados às características e à surfabilidade da onda, demonstraram conhecimento sobre as dinâmicas oceanográficas que atuam sobre seu território. Além de compreenderem as dinâmicas do fundo marinho em torno do Pico de Matinhos, que estão intimamente

interligadas às características da onda, os surfistas relataram um padrão sazonal de movimentação dos sedimentos de areia, que transitam entre as praias e favorecem a formação das ondas, como destaca do Entrevistado 3. Também indicaram um padrão sazonal de ondulações e ventos, revelando que há maior frequência de ondas nos períodos de inverno. O conhecimento que os surfistas possuem dessas dinâmicas é construído a partir de sua estreita relação com o território (Matoso; Moura; Serafini, 2024), além de auxiliar em sua segurança dentro do mar (Brogueira; Peixoto, 2015).

Swell de nordeste tira tudo a areia do pico. Vem de lá, aí tira, leva tudo pra Braba. Aí fica fundo ali, não seca. Aí a partir de abril, março, maio, abril, começa a vir o swell de sul, que a frequência de lá, daí traz toda a areia da praia Braba. Isso faz o fundo. A onda é o fundo de areia embaixo dela, que deixa ela perfeita. Aí dá o swell de sudeste, de sul, a onda fica perfeita. (Entrevistado 3).

As dinâmicas oceanográficas do território refletem até mesmo na organização social e nas relações de poder. As seções da onda, delimitadas pela localização das lajes, como descrito anteriormente, foram, no início do território, elementos que estruturaram uma hierarquia entre os surfistas, dando origem ao localismo. Segundo os relatos, os surfistas mais experientes e respeitados tinham passe livre para se posicionar próximo à primeira laje, onde a onda apresenta maior dificuldade. Já os novatos e menos experientes eram restringidos de acessar esse espaço, conforme relata o entrevistado 4:

A gente tinha uma hierarquia muito forte, assim os novatos não podiam passar de uma linha, né? Da Laje, por exemplo, nenhum novato podia entrar, né? Eu estava começando, eu tinha que ficar do pico pra baixo, né? Conforme a gente ia evoluindo né, ia pegando confiança dos mais antigos, você conseguia ir um pouquinho mais perto da laje e tal. (Entrevistado 4).

Essa hierarquia existia entre os próprios surfistas locais do Pico de Matinhos. No entanto, com o aumento do número de surfistas visitantes de outros estados, o localismo se intensificou. A hierarquia foi se fortalecendo e quem desrespeitasse as regras poderia sofrer sérias consequências. Conflitos verbais e até mesmo físicos foram relatados pelos entrevistados. Contudo, com o passar do tempo, o localismo no território foi se enfraquecendo, à medida que os surfistas mais antigos e respeitados deixaram de surfar e o número de surfistas visitantes aumentou, fazendo com que essa dinâmica fosse gradualmente atenuada, conforme o entrevistado 4:

Eu acho que...essa nova geração, que não pegou isso aí, né? Essa essa questão aí de...essa cultura do localismo, essa cultura de agressividade, essa geração toda veio com uma...uma mentalidade diferente. (Entrevistado 4).

A proteção do território está intimamente conectada ao pertencimento que os surfistas sentem por seu local de surfe, resultado do tempo que passam surfando, aprendendo e crescendo junto ao seu pico favorito (Anderson, 2014; Usher; Gómez, 2016). Os atores entrevistados relataram seu apego e relação com o território, expressando um forte sentimento de pertencimento por meio de palavras como “casa”, “mãe”, “escola” e “coração” ao se referirem ao Pico de Matinhos. Além disso, esse sentimento de pertencimento é reforçado pelo aspecto econômico e de subsistência, uma vez que alguns dos entrevistados tiveram — e ainda têm — o território como meio de sustento, seja como competidores profissionais ou por meio de atividades comerciais relacionadas ao surfe, conforme relatam os entrevistados:

Ela é uma escola, eu digo, Matinhos é uma mãe. É uma mãe, na verdade. (Entrevistado 4).

[...] o pico de Matinhos, ele é o vamos dizer assim, ele é o coração, né? É o que bomba o sangue pro restante das... É o que bomba o sangue pra pro corpo, pro meu corpo. Que no caso é tudo que eu faço, né? Todas as atividades que eu faço, quem bomba sangue pra todas elas, é o pico de Matinhos, sabe? (Entrevistado 6).

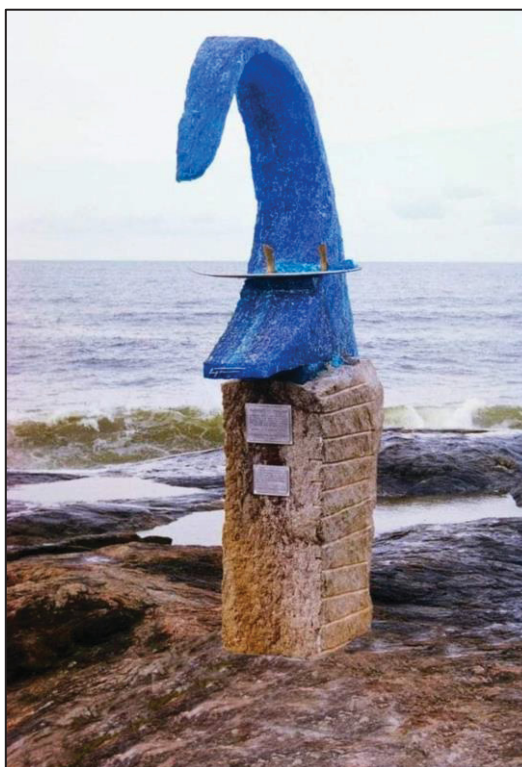
O sentimento de pertencimento também está relacionado ao fato de os surfistas terem iniciado a prática do surfe nesse território. O aprendizado do surfe era compartilhado entre os mais velhos e os iniciantes, e, devido à escassez de pranchas na época, ocasionada pelo alto custo do equipamento, era comum que uma prancha fosse emprestada para que novos surfistas pudessem começar. Além disso, é possível identificar a influência de surfistas que se destacaram e foram consagrados devido à sua vivência no território, servindo como fonte de inspiração para aqueles que estavam iniciando no esporte.

Como mencionado, o surfista que teve grande significância para o território foi Peterson Rosa. Ele transcendeu sua trajetória individual e se tornou um símbolo para o território de surfe de Matinhos. Projetando o nome de Matinhos para além das fronteiras nacionais e internacionais do surfe, Peterson influenciou gerações de

surfistas locais, tornando-se uma referência para muitos. Ao longo de sua carreira, manteve uma forte ligação com o Pico de Matinhos, sendo reconhecido como uma “lenda” e inspiração.

Em 1999, quando Peterson Rosa estava entre os 10 melhores do mundo, foi congratulado com o título de Cidadão Honorário de Matinhos. Além disso, foi inaugurada uma escultura em resina poliéster, com base estrutural de pedra, criada pelo artista Luiz Trevisan (Figura 26). A obra, que representa uma onda tubular cristalizada, inclui outros elementos, como uma prancha e os pés de Peterson, e foi construída sobre as pedras do mirante do Pico de Matinhos (Londrina, 1999).

FIGURA 26 - ESCULTURA DE PETERSON ROSA



FONTE: Matinhos em Fotos (2022).

Além disso, em 2009, houve outra homenagem, realizada pela prefeitura da cidade em parceria com a OCEAM, na qual não apenas Peterson Rosa foi homenageado, mas também a surfista Bruna Schmitz (Martins, 2009). O papel de referência que Peterson Rosa ocupa dentro do território lhe confere um caráter de patrimônio, pois sua memória e influência se perpetuam por meio da oralidade e do aprendizado dentro da comunidade do surfe em Matinhos.

Isto reforça que o Pico de Matinhos não é apenas um espaço geográfico, mas sim um território identitário onde ocorre uma transmissão de conhecimentos sobre o surf, moldando novos surfistas e consolidando uma tradição esportiva local. O reconhecimento do Pico de Matinhos como um celeiro de atletas por parte da comunidade local, reforça a ideia de que há, neste território, uma constante reprodução de uma patrimonialização do surfe. Atletas como Cico Braga, Peterson Rosa, Jihad Khodr, Bruna Schmitz, e da nova geração, como Anuar Chiah, Luara Mandelli e Edson de Pra, são resultado, não só do esforço individual dos atletas, mas também da transmissão de conhecimentos e das práticas comunitárias como as escolas de surfe e o envolvimento da comunidade local.

No entanto, o território tem sofrido pressões sobre um de seus elementos mais importantes: as ondas. Devido ao processo de ocupação da orla costeira, problemas de erosão se tornaram recorrentes no município. Como medida de mitigação, foram implementadas estruturas como muros, escadarias e enrocamentos, que passaram a artificializar a orla da cidade (Novak; Lamour, 2021). Desde os anos 1980, a erosão costeira se consolidou como um problema persistente, levando à realização de tentativas de contenção durante as décadas de 1980 e 1990, porém sem sucesso (Marín, 2010).

Recentemente em 2022, um grande projeto de recuperação da orla de Matinhos foi executado, alterando a paisagem e influenciando a surfabilidade da onda do Pico de Matinhos e de outras praias. Com o objetivo de reverter os impactos da ocupação e proteger a orla das ressacas, que vinham comprometendo parte da infraestrutura urbana, o Governo do Estado do Paraná implementou um projeto de revitalização com a promessa de melhorar a vida local e incentivar o turismo. A obra compreendeu o engordamento da faixa de praia, a construção de estruturas marinhas semirrígidas e canais de macrodrenagem, além da revitalização urbanística da orla (IAT, 2025). Entre os surfistas, o projeto gerou preocupações quanto à possibilidade de alteração das ondas do Pico de Matinhos.

Apesar das notas técnicas elaboradas pela Universidade Federal do Paraná que destacavam incongruências na obra e a possibilidade de impacto sobre a onda e, conseqüentemente, sobre a comunidade do surfe (UFPR, 2019, 2020), essa preocupação foi inicialmente ignorada. Segundo relatos dos entrevistados, os surfistas organizaram uma mobilização para tentar mitigar o processo que poderia comprometer a formação da onda. Além do engordamento da praia no Pico de

Matinhos, um espigão seria construído exatamente sobre o local onde se situam as lajes que dão origem às ondas do Pico.

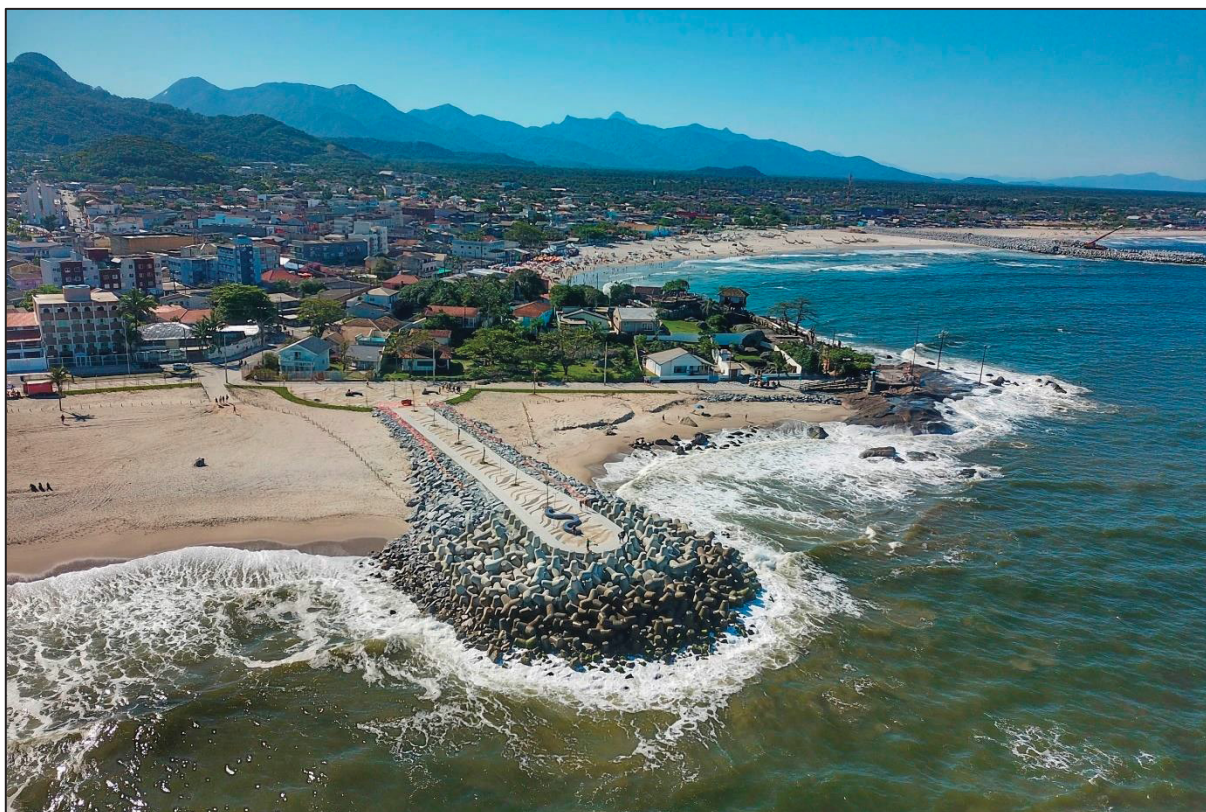
A partir do diálogo entre a coordenação da obra e os surfistas locais, foi possível estabelecer algumas alterações no projeto para reduzir os possíveis impactos sobre a onda. Segundo um entrevistado, as discussões focaram no impacto do espigão sobre a disponibilidade de sedimentos e, conseqüentemente, sobre a surfabilidade das ondas. Como resultado desse diálogo, o espigão foi realocado e teve seu comprimento reduzido em relação ao mar, conforme relatou o entrevistado 2:

[...] eles (os surfistas) tinham medo que acabasse com as ondas, né? E aí eu tive contato, como eu tenho bastante contato com o governo do estado, me colocaram em contato com o diretor da obra [...]. E aí ele foi na minha loja, conversou comigo e tal, e eu falei assim, não, então beleza, eu vou conversar com algumas cabeças do pessoal do surf e eu levo pra gente fazer uma reunião, né? [...] E aí, cara, a gente conversou e tal, e a gente chegou nessa conclusão que ia interferir muito nas ondas se eles fizessem do tamanho que eles queriam fazer. Porque ia assorear, né? Muito espaço próximo da pedra. E normalmente do lado esquerdo, do lado inverso da corrente, ele afunda. (Entrevistado 2).

A obra foi executada e as modificações no espigão foram respeitadas (Figura 27). Apesar disso, os surfistas relatam que houve alterações na dinâmica da onda, embora ainda não seja possível determinar de que forma ou em que medida essas mudanças impactaram sua qualidade. Isso se deve, em parte, à subjetividade da percepção da surfabilidade, que varia conforme as preferências individuais de cada surfista. Entretanto, os relatos indicam modificações em sua formação, embora sua principal característica, uma onda extensa, tenha se mantido. Além disso, os surfistas argumentam que o ambiente ainda está em processo de reequilíbrio após as intervenções. O Entrevistado 4 trás sua percepção sobre tal modificação:

É que mudou né, o que acontece, a gente ainda tem o tubo, a gente ainda tem a onda longa, só que ela mudou a dinâmica dela, em vez dela ser lá da terceira laje né, pra baixo, ela ficou da primeira laje pra baixo, então ela mudou um pouco a dinâmica, mas é uma onda gostosa, rápida, tubular, forte, então assim, dizer que a reforma acabou com o pico, eu vou estar mentindo porque não aconteceu (Entrevistado 4).

FIGURA 27 - ESPIGÃO FINALIZADO AO LADO DO PICO DE MATINHOS



FONTE: Vieira (2023).

O ponto central dessa mobilização foi o reconhecimento do Pico de Matinhos como um patrimônio imaterial e territorial. A defesa do território pelos surfistas reflete um sentimento de pertencimento e a reivindicação do direito ao território, onde a integridade ambiental é essencial para garantir sua continuidade. A obra representou um processo de desterritorialização, no qual agentes externos interferiram no território, alterando sua dinâmica. A mobilização dos surfistas demonstrou que o Pico de Matinhos estava sob ameaça enquanto patrimônio, levando à reterritorialização por meio da participação da comunidade na negociação do projeto.

Embora a obra de recuperação da orla tenha sido promovida com o discurso de mitigação da erosão, dos recorrentes alagamentos e da revitalização urbana, havia um interesse econômico subjacente. Além da proteção costeira, o projeto visava tornar a orla mais atrativa para o turismo e impulsionar a valorização imobiliária. Esse processo é característico da turistificação, um fenômeno já consolidado em diversas áreas costeiras brasileiras (Moraes, 2007).

Os entrevistados, conforme os relatos a seguir, reconhecem que o investimento no turismo tem gerado benefícios econômicos para o município, especialmente

durante a alta temporada. No entanto, o Pico de Matinhos foi pouco considerado nesse processo, apesar de seu potencial para se consolidar como um cartão-postal da cidade, valorizando a cultura do surfe construída ao longo das décadas. Além do aspecto histórico-cultural, também foi apontado o potencial econômico que envolve o território do surfe.

O bom é porque... O turismo, né, cara? A cidade vai crescer, milhões de pessoas vêm no verão. Mas outra também é que não suporta, né? Botaram areia, mas não tem o suporte aqui na rua. Atrás não tem o suporte necessário pra receber 2 milhões de pessoas. Entendeu? [...] Então o espigão ali foi pra política, pra encher, pro turismo melhorar, pra eles darem um a mais pra cidade, né? Em termos econômico, social, turístico. [...] Mas pra cidade, pô, cara, verão aí, dois milhões de pessoas, né? Gira, a galera vence tudo aí, consegue trabalhar bem. Cidade cresceu bastante, né? Esse lado tá muito bom, sabe? Também tenho consciência disso (Entrevistado 6).

Então, como eu acabei de falar, o Pico de Matinhos hoje é o cartão postal da cidade, sem dúvida nenhuma, entendeu? Por conta do histórico, quem se refere ao Pico de Matinhos se refere, primeiramente, aos campeões que aqui tiveram, a tudo que aconteceu na história do surf [...] então, se você tem ali no Mirante, vou supor, aqui, o nosso ponto turístico, um... Secretaria de Turismo, informando tudo da história, como é que aconteceu, trazendo, entendeu? Sem dúvida isso aí vai virar uma referência e os caras vão falar assim, ó, Matinhos tem um cartão postal e tem um registro histórico que é chamado Pico de Matinhos (Entrevistado 4).

Para os atores locais, o Pico de Matinhos e o surfe exercem uma influência vital na economia do município. Durante a baixa temporada, quando as praias ficam vazias, surfistas de outras localidades frequentam o território devido à alta frequência das ondas nos períodos mais frios do ano. Esse fluxo movimenta o comércio local, como restaurantes, bares, pousadas e hotéis. Além disso, os eventos de surfe geram um impacto econômico significativo, atraindo surfistas, entusiastas e espectadores, que injetam capital no município.

Não, isso aí é de suma importância, porque ele traz, como eu te disse, baixa temporada, cai o fluxo de pessoas na cidade, movimentação per capita e o swell que movimenta o inverno (Entrevistado 3).

Quando tem onda, gira tudo, né? Quando tem eventos. Pô, aqui, né? Tamo no inverno, tamo sem nada, mas tem onda. Matinhos tá meio paradão, tem um monte de surfista de tudo que é lugar. Tem um monte de cidade que gira através dessa onda. Que ela chama em número os surfistas do nosso Paraná e além de outros estados aí. Então, é lá um movimento bastante, né, cara? De todas as formas, é o lugar que... É o melhor ponto turístico dessa cidade aqui, cara. Pra mim é o melhor, eu não vejo outro não, cara (Entrevistado 6).

Além do turismo sazonal, o território de surfe é um espaço produtivo que gera renda e oportunidades econômicas. Diversos atores dependem diretamente desse território para sua subsistência, como: Lojas especializadas em artigos de surfe; instrutores e escolas de surfe; fabricantes e reparadores de pranchas; fotógrafos especializados em surfe; serviços informais, como aluguel de pranchas na praia.

A metodologia "Surfonomics", aplicada em diversos estudos de caso em Reservas Internacionais de Surfe, demonstra o valor econômico que um território de surfe pode gerar para a economia local (Bosquetti; de Souza, 2019; Waves, 2025). Na Guarda do Embaú, por exemplo, os surfistas gastam, em média, o dobro dos turistas convencionais, sendo responsáveis por cerca de 77% da contribuição para a economia local (Waves, 2025). Esse dado reforça a importância da preservação do Pico de Matinhos não apenas como um espaço de prática esportiva, mas como um ativo econômico e territorial fundamental.

Diante desse processo histórico de transformações territoriais, o Pico de Matinhos se consolidou como um território de referência para a prática do surfe e a identidade da comunidade local. No entanto, a integridade deste território de surfe não está garantida frente as dinâmicas de ocupação do litoral paranaense (Pierri *et al.*, 2014), impulsionadas pelo turismo e por empreendimentos de desenvolvimento urbano que visam o desenvolvimento econômico (Onofre, 2021), colocando desafios para a preservação deste patrimônio territorial.

A partir disso, surgem questionamentos fundamentais: como garantir a integridade deste território de surfe? Quais mecanismos poderiam assegurar a sua proteção frente as pressões de crescimento urbano e das intervenções costeiras?

5.1 PICO DE MATINHOS, UMA RESERVA DE SURFE

Conforme já comentado na revisão da literatura, diversas alternativas estratégicas de gestão têm sido desenvolvidas e implementadas para garantir a integridade de territórios de surfe ao redor do mundo, como as reservas de surfe, ações legislativas e reconhecimento como patrimônio (Blum; Orbach, 2021; Edwards; Stephenson, 2013; Orchard; Reiblich; dos Santos, 2023; Reiblich, 2013; Scheske *et al.*, 2019). As políticas públicas da Nova Zelândia, por exemplo, se destacam ao

estabelecer diretrizes governamentais para o uso das áreas costeiras, reconhecendo a importância dos territórios de surfe (New Zealand Government, 2010).

No entanto, é necessário considerar a realidade brasileira no que diz respeito ao reconhecimento dos territórios de surfe e à forma como esse processo vem se desenvolvendo. Nesse sentido, torna-se fundamental refletir sobre como o Pico de Matinhos pode ser reconhecido, valorado e protegido a partir das legislações ou mecanismos disponíveis.

No Brasil, o primeiro mecanismo voltado à proteção e conservação de um território de surfe foi a promulgação da Reserva Internacional de Surfe da Guarda do Embaú. Localizada em Santa Catarina, a Guarda do Embaú é um território de surfe de renome internacional, reconhecido tanto pela qualidade de suas ondas quanto pela forte identidade da comunidade surfista local. Por meio do programa das Reservas Internacionais da *Save The Waves Coalition*, a Guarda do Embaú foi aprovada como a 9ª Reserva Mundial de Surfe (RMS) em 2016, sendo oficialmente dedicada em 2019.

Para que uma área seja reconhecida como Reserva Mundial de Surfe, é necessário que haja mobilização dos próprios atores do território, que devem candidatar-se ao processo de certificação. Esse reconhecimento é baseado em quatro critérios fundamentais: (1) qualidade das ondas e consistência da ondulação, (2) características socioambientais do entorno costeiro, (3) grau de reconhecimento e importância histórica da área para o surfe e (4) apoio da comunidade local (STW, 2020).

Mais recentemente, outro mecanismo de proteção dos territórios de surfe foi iniciado, desta vez em âmbito nacional. O Programa Brasileiro de Reservas de Surfe (PBRs), inspirado nas diretrizes do programa internacional da *Save the Waves Coalition*, vem sendo desenvolvido desde 2019 e, em 2024, resultou na promulgação das quatro primeiras Reservas Nacionais de Surfe no Brasil (Abessa et al., 2022; "Brasil passa a ter quatro Reservas Nacionais de Surfe", PBRs, 2024). O programa tem como objetivo reconhecer, valorizar e proteger ecossistemas de surfe icônicos, que apresentam atributos ambientais, culturais e econômicos relevantes. As praias selecionadas como Reservas Nacionais de Surfe foram: Praia do Francês (Marechal Deodoro, AL), Itamambuca (Ubatuba, SP), Regência (Linhares, ES) e Moçambique (Florianópolis, SC) (PBRs, 2024).

O PBRs não envolve diretamente atos governamentais, mas baseia-se em um modelo de governança participativa. A gestão de cada reserva é conduzida por um

comitê local auto-organizado, composto pelos próprios atores do território. Esse comitê é apoiado por um conselho técnico-científico, um conselho estratégico e um núcleo executivo do programa, que trabalham em conjunto sob uma perspectiva de gestão ecossistêmica (GovernançaPBRS, 2024).

Além disso, um avanço significativo ocorreu em Regência (Linhares, ES), um dos territórios de surfe nomeados como reserva. No mesmo ano de sua promulgação como Reserva Nacional de Surfe, foi aprovada uma lei municipal para proteger suas ondas. Regência é reconhecida por suas ondas poderosas, que quebram próximas à Foz do Rio Doce, no encontro do rio com o oceano. No entanto, este território também foi profundamente impactado por um dos maiores desastres socioambientais do Brasil: o desastre de Mariana. Além dos danos ambientais irreversíveis ao longo do rio, o desastre deixou marcas significativas nos territórios pesqueiros e no próprio território de surfe (Paula, 2018; Versiani, 2024).

Considerando os critérios estabelecidos para a definição de uma Reserva Nacional de Surfe, é possível fazer uma análise preliminar sobre como o Pico de Matinhos se encaixa nesses requisitos. No entanto, como esta pesquisa não tem como foco a elaboração dessa análise de forma detalhada, a avaliação será feita de maneira subjetiva, com base nas informações coletadas. Ainda assim, existem metodologias mais rigorosas para determinar a viabilidade de um local como reserva de surfe, como a utilizada por Llantada e Serafini (2021).

Os critérios de seleção para o reconhecimento das áreas de surf protegidas no Brasil são embasados a partir das iniciativas das Reservas Mundiais de Surfe (RMS), *Save the Waves Coaliton* (STW) e *National Surfing Reserves Australia* (NSR) (Lima, 2011; PBRS, 2019).

Qualidade da onda e constância da ondulação: as ondas do Pico de Matinhos são reconhecidas no mundo do surfe por suas direitas de alta qualidade, consideradas umas das melhores do Brasil. Os entrevistados exaltam essa característica, destacando sua extensão, que permite ao surfista realizar um grande número de manobras. Além disso, a boa formação das ondas possibilita que surfistas de diferentes níveis as aproveitem, desde iniciantes até os mais experientes. O *point break* de Matinhos também é conhecido pela formação de bons tubos, nos quais surfistas mais experientes conseguem aproveitar o momento da quebra da onda.

[...] e também claro né, isso não pode deixar de falar né, os tubos né, que ali é maravilhoso, acho que os melhores tubos que eu já tirei da minha vida foi aqui no pico de Matinhos, eu já surfei em muitos lugares né! (Entrevistado 3).

E a onda em si, né, que é muito boa, tem várias exceções, né? Começa atrás da laje lá, com um grande tubão. Depois a galera passa entubando inteira a laje, depois começa a dar bastante manobra, vai até lá embaixo. A onda é longa, né? É um point break. Fica diferente. Normalmente aqui no Brasil não tem muito point break, sabe? Então point break engrandece a gente aqui, né, cara? Então a gente tem esse privilégio de ter esse pote de ouro aqui, né, cara? (Entrevistado 2).

Segundo os entrevistados, a maior frequência de ondulações ocorre a partir do fim do verão, quando as ondulações de sul e sudeste se tornam mais comuns e favoráveis ao surfe no *point break*. De acordo com Nemes e Marone (2013), há uma predominância sazonal da ondulação de leste durante o verão, enquanto nas demais estações prevalecem as ondulações de sul e sudeste.

Em relação à morfodinâmica da praia e ao fundo do *point break*, este é favorecido por sua estabilidade, devido à presença de um fundo rochoso onde se inicia a quebra das ondas. No entanto, segundo relatos, os sedimentos arenosos que também contribuem para a formação das ondas são deslocados para a praia adjacente (Praia Brava) durante o verão, em função da incidência frequente de ventos e ondulações dos quadrantes leste e nordeste, o que pode impactar negativamente a qualidade das ondas. Com a chegada das ondulações de *swell* vindas do sul e sudeste, esses sedimentos retornam ao Pico de Matinhos, favorecendo novamente a quebra das ondas.

Características socioambientais únicas do ambiente costeiro: o entorno costeiro da cidade de Matinhos é dotado de grande riqueza e complexidade ambiental. A cidade está situada em uma extensa planície costeira, cercada por uma cadeia de montanhas no lado leste da Serra da Prata, onde se encontram os morros do Escalvado, Cabaraquarina, Cabaraquara, Taguá e Caiobá. Neste território, percorre o Rio Guaraguaçu, o curso de água mais importante para a cidade. Além disso, alguns cursos d'água, como os rios Matinhos, Guarituba e Caiobá, tiveram seus percursos modificados e substituídos por canais ao longo do tempo (Bigarella, 2009).

Os morros que cercam o município são constituídos por rochas ígneas, cortadas por numerosos diques de diabásio. A planície costeira é formada por sedimentos do Quaternário, depositados em diferentes ambientes. Desde a beira-mar

até as cristas serranas, há uma diversidade de ecossistemas que abrigam uma ampla gama de espécies da fauna e da flora (Bigarella, 2009).

A atividade humana nessa região vem modificando esses ambientes, com maior intensificação a partir da década de 1930. A principal alteração foi a ocupação da faixa dinâmica da praia, que resultou na destruição das dunas frontais e na urbanização sobre a área praial, causando sérios problemas de erosão costeira. Esses impactos não se restringem ao arco praial onde se localiza o Pico de Matinhos, mas também afetam os arcos praias adjacentes (Novak; Lamour, 2021; Pierri *et al.*, 2014).

Sucessivas tentativas de conter e mitigar o processo erosivo foram implementadas ao longo das décadas, porém sem sucesso (AMB, 2010; Novak; Lamour, 2021). O último grande projeto de restauração da orla, no entanto, parece estar conseguindo conter e impedir tais processos erosivos até o momento, permitindo o uso e ocupação da orla costeira sem comprometer a infraestrutura da cidade.

O uso e a ocupação do solo em Matinhos têm sido fortemente influenciados pelo turismo e pela sazonalidade das atividades econômicas. A ocupação se concentra ao longo da faixa de areia, onde predominam residências de veraneio, condomínios, hotéis e comércios voltados ao setor turístico. O crescimento urbano acelerado, sem planejamento adequado, resultou na degradação ambiental e influenciou os modos de vida das populações tradicionais caiçaras (Pierri *et al.*, 2014)

Ao longo do tempo, alguns patrimônios foram tombados pelo município, reconhecendo o valor de seus bens materiais e imateriais. A Serra do Mar foi tombada como patrimônio histórico e paisagístico em 1986, assim como os morros de Caiobá e do Escalvado, tombados como bens paisagísticos municipais em 1989. Além disso, a orla de Matinhos foi tombada como patrimônio natural em 1970, com fundamento na Lei Estadual nº. 1.211/1953 em 16/05/1975, no Livro I do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Outros elementos de destaque incluem a presença de sambaquis próximos à orla de Matinhos, conforme descrito no Ciclo TDR. Além disso, o território de surfe divide espaço com o território pesqueiro de pescadores artesanais. Há também áreas de preservação nas proximidades do Pico de Matinhos, como a APA de Guaratuba, o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e o Parque Estadual Rio da Onça.

Nível de reconhecimento e consagração do surf spot: conforme já apresentado, o Pico de Matinhos possui grande importância para a comunidade do surfe local e

para o desenvolvimento do surfe no estado do Paraná. Os atores entrevistados relatam seu apego ao território, destacando diversos aspectos territoriais que possuem relevância e devem ser preservados para a continuidade desse território, como as relações sociais, o conhecimento ambiental adquirido, a formação de atletas de alto rendimento, o nível de organização política em prol do surfe e dos campeonatos.

Matinhos é um celeiro, cara. Matinhos sempre vai nascer um surfista profissional de high performance, muito bom, cara. A onda faz isso. Essa onda criou todos nós. (Entrevistado 3).

É onde tá a minha raiz e onde eu vejo um grande futuro pra surfistas que dali tão saindo. Vejo um futuro muito promissor, porque cada vez se torna mais profissional. (Entrevistado 1).

Então, ali, pra mim, ali, aquilo ali é um paraíso. Porque ali eu fiz grandes amizades. Dali que saiu minha profissão. É daí que saiu o esporte que eu amo, que é para mim o melhor esporte do mundo e que você tem condições de interação com vários países, várias etnias, várias pessoas e é fundamental na minha vida. (Entrevistado 5).

Na minha opinião, porque eu venho dali, é o principal ponto turístico e de criação de personalidades, de criação de renda, de criação de energias ali, vem do pico. Você vê, é um lugar que recebe turistas do mundo inteiro, surfistas do mundo inteiro. (Entrevistado 2).

Muitos surfistas de outras localidades se deslocam até Matinhos para explorar as ondas perfeitas do Pico de Matinhos (AEN, 2024), principalmente durante os campeonatos realizados na região. A consagração de Peterson Rosa fez com que Matinhos alcançasse reconhecimento internacional, sendo mencionada nos principais veículos de mídia da elite mundial do surfe. Além disso, o nível de organização do surfe na cidade, por meio de associações e da federação, se tornou referência. Juca de Barros, que desenvolveu sua carreira como gestor do surfe em Matinhos, chegou a presidir a Confederação Brasileira de Surfe, elevando o nome de Matinhos não apenas no cenário nacional, mas também internacionalmente.

Por fim, dois atos governamentais recentes reconheceram oficialmente a importância do surfe para Matinhos. A Lei nº 21.334, de 22 de dezembro de 2022, do Estado do Paraná, concedeu ao município o título de "Capital Estadual do Surf", destacando suas praias como referência para a prática e o desenvolvimento desse esporte no estado. Além disso, a Lei nº 086/2023, do município de Matinhos, declarou

a prática do surfe como Patrimônio Cultural de natureza imaterial, reconhecendo sua relevância cultural e histórica para a comunidade local. Essa legislação também atribui ao órgão municipal de proteção do patrimônio cultural a responsabilidade de adotar medidas para a preservação e promoção dessa prática.

Ademais, é possível apontar outras legislações estaduais em favor do surfe. A Lei estadual nº 17.956/2014 estabelece procedimentos para o acondicionamento e transporte de pranchas de surfe nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros no litoral do Estado do Paraná. Também, a Lei estadual nº 18.670/2015 instituiu o Dia Estadual do Surfe e a Semana Estadual de Fomento ao Surfe no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente no dia 21 de dezembro e na semana do dia 21 de dezembro, respectivamente.

Apoio comunitário: o Pico de Matinhos apresenta um sólido nível de apoio comunitário para o desenvolvimento de uma reserva de surfe, sustentado por uma ampla rede de instituições que atuam no território. As associações locais, juntamente com a Federação Paranaense de Surf (FPS), desempenham um papel central na organização de campeonatos e na defesa dos interesses da comunidade do surfe desde o início da prática no município. A escola de surfe local, que possuiu forte apoio do Estado com investimentos para a constituição de um complexo esportivo (AEN, 2022), fortalece a inclusão social e a transmissão do conhecimento sobre a cultura do surfe, garantindo a sua continuidade.

A presença de instituições acadêmicas, como a UFPR Setor Litoral, possibilita a produção de uma ampla gama de pesquisas sobre a região do litoral paranaense, oferecendo fundamentos científicos e suporte para a sustentabilidade do território. Além disso, a articulação entre os surfistas e instituições locais evidenciam uma governança territorial participativa e ativa, essencial para a implementação de uma reserva de surfe. Ademais, o reconhecimento do surfe como Patrimônio Cultural Imaterial do município e o título de Capital Estadual do Surfe consolidam uma base institucional favorável, demonstrando o potencial de apoio político e governamental para essa iniciativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ao longo desta pesquisa, foi possível responder à pergunta central: “De que maneira o Pico de Matinhos, como território de surfe, consolida-se como patrimônio territorial do município de Matinhos?” A pesquisa trouxe elementos que demonstram que o Pico de Matinhos é um componente fundamental do patrimônio territorial do município, sendo reconhecido e apropriado pela comunidade de surfistas como um espaço identitário e simbólico.

A dinâmica territorial de Matinhos foi analisada por meio do ciclo territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), revelando que a consolidação do território de surfe ocorreu dentro de um processo histórico mais amplo de transformação do município. Matinhos foi ocupada e reterritorializada em diversas ocasiões por diferentes grupos, que deixaram suas marcas no território. No entanto, foi durante a reterritorialização de Matinhos como destino turístico que o território de surfe se destacou como um espaço de apropriação para os surfistas.

A formação desse território, influenciada tanto por fatores ambientais quanto socioculturais, ocorreu dentro de um contexto de transformação territorial, acompanhando a ocupação e urbanização aceleradas pelo turismo de massa no litoral paranaense. Nos primeiros estágios da construção do território de surfe, o litoral já passava por processos desterritorializantes, com a substituição de comunidades tradicionais por novos habitantes vindos de outras cidades. A implementação de infraestrutura turística também alterou significativamente a paisagem costeira, substituindo áreas antes pouco modificadas por espaços voltados à urbanização e ao lazer.

O território de surfe emergiu, então, como uma forma específica de reterritorialização, consolidado pela presença contínua de surfistas que criaram novos laços com o espaço. Durante esse processo, algumas características naturais do ambiente persistiram: o relevo das pedras que formam o Pico e as lajes submersas que moldam as ondas permaneceram praticamente inalterados ao longo dos ciclos civilizatórios. No entanto, o ambiente praiado sofreu modificações gradativas, especialmente devido aos processos erosivos e à ocupação costeira, o que alterou parcialmente a dinâmica sedimentar do fundo marinho e das bancadas de formação das ondas.

Além da permanência de elementos naturais, o território de surfe também carrega marcas dos ciclos sociais e históricos anteriores. Entre os surfistas que consolidaram e ainda fazem parte desse território, encontram-se descendentes de famílias tradicionais, possivelmente ligadas à pesca e ao modo de vida caiçara, que habitavam a região antes da turistificação. Ao mesmo tempo, novos surfistas chegaram ao município devido à urbanização e aos fluxos migratórios para o litoral. Assim, o Pico de Matinhos representa um território no qual coexistem elementos históricos e novos processos territorializantes, resultando em uma identidade territorial dinâmica e em constante transformação.

Isso revela que o território de surfe não é apenas um espaço físico onde quebram as ondas, mas um espaço relacional carregado de significados construídos e transmitidos ao longo do tempo. O surfe consolidou-se como um vetor de identidade territorial, e, nesse processo de reterritorialização, Matinhos se tornou um dos principais polos do surfe no Sul do Brasil, fortalecendo sua cultura e criando uma economia própria ligada ao esporte. Dessa forma, a construção desse território pode ser entendida como uma forma de resistência à turistificação homogênea, pois envolve a apropriação identitária e cultural do espaço por um grupo social específico.

A percepção dos surfistas sobre o território reforça essa ideia: o surfe não é apenas uma prática esportiva, mas uma expressão de pertencimento e identidade, carregada de valores sociais e simbólicos. Nesse sentido, a “velha guarda” desempenha um papel fundamental na manutenção da memória coletiva sobre a história do surfe local. Muitos desses surfistas vivenciaram as primeiras transformações ambientais e testemunharam o crescimento do surfe na região. A transmissão oral dessas experiências e relatos alimenta a memória coletiva e fortalece a identidade territorial do Pico de Matinhos.

A Escola de Surfe, presente nesse território, pode desempenhar um papel crucial nesse processo, atuando como um espaço de transmissão da memória e fortalecimento do patrimônio imaterial do surfe. Para além da formação de novos atletas e do apoio socioeducativo, a Escola pode incentivar o compartilhamento de histórias e conhecimentos entre gerações, promovendo atividades que resgatem a cultura do surfe local. Além disso, pode integrar à sua metodologia a transmissão de conhecimentos sobre as dinâmicas oceanográficas que moldam as condições de surfe no Pico, conectando os praticantes ao meio natural. Dessa forma, a cultura do surfe e a memória dos surfistas pioneiros permaneceriam vivas no território, reforçando o

pertencimento e a valorização do Pico de Matinhos como parte do patrimônio territorial da cidade.

O caráter simbólico do território destaca que ele não pode ser reduzido a um ponto geográfico específico, abrindo espaço para uma discussão sobre a polissemia do termo "pico". O termo "pico", assim como "território", pode ter diferentes significados e escalas: para alguns, é um ponto exato onde a onda quebra; para outros, é uma área maior da praia ou até um espaço mais amplo dentro do município.

Essa questão revela a complexidade territorial do Pico de Matinhos e sugere que a forma como o território é percebido e apropriado em suas diferentes escalas merece mais atenção em estudos futuros. Uma leitura mais aprofundada dessas dinâmicas poderia contribuir para um entendimento mais amplo das territorialidades do surfe e seus impactos socioculturais.

Ademais, a pesquisa demonstrou que, embora o território de surfe possua grande relevância não apenas para a comunidade surfista, mas também para o município, sua caracterização como patrimônio ainda carece de reconhecimento institucional. Apesar da recente promulgação de leis que reconhecem Matinhos como a Capital do Surfe e o surfe de Matinhos como patrimônio cultural imaterial, pouco tem sido feito para garantir a integridade desse território diante do avanço do desenvolvimento econômico.

Diante da consolidação histórica e identitária do Pico de Matinhos, torna-se evidente a necessidade de reconhecer e proteger oficialmente o território de surfe. Assim, a proposta apresentada nesta pesquisa é a consagração do Pico de Matinhos e de outros locais de surfe adjacentes como uma Reserva de Surfe, garantindo sua preservação e valorização para as futuras gerações. Essa iniciativa, baseada em um sistema de governança participativa, pode fortalecer a identidade territorial do surfe e contribuir para a gestão equilibrada entre conservação e desenvolvimento.

Conforme demonstrado, o Pico de Matinhos atende aos critérios estabelecidos pelo Programa Brasileiro de Reservas de Surfe, destacando-se especialmente no critério de apoio comunitário, que avalia o nível de engajamento da população local na preservação e gestão do território de surfe. O surfe, sendo um elemento fundamental da identidade territorial de Matinhos, fortalece o vínculo comunitário e o sentimento de pertencimento, proporcionando uma base sólida de apoio para iniciativas de preservação e governança.

Além do próprio município, o litoral paranaense conta com diversas organizações e instituições que atuam em prol da valorização do surfe e da gestão dos territórios costeiros. Desde os primórdios do surfe no Paraná, Matinhos se destacou pela organização da comunidade surfista por meio de associações locais e federações, que desempenharam um papel essencial no desenvolvimento do esporte na região. Mais recentemente, as mobilizações sociais contra os impactos negativos das obras de revitalização da orla sobre as ondas do Pico de Matinhos demonstraram que há um engajamento coletivo em prol da proteção do território e do respeito à dinâmica natural local.

A forte conexão entre a comunidade surfista e o território evidencia o alto potencial para a implementação de um modelo de governança participativa na gestão de uma futura Reserva de Surfe. Essa proposta abre caminho para um equilíbrio entre a crescente pressão do turismo massivo e a preservação da integridade do território de surfe. Um modelo de gestão participativa da reserva poderia fortalecer a autonomia da comunidade surfista, garantindo que as decisões sobre o território sejam tomadas localmente e evitando que ele seja explorado de forma predatória por agentes externos. Dessa forma, a criação da Reserva de Surfe no Pico de Matinhos representa uma oportunidade para proteger esse patrimônio territorial, consolidando-o não apenas como um espaço de prática esportiva, mas como um território de memória, identidade e pertencimento.

REFERÊNCIAS

AEN. **Com investimento de R\$ 2,1 milhões, Matinhos vai receber novo complexo esportivo de surfe.** 2022. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-investimento-de-R-21-milhoes-Matinhos-vai-receber-novo-complexo-esportivo-de-surfe>. Acesso em: 5 mar. 2025.

AEN. **Com uma das melhores ondas longas do País, Matinhos atrai surfistas e turistas.** 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-uma-das-melhores-ondas-longas-do-Pais-Matinhos-atrai-surfistas-e-turistas>. Acesso em: 5 mar. 2025.

AMB. **Estudo De Impacto Ambiental - EIA das Obras de Recuperação da Orla Marítima de Matinhos, Paraná,** 2010. Disponível em: [http://www.antroposmoderno.com/word/libro-EI cuerpo \(final\)\[1\].pdf#page=10](http://www.antroposmoderno.com/word/libro-EI cuerpo (final)[1].pdf#page=10).

ANDRAUS, Reinaldo. **A Grande História do Surf Brasileiro,** 2019.

ANDRAUS, Reinaldo. **Alicerces da história do surf brasileiro.** 2014. Disponível em: <https://surfdragonblog.blogspot.com/2014/07/7-campeonatos.html>. Acesso em: 7 fev. 2025.

ARAMOANA WAITI, Jordan Te; AWATERE, Shaun. Kaihekengarū: Maori Surfers' and a Sense of Place. **Journal of Coastal Research**, v. 87, n. sp1, p. 35–43, 2019.

ARMITANO, Cortney N *et al.* Benefits of Surfing for Children with Disabilities: A Pilot Study. **Palaestra**, v. 29, n. 3, p. 31–34, 2015.

ARNEY, Mat. **Celebrating The Duke.** 2024. Disponível em: <https://surfsimply.com/magazine/celebrating-the-duke>. Acesso em: 3 set. 2024.

ARROYO, Mara *et al.* Indicators to measure pressure, state, impact and responses of surf breaks: The case of Bahía de Todos Santos World Surfing Reserve. **Ocean & Coastal Management**, v. 194, n. May 2019, p. 105252, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2020.105252>.

ATKIN, Edward *et al.* Applicability of management guidelines for surfing resources in California. **Shore & Beach**, n. September 2020, p. 53–64, 2020.

ATKIN, Edward *et al.* Management guidelines for surfing resources. *In: Australasian Coasts and Ports 2019 Conference: Australian Coasts and Ports*, 2019. p. 42–48.

BAILEY, Kenneth. **Methods of social research.** 4th ed: The Free Press, 2007.

BANDEIRA, Marília Martins. Territorial disputes, identity conflicts, and violence in surfing. **Motriz. Revista de Educacao Fisica**, v. 20, n. 1, p. 16–25, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BASÍLIO, Ana Rita Tourais. **O Surf Como Turismo De Nichos: Projetos Surf House – Um Elemento Dinamizador Para O Turismo Na Praia Da Amoreira**: Escola Superior d Hotelaria e Turismo do Estoril, 2015.

BATEMAN, Ian J; MACE, Georgina M. The natural capital framework for sustainably efficient and equitable decision making. **Nature Sustainability**, v. 3, n. 10, p. 776–783, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1038/s41893-020-0552-3>.

BEAUMONT, Emily; BROWN, David. ‘It’s the sea and the beach more than anything for me’: Local surfer’s and the construction of community and communitas in a rural Cornish seaside village. **Journal of Rural Studies**, v. 59, n. February, p. 58–66, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.02.003>.

BENEDET, L; PIERRO, T; HENRIQUEZ, M. Impacts of coastal engineering projects on the surfability of sandy beaches. **Shore and Beach**, v. 04, n. 75, p. 3–20, 2007.

BIGARELLA, João José. **Matinho: homem e terra - reminiscências...** 2. ed. Matinhos: Prefeitura Municipal de Matinhos/Fundação João José Bigarella para Estudos e Conservação da Natureza, 1999.

BIGARELLA, João José. **Matinho: homem e terra, reminiscências...** 3ª ed. Curitiba: [s. n.], 2009.

BIGARELLA, João José. Os sambaquis na evolução da paisagem litorânea sul-brasileira. **Arq. de Biologia e Tecnologia**, v. 9, p. 53–54, 1954.

BLUM, Michael L. **Protecting Surf Breaks and Surfing Areas in California**. 2015. 91 f. - Duke University, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10161/9592>.

BLUM, Michael L; ORBACH, Michael K. First Steps at First Point: Protecting California Surf Breaks and the Malibu Historic District. **Coastal Management**, v. 49, n. 2, p. 201–214, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08920753.2021.1875392>.

BONI, Valdete; QUARESMA, Jurema. Aprendendo a entrevistar como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68–80, 2005.

BOSQUETTI, Marcos Abilio; DE SOUZA, Marcos Antônio. Surfonomics Guarda do Embaú, Brazil: The economic impact of surf tourism on the local economy. p. 25, 2019. Disponível em: <https://www.savethewaves.org/surfonomics/>.

BRASIL, Vinicius Zeilmann; RAMOS, Valmor; GODA, Ciro. a Produção Científica Sobre Surf: Uma Análise a Partir Das Publicações Entre 2000-2011. **Pensar a Prática**, v. 16, n. 3, p. 869–885, 2013.

BRITTON, Easkey. Just add surf: the power of surfing as a medium to challenge and transform gender inequalities. *In*: Sustainable Stoke: Transitions To Sustainability In The Surfing World. Plymouth University Press, 2015.

BRITTON, Easkey; FOLEY, Ronan. Sensing Water: Uncovering Health and Well-Being in the Sea and Surf. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 45, n. 1, p. 60–87, 2021.

BROCHADO, José Proenza. **A Tradição Cerâmica tupiguarani na America do Sul**, 1980.

BROGUEIRA, João Miguel Antunes; PEIXOTO, César José Duarte. Systematization of the Knowledge of Relevant Signals in Evaluating the Surf Zone Symposium Technology in Surfing. n. icSPORTS, p. 104–118, 2015.

BUCKLEY, Ralf. Surf Tourism and Sustainable Development in Indo-Pacific Islands. I. The Industry and the Islands. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 10, n. 5, p. 405–424, 2010.

BURTSCHER, Martina; BRITTON, Easkey. “There Was Some Kind of Energy Coming into My Heart”: Creating Safe Spaces for Sri Lankan Women and Girls to Enjoy the Wellbeing Benefits of the Ocean. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 6, 2022.

BUTT, Tony; RUSSEL, Paul; GRIGG, Rick. **Surf science: An introduction to waves for surfing**. Honolulu: University of Hawaii Press, 2004.

CADDICK, Nick; SMITH, Brett; PHOENIX, Cassandra. The effects of surfing and the natural environment on the well-being of combat veterans. **Qualitative Health Research**, v. 25, n. 1, p. 76–86, 2015.

CALE, Tânia Sofia Lourenço. O surf como potencial produto turístico nos Açores. p. 1–123, 2012. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/4470>.

CAMPBELL, Oakley; ORCHARD, Shane. Development and Application of Local Coastal Knowledge: Insights from New Zealand Surfers. **Coasts**, v. 3, n. 3, p. 175–189, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2673-964X/3/3/11>.

CARAPINHA, Inês Madaíl. A Percepção E Avaliação Da Reserva Mundial De Surf Da Ericeira: Contributos Para O Ordenamento Do Território. p. 120, 2018.

CARTA, Massimo. **La rappresentazione nel progetto di territorio**. Firenze: Firenze University Press, 2011. (Territori). v. 8 Disponível em: <https://books.fupress.com/isbn/9788864532189>.

CHMYZ, Igor. A Lógica Dos Estudos Dos Povos Indígenas Do Paraná (Entrevista), 2016.

CHMYZ, Igor. **A ocupação do litoral dos Estados do Paraná e Santa Catarina por Povos Ceramistas**, 1976.

CHMYZ, Igor. A tradição Tupiguarani no litoral do Estado do Paraná. **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes (Curitiba)**, n. 16, p. 71–95, 2002.

CHMYZ, Igor. **Considerações sobre a ocupação humana do litoral paranaense**, 2012.

CHMYZ, Igor. Considerações Sobre Duas Novas Tradições Ceramistas. n. January, 1968.

CHMYZ, Igor. Pesquisas Arqueológicas no alto e médio Rio Iguaçu. **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas-Resultados Preliminares do Terceiro Ano, 1967-1968**, n. May, p. 103–133, 1969.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6ª ed. Estação Liberdade, 2017.

CILES, Emily Kate Hugues Dit. **The Sustainability Of Surfing Tourism At Remote Destinations**. 2009. - University of Plymouth, 2009.

CLAPHAM, Emily D *et al.* The Ocean as a Unique Therapeutic Environment: Developing a Surfing Program. **Journal of Physical Education, Recreation & Dance**, v. 85, n. 4, p. 8–14, 2014.

COMLEY, Cassie. Fall in Line: How Surfers' Perceptions of Localism, Territoriality and Waves as Limited Resources Influence Surf-related Aggression. **McNair Scholars Research Journal**, n. 15, p. 15–29, 2011.

COMLEY, Cassie. "We have to establish our territory": how women surfers 'carve out' gendered spaces within surfing. **Sport in Society**, v. 19, n. 8–9, p. 1289–1298, 2016.

CORNE, Nicholas P. The implications of coastal protection and development on surfing. **Journal of Coastal Research**, v. 25, n. 2, p. 427–434, 2009.

CORUJA, Luis. **Surf Em Matinhos: Análise Do Pico**. 2020. Disponível em: <https://pranchanova.com/conteudo/analise-do-pico-matinhos-pr/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

COSTANZA, Robert *et al.* The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, v. 387, n. 6630, p. 253–260, 1997. Disponível em: <https://www-nature-com.ezproxy.royalroads.ca/articles/387253a0.pdf>.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. O Surfe E a Moderna Tradição Brasileira. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 15, n. 4, p. 257–286, 2010.

DOERING, Adam. From he'e nalu to Olympic sport: A century of surfing evolution Adam. *In*: HIGHAM, J; HINCH, T (org.). **Sport Tourism Development**. 3.ed. Bristol: Channel View Publications, 2018. p. 200–203.

EARHART, Nicholas Harrison William. **The Effects of Surf-Driven Development on the Local Population of Playa Gigante, Nicaragua**. 2015. - University of Denver, 2015.

EDWARDS, Aaron; STEPHENSON, Wayne. Assessing the Potential for Surf Break Co-Management: Evidence from New Zealand. **Coastal Management**, v. 41, n. 6, p.

537–560, 2013. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08920753.2013.842681>.

FALAIX, Ludovic. L'habiter des surfeurs face au ré-enchantement touristique du littoral aquitain. **Loisir et Societe**, v. 37, n. 1, p. 132–150, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/07053436.2014.881097>.

FALAIX, Ludovic. Une géographie de l'intime : l'exemple des territoires du surf. n, 2009.

FAPESP. **As primeiras estradas de rodagem do Brasil**. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-primeiras-estradas-de-rodagem-do-brasil/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

FARMER, Brad; SHORT, Andrew D. Australian National Surfing Reserves – rationale and process for recognising iconic surfing locations. **Journal of Coastal Research**, n. 50, p. 99–103, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26481564>.

FETTERMAN, David M. **Ethnography: Step by step**. 3. ed. [S. l.]: Sage Publications, Inc, 2010.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da Pesquisa Científica. **UECE - Universidade Estadual do Ceará**, 2002.

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Descobrindo o Brasil, 2004.

GUIBERT, Christophe. O Controle sobre os Espaços (Patrimonialização, Privatização e Monopolização): o Caso das Ondas de Surfe. **Revista TOMO**, n. 34, p. 7–35, 2019.

HEARIN, John Marshall. **A Detailed Analysis of Beach Nourishment and its Impact on the Surfing Wave Environment of Brevard County, Florida**. 2012. 341 f. - Florida Institute of Technology, 2012.

HIGNETT, Amanda *et al.* Evaluation of a surfing programme designed to increase personal well-being and connectedness to the natural environment among 'at risk' young people. **Journal of Adventure Education and Outdoor Learning**, v. 18, n. 1, p. 53–69, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14729679.2017.1326829>.

HUTT, James A; BLACK, Kerry P; MEAD, Shaw T. Classification of Surf Breaks in Relation to Surfing Skill. **Journal of Coastal Research**, n. 29, p. 66–81, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25736206>.

INGERSOLL, Karin E. **Waves of knowing: a seascape epistemology**. [S. l.]: Duke University Press, 2016.

KAFFINE, Daniel T. Quality and the Commons: The Surf Gangs of California. **The Journal of Law and Economics**, v. 52, n. 4, p. 727–743, 2009. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/605293>.

KHACHADOORIAN, Matthew Alan. **Locals Only!: Understanding Localism in San Luis Obispo Surfing**. San Luis Obispo, California: California Polytechnic State University, 2015.

KUNKEL, Catherine M; HALLBERG, Robert W; OPPENHEIMER, Michael. Coral reefs reduce tsunami impact in model simulations. **Geophysical Research Letters**, v. 33, n. 23, p. 4–7, 2006.

LANAGAN, David. Surfing in the Third Millennium: Commodifying the Visual Argot. **The Australian Journal of Anthropology**, v. 13, n. 3, p. 283–291, 2002.

LARSON, Lincoln R; USHER, Lindsay E; CHAPMON, Tara. Surfers as Environmental Stewards: Understanding Place-protecting Behavior at Cape Hatteras National Seashore. **Leisure Sciences**, v. 40, n. 5, p. 442–465, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01490400.2017.1305306>.

LAZAROW, N. The value of coastal recreational resources: A case study approach to examine the value of recreational surfing to specific locales. **Journal of Coastal Research**, n. 50, p. 12–20, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26481547>.

LAZAROW, Neil; MILLER, Marc L; BLACKWELL, Boyd. Dropping in: A case study approach to understanding the socioeconomic impact of recreational surfing and its value to the coastal economy. **Shore & Beach**, v. 75, 2007.

LAZAROW, Neil; MILLER, Marc L; BLACKWELL, Boyd. The value of recreational surfing to society. **Tourism in Marine Environments**, v. 5, n. 2–3, p. 145–158, 2008.

LEFEBVRE, Sylvain; ROULT, Romain. Les nouveaux territoires du surf dans la ville. **Téoros**, v. 28, n. 2, p. 55–62, 2014.

LIMA, Tania Andrade. Em Busca Dos Frutos Do Mar Os Pescadores-Coletores Do Litoral Centro-Sul Do Brasil. **Revista USP**, v. 0, n. 44, p. 270, 2000.

LIMA, Francisco Arenhart Veiga. Estudio para la creación de una Reserva Mundial de Surf en la Playa de Joaquina - Isla de Santa Catarina, SC, Brasil. p. 117, 2011.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, p. 36–51, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>.

LLANTADA, IR; SERAFINI, TZ. Use of Socioenvironmental Criteria to Assess the Certification Potential of a Surfing Reserve in Southern Brazil. **Revista Costas**, v. 6, n. Vol Esp. 2, p. 333–356, 2021.

LONDRINA, Folha de. **Escultura homenageia surfista**. 1999. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/escultura-homenageia-surfista-127898.html?d=1>. Acesso em: 11 fev. 2025.

LOPES, João T; BICUDO, Pedro. Surfing tourism plan: Madeira Island case study. **European Journal of Tourism Research**, v. 16, p. 45–56, 2017.

MACH, Leon; PONTING, Jess. Establishing a pre-COVID-19 baseline for surf tourism: Trip expenditure and attitudes, behaviors and willingness to pay for sustainability. **Annals of Tourism Research Empirical Insights**, v. 2, n. 1, p. 100011, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.annale.2021.100011>.

MAGNAGHI, Alberto. **El Proyecto local: hacia una consciencia del lugar**. [S. l.: s. n.], 2011.

MAGNAGHI, Alberto. La storia del territorio nell'approccio territorialista all'urbanistica e alla pianificazione. *In*: SCIENZE DEL TERRITORIO. Firenze: Firenze University Press, 2017. p. 32–41.

MAGNAGHI, Alberto. Presentazione: Il ritorno dei luoghi nel progetto. *In*: LA RAPPRESENTAZIONE IDENTITARIA DEL TERRITORIO. Firenze: Alinea Editrice, 2005.

MAGNAGHI, Alberto. Una metodologia analitica per la progettazione identitaria del territorio. *In*: RAPPRESENTARE I LUOGHI. METODI E TECNICHE. [S. l.: s. n.], 2001. p. 7–52.

MANERO, Ana; MACH, Leon. Valuing surfing ecosystems: an environmental economics and natural resources management perspective. **Tourism Geographies**, v. 0, n. 0, p. 1–28, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616688.2023.2261909>.

MAROIS, Darryl E; MITSCH, William J. Coastal protection from tsunamis and cyclones provided by mangrove wetlands - A review. **International Journal of Biodiversity Science, Ecosystem Services and Management**, v. 11, n. 1, p. 71–83, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/21513732.2014.997292>.

MARTIN, Steven Andrew; ASSENOV, Ilian. Investigating the Importance of Surf Resource Sustainability Indicators: Stakeholder Perspectives for Surf Tourism Planning and Development. **Tourism Planning & Development**, v. 11, n. 2, p. 127–148, 2014. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21568316.2013.864990>.

MARTIN, Steven Andrew; ASSENOV, Ilian. The genesis of a new body of sport tourism literature: a systematic review of surf tourism research (1997 – 2011). **Journal of Sport**, 2013.

MARTIN, Philippe; OTTAVIANO, Gianmarco IP. Growth and Agglomeration. **International Economic Review**, v. 42, n. 4, p. 947–968, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/826980>.

MARTINS, Robson. **Peterson Rosa e Bruna Schimitz são homenageados em Matinhos**. 2009. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e>

cidadania/verao/peterson-rosa-e-bruna-schimitz-sao-homenageados-em-matinhos-begj1f0nc4j4zhsht15xyb1ou/. Acesso em: 11 fev. 2025.

MATEOS, Manuel Rivera. Paisaje, patrimonio y turismo de surf: Factores de atracción y motivación en el “parque natural del estrecho” (España). **Cuadernos de Turismo**, n. 37, p. 351–376, 2016.

MATINHOS. **SURF DE MATINHOS - SEIS DÉCADAS DE HISTÓRIA**. 2013. Disponível em: <https://culturadematinhos.blogspot.com/2013/07/surf-de-matinhos-seis-decadas-de.html>. Acesso em: 3 set. 2024.

MATINHOS. **Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado - Matinhos**. Conselho do Litoral, 2006.

MATOS, Margarida Gaspar de *et al.* Surfing for Social Integration: Mental Health and Well-Being promotion through Surf Therapy among Institutionalized Young People. **Community Medicine & Public Health Care**, v. 4, n. 1, p. 1–6, 2017.

MATOSO, Thomaz Boschetto. **Wave knowledge e surf Breaks: Descrição do surf break de Pontal do Sul - Paraná, uma perspectiva etnoceanográfica**. 2022. - Universidade Federal do Paraná, 2022.

MATOSO, Thomaz Boschetto; MOURA, Gustavo Goulart Moreira; SERAFINI, Thiago Zagonel. A wave knowledge description of a surf break in Southern Brazil. **Marine Policy**, v. 159, n. October 2023, p. 105928, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2023.105928>.

MCGREGOR, Thomas; WILLS, Samuel. Surfing a wave of economic growth. 2017. Disponível em: https://cama.crawford.anu.edu.au/sites/default/files/publication/cama_crawford_anu_edu_au/2017-04/31_2017_mcgregor_wills.pdf.

MEAD, Shaw *et al.* Wave Quality at Controlling Surfing Surfing Breaks. n. 29, 2015.

MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. O surfe no cinema e a sociedade brasileira na transição dos anos 70/80. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 23, n. 3, p. 283–296, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092009000300009&lng=pt&tlng=pt.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and human well-being: Current state and trends**. Volume 1ed. IslandPress, 2005. Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org/en/products.global.condition.aspx>.

MORI, Nobuhito; KAKUNO, Shohachi; COX, Daniel T. Aeration and Bubbles in the Surf Zone. **Handbook of Coastal and Ocean Engineering: Expanded Edition**, v. 1–2, p. 135–150, 2017.

MOSKA, Leandro. **FPS promove curso de Instrutores e Técnicos em Surf Nível 1**. 2004. Disponível em: <https://www.waves.com.br/arquivo/fps-promove-curso-de-instrutores-e-tecnicos-em-surf-nivel-1/>. .

NARDINI, Dario. 'Living the Dream': Surfing as Cultural Heritage on Australia's Gold Coast. **International Journal of the History of Sport**, v. 36, n. 6, p. 592–610, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09523367.2019.1664475>.

NASCIMENTO, Evandro Cardoso do; DENARDIN, Valdir Frigo; QUADROS, Diomar Augusto de. Do Monumento ao Território: o conceito de patrimônio territorial. **Sociedade e Território**, v. 36, n. 1, p. 76–96, 2024.

NAZER, Daniel. The Tragicomedy of the Surfers' Commons. **Deakin Law Review**, v. 9, n. 2, p. 655–713, 2004. Disponível em: <https://ojs.deakin.edu.au/index.php/dlr/article/view/259>.

NENDEL, Jim. Surfing in Early Twentieth-Century Hawai'i: The Appropriation of a Transcendent Experience to Competitive American Sport. **The International Journal of the History of Sport**, v. 26, n. 16, p. 2432–2446, 2009. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09523360903457049>.

NEUMANN, Barbara *et al.* Future coastal population growth and exposure to sea-level rise and coastal flooding - A global assessment. **PLoS ONE**, v. 10, n. 3, 2015.

NEW ZEALAND GOVERNMENT. **New Zealand Coastal Policy Statement 2010**. 2010. Disponível em: <https://www.doc.govt.nz/about-us/science-publications/conservation-publications/marine-and-coastal/new-zealand-coastal-policy-statement/new-zealand-coastal-policy-statement-2010/>. Acesso em: 11 out. 2022.

NOVAK, Lígia Padilha; LAMOUR, Marcelo Renato. Coastal erosion risk assessment in paraná urbanized beaches. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 22, n. 1, p. 163–185, 2021.

ONOFRE, Erica Vicente. **Necessidades, Possibilidades E Desafios: Uma Investigação Sobre Grandes Projetos De Desenvolvimento E Impactos Cumulativos No Litoral Do Paraná**. 2021. - Universidade Federal do Paraná, 2021. Disponível em: [http://dspace.ucuenca.edu.ec/bitstream/123456789/35612/1/Trabajo de Titulacion.pdf](http://dspace.ucuenca.edu.ec/bitstream/123456789/35612/1/Trabajo%20de%20Titulacion.pdf)<https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2019/01/GUIA-METODOLOGICA-EF.pdf><http://dx.doi.org/10.1016/j.fishres.2013.04.005><https://doi.org/10.1038/s41598->.

ORCHARD, Shane. Legal protection of New Zealand's surf breaks: top-down and bottom-up aspects of a natural resource challenge. **Australasian Journal of Environmental Management**, v. 27, n. 1, p. 6–21, 2020.

ORCHARD, Shane. Regional significance criteria for the assessment of surf breaks. n. July, 2017. Disponível em: <https://www.trc.govt.nz/assets/Documents/Plans-policies/CoastalPlan/Proposed2018/Background/SignificanceCriteria-w.pdf>.

ORCHARD, Shane; REIBLICH, Jesse; DOS SANTOS, Maurício D. A global review of legal protection mechanisms for the management of surf breaks. **Ocean and Coastal Management**, v. 238, n. April, p. 106573, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2023.106573>.

ORTEGA VALCÁRCEL, José. El patrimonio territorial: El territorio como recurso cultural y económico. **Ciudades**, n. 04, p. 31–48, 1998. Disponível em: <https://revistas.uva.es/index.php/ciudades/article/view/1761>.

PABST, Maíra. **Peterson Rosa, o bronco mais querido do surfe brasileiro**. 2020. Disponível em: Maíra Pabst.

PARELLADA, *cl et al.* SAMBAQUIS DO LITORAL PARANAENSE: ESPACIALIDADE, FAUNA ASSOCIADA E DATAÇÕES. **XX PALEO PR/SC 2018**, 2018.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative Research and Evaluation Methods**. 3 ed: Sage Publications, Inc, 2001.

PAULA, Marianna Gonçalves de. No “inside” tem lama: análise a partir da perspectiva dos surfistas de Regência após o rompimento da barragem de Fundão. *In*: CREADO, Eliana Santos Junqueira; ALINE TRIGUEIRO; CLARA CRIZIO DE ARAUJO TORRES (org.). **Vidas de Rio e de Mar: Pesca, Desenvolvimentismo e Ambientalização**. 1ª ed. Vitória: PROEX-UFES, 2018. p. 213–231.

PBRs. **Brasil passa a ter quatro Reservas Nacionais de Surf**. 2024. Disponível em: <https://reservasdesurf.org.br/2024/08/31/brasil-passa-a-ter-quatro-reservas-nacionais-de-surf/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

PBRs. **Governança**. 2024. Disponível em: <https://reservasdesurf.org.br/programa/governanca/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

PBRs. O estado da arte sobre as reservas de surf: Uma visão escalar, do global à proposta de um programa nacional. n. January, p. 34, 2019.

PELEGRINI, Sandra CA. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, p. 115–140, 2006.

PERYMAN, Bailey. **Bay of Plenty surf break Study**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <http://dspace.lincoln.ac.nz/handle/10182/4329>.

PERYMAN, Bailey. **Surf Break Identification and Protection In the Gisborne District**. [S. l.]: Gisborne District Council, 2011.

PERYMAN, Preston Bailey; ORCHARD, Shane. Understanding the Values and Management Needs of New Zealand Surf Breaks. **Lincoln Planning Review**, v. 4, n. 2, p. 8–18, 2013. Disponível em: <http://journals.lincoln.ac.nz/index.php/LPR/article/view/653/523>.

PERYMAN, P; ORCHARD, Shane. Understanding the values associated with New Zealand surf breaks and implications for management. **Lincoln Planning Review**, v. 4, n. 2, p. 8–18, 2013. Disponível em: <https://researcharchive.lincoln.ac.nz/handle/10182/5575>.

PIERRI, Naína *et al.* A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 13, p. 137–167, 2014.

PINTO, Luís FM. **How many surfers are there in the world?** 2024. Disponível em: https://www.surfertoday.com/surfing/how-many-surfers-are-there-in-the-world#google_vignette. Acesso em: 3 set. 2024.

PLANTIN, Corinne. Le surf dans les Petites Antilles : un agent actif des mutations littorales. **Études caribéennes**, n. 4, 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etudescaribeennes/703>.

POLI, Daniela. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. *In*: MELONI, Benedetto (org.). **Areie interne e progetti d'area**. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015. p. 123–140. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2158/1024533>.

POLI, Daniela. Processi storici e forme della rappresentazione identitaria del territorio. *In*: SCIENZE DEL TERRITORIO. [S. l.: s. n.], 2017. v. 5, p. 42–53.

POLI, Daniela. Rappresentazione delle identità storico-morfologiche dei. **Rappresentare i luoghi. Metodi e tecniche**, p. 1–79, 2001.

PONTING, Jess; O'BRIEN, Danny. Liberalizing Nirvana: an analysis of the consequences of common pool resource deregulation for the sustainability of Fiji's surf tourism industry. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 22, n. 3, p. 384–402, 2014.

PRESTON-WHYTE, Robert. Constructions of surfing space at Durban, South Africa. **Tourism Geographies**, v. 4, n. 3, p. 307–328, 2002.

PRONAPA. **Arqueologia Brasileira em 1968**. Bélem: Publicações Avulsas nº 12, 1969.

PROVDANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar De. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2013. ISSN 1098-6596. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book Metodologia do Trabalho Cientifico.pdf>.

QUIVY, R. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Gradiva, 1998. Disponível em: <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2018/09/quivy-manual-investigacao-novo.pdf>.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA>

DISCIPLINAS POS-GRADUACAO/CLAUDE REFFESTIN/RAFFESTIN, Claude - Por uma Geografia do Poder(3).pdf.

RAMOS, Valmor; BRASIL, Vinicius Zeilmann; GODA, Ciro. O conhecimento pedagógico para o ensino do surf. **Revista da Educacao Fisica**, v. 24, n. 3, p. 381–392, 2013.

REIBLICH, Jesse. Greening the Tube: Paddling Toward Comprehensive Surf Break Protection. **Environs Environmental Law & Policy Journal**, v. 37, n. 1, p. 45–71, 2013.

REINEMAN, Dan R *et al.* Conservation Opportunities Arise From the Co-Occurrence of Surfing and Key Biodiversity Areas. **Frontiers in Marine Science**, v. 8, n. May, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fmars.2021.663460/full>.

REINEMAN, Daniel R. The utility of surfers' wave knowledge for coastal management. **Marine Policy**, v. 67, p. 139–147, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2016.01.023>.

REINEMAN, Dan R; THOMAS, Leif N; CALDWELL, Margaret R. Using local knowledge to project sea level rise impacts on wave resources in California. **Ocean & Coastal Management**, v. 138, p. 181–191, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2017.01.020>.

REIS, Patrícia; JORGE, João Paulo. O turismo de surf em Peniche: um novo paradigma, um velho território. **International Tourism Congress, 8th**, p. 1–11, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.8/5888>.

RESEARCHANDMARKETS. **Surfing - Global Strategic Business Report**. 2024. Disponível em: https://www.researchandmarkets.com/report/surfing?utm_source=BW&utm_medium=PressRelease&utm_code=l46x8t&utm_campaign=1915960+-+Global+Surfing+Business+Report+2023%3A+Market+to+Reach+%245.5+Billion+by+2030+-+Adaptive+Surfing%2C+Luxury+Surf+Tourism%2C+and+I. Acesso em: 3 set. 2024.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. A tradição ceramista tupiguarani no Sul do Brasil. *In*: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (org.). **OS CERAMISTAS TUPIGUARANI**. 2 ed. 2016.

ROMÁN, Cristina *et al.* Surfing the waves: Environmental and socio-economic aspects of surf tourism and recreation. **Science of the Total Environment**, v. 826, 2022.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. Disponível em: <https://www.editorasorian.com.br/>.

SAMPAIO, Roberto. Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 169–186, 2006.

SANTOS, Antonio Vieira dos. **Memoria Historica Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e do Seu Municipio**. 1850.

SANTOS, Diana Lúcia Silva. Turismo de Surf na cidade de Peniche: Dimensão turística e estratégias de desenvolvimento. Case Study Rip Curl Pro. 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 4^a ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SCARFE, Bradley Edward. **Oceanographic Considerations for the Management and Protection of Surfing Breaks**. 2008. - University of Waikato, 2008. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10289/2668>.

SCARFE, Bradley E *et al.* Sustainable management of surfing breaks: Case studies and recommendations. **Journal of Coastal Research**, v. 25, n. 3, p. 684–703, 2009.

SCARFE, BE *et al.* **The Science of Surfing Waves and Surfing Breaks - A Review**. San Diego: Scripps Institution of Oceanography Technical Report, 2003. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/6h72j1fz>.

SCARFE, Bradley E; HEALY, Terry R; RENNIE, Hamish G. Research-Based Surfing Literature for Coastal Management and the Science of Surfing: A Review. **Journal of Coastal Research**, v. 25, n. 3, p. 539–557, 2009.

SCHEIBEL, Dean. “Making waves” with burke: Surf Nazi culture and the rhetoric of localism. **Western Journal of Communication**, v. 59, n. 4, p. 253–269, 1995.

SCHESKE, Christel *et al.* Surfing and marine conservation: Exploring surf-break protection as IUCN protected area categories and other effective area-based conservation measures. **Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems**, v. 29, n. S2, p. 195–211, 2019.

SCHMITT, Anne; BOHUON, Anaïs. When women surf the world’s biggest waves: breaking gender barriers. **Sport in Society**, v. 25, n. 10, p. 1924–1939, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17430437.2021.1897108>.

SCHRÖTER, Matthias *et al.* Ecosystem Services as a Contested Concept: A Synthesis of Critique and Counter-Arguments. **Conservation Letters**, v. 7, n. 6, p. 514–523, 2014.

SHUMAN, CS; HODGSON, G. Reefs = Barrels The Quiksilver Crossing Reef Check Expedition. **Reef Journal**, v. 1, n. 1, p. 131–139, 2009.

SILVA, Paula Cristina da Costa; COLA, Ananda Carvalho; MARTINS, Mariana Zuaneti. Sozinhas No Pico? Suportes E Barreiras Para O Surfe Praticado Por Mulheres. **Revista Corpoconsciência**, v. 28, n. 17220, p. 1–17, 2024.

SILVA, Susana Ferreira; FERREIRA, José Carlos. Beach Carrying Capacity: The physical and social analysis at Costa de Caparica, Portugal. **Journal of Coastal Research**, v. 65, n. July 2015, p. 1039–1044, 2013.

SKELLERN, M *et al.* **Planning approaches for the management of surf breaks in New Zealand**. 2013. Disponível em: <http://dspace.lincoln.ac.nz/handle/10182/9866>. Acesso em: 11 out. 2022.

STUHL, Amanda; PORTER, Heather. Riding the Waves: Therapeutic Surfing to Improve Social Skills for Children with Autism. **Therapeutic Recreation Journal**, v. XLIX, n. 3, p. 253–256, 2015.

STW. **Save the Waves - Strategic Plan 2020-2025**. [S. l.]: Save the Waves Coalition, 2020. Disponível em: www.savethewaves.org/programs/world-surfing-reserves/.

TOWNER, Nicholas; DAVIES, Sharyn. Surfing tourism and community in Indonesia. **Journal of Tourism and Cultural Change**, v. 17, n. 5, p. 642–661, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14766825.2018.1457036>.

VERSIANI, Alexandre. **Um dos picos mais icônicos do Brasil, Regência agora tem suas ondas protegidas por lei**. 2024. Disponível em: <https://gooutside.com.br/regencia-protetida-por-lei/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

WALKER, Isaiah Helekunihi. Hui Nalu, Beachboys, and the Surfing Boarder-lands of Hawai'i. **The Contemporary Pacific**, v. 20, n. 1, p. 89–113, 2008. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/231441>.

WARSHAW, Matt. **The encyclopedia of surfing**. [S. l.]: Houghton Mifflin Harcourt, 2005.

WAVES. **Ascensão de Luara Mandelli**. 2023. Disponível em: <https://www.waves.com.br/noticias/feminino/competicao-feminino/wqs/ascensao-de-luara-mandelli/>.

WAVES. **Aulas de surfe invadem escolas paranaenses**. 2005. Disponível em: <https://www.waves.com.br/arquivo/aulas-de-surf-invadem-escolas-paranaenses/>. Acesso em: 9 fev. 2025.

WAVES. **Escola Brothers Rosa movimentada Matinhos**. 2004. Disponível em: <https://www.waves.com.br/arquivo/escola-brothers-rosa-movimentada-matinhos/>. Acesso em: 9 fev. 2025.

WAVES, Save The. **Surfonomics**. 2025. Disponível em: <https://www.savethewaves.org/pt/surfonomics/>.

WHEATON, Belinda *et al.* Coastal communities, leisure and wellbeing: Advancing a trans-disciplinary agenda for understanding ocean-human relationships in aotearoa

new zealand. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 2, p. 1–20, 2021.

WHITE, MP *et al.* The “Blue Gym”: What can blue space do for you and what can you do for blue space? **Journal of the Marine Biological Association of the United Kingdom**, v. 96, n. 1, p. 5–12, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ANEXO 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data entrevista:

Local:

Nome:

Idade:

1. Me conte sobre sua relação com Matinhos: você nasceu na cidade? Se não, de onde veio?
2. Onde, como e quando você iniciou no surfe? Me conte esse processo!
3. Você tem lembranças do seu primeiro contato surfando no Pico de Matinhos? poderia relatar?
4. Você possui alguma ocupação ou exerce alguma atividade profissional? Ela tem alguma relação com o Pico de Matinhos?

Velha guarda

1. Quando você começou a surfar, o que se sabia sobre o surfe na época? Quais eram as influências ou referências que você tinha?
2. Como eram as primeiras pranchas e equipamentos de surfe? Vocês tinham dificuldades para encontrar material adequado?
3. Quem foram os primeiros surfistas de Matinhos? Consegue me indicar nomes?
4. Havia surfistas de outras cidades, como Curitiba, ou de outros estados, como Santa Catarina, no Pico de Matinhos? Como você descreveria essa interação entre os surfistas locais e os de fora?
5. Como você vê a nova geração de surfistas que surgiu depois de vocês? Você acha que há algo que vocês passaram para eles, como estilos de surfe, valores ou tradições?

Contemporâneos

1. Você conhece histórias ou ouviu relatos sobre os primeiros surfistas e os primeiros momentos do surfe em Matinhos? Quem eram esses surfistas e como era o Pico na época?
2. Você sente que há algum tipo de herança ou legado deixado pelos primeiros surfistas que molda o surfe e a cultura no Pico hoje?

TDR

Olhando para esta imagem de 1937, e com base na sua experiência no Pico:

6. **Desde que você começou a surfar no Pico, quais mudanças na natureza você notou? Como a praia, a vegetação ou o mar mudaram na sua opinião?**
7. **Desde que você começou a surfar no Pico, quais mudanças você percebeu nas construções, comércios e ruas da área? O que apareceu ou mudou por aqui?**

Identidade

1. Na sua opinião, o que torna o Pico de Matinhos único? O que caracteriza a identidade desse lugar para você?
2. O Pico de Matinhos é importante para o Município? De que maneira?
3. De que maneira o Pico de Matinhos é importante para você?
4. Existe alguma relação entre os comércios locais com o Pico de matinhos? De que forma?

Sobre as ondas

1. O que você acha que faz a onda do Pico de Matinhos ser tão boa?

Localismo

1. Como você vê o localismo no Pico de Matinhos? Você acha que ele existe aqui? Em que situações ele é mais visível?
2. Você acha que o localismo no Pico de Matinhos mudou ao longo dos anos? Como ele era no início e como está hoje? (pergunta para a vanguarda)

Há algo mais sobre o Pico de Matinhos ou sua experiência como surfista que você gostaria de compartilhar?

ANEXO 2 - Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: PICO DE MATINHOS: PATRIMÔNIO TERRITORIAL DO SURFE
Pesquisador/a responsável: Diomar Augusto de Quadros; Evandro Cardoso do Nascimento
Pesquisador/a assistente: Thomaz Boschetto Matoso
Local da Pesquisa: Matinhos, Paraná
Endereço: Avenida Atlântica, Matinhos

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para tirar suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou depois de assiná-lo, você poderá buscar orientação junto a equipe de pesquisadores. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada PICO DE MATINHOS: PATRIMÔNIO TERRITORIAL DO SURFE, tem como objetivo compreender a história e peculiaridades do Pico de Matinhos, explorando suas identidades únicas e as marcas territoriais que o consagram como um patrimônio territorial do surfe. Para alcançar esse objetivo, adotamos alguns objetivos específicos. O primeiro é descrever o processo histórico de ocupação do Pico de Matinhos, assim como todo o seu desenvolvimento ao longo do tempo, dando atenção às transformações que moldaram e influenciaram a identidade e evolução do Pico. O segundo objetivo é a construção de um Atlas do Patrimônio Territorial, que consistirá em uma coleção de mapas ilustrando as características específicas do Pico de Matinhos.

Participando do estudo você está sendo convidado/a a: fazer parte de uma entrevista que contém perguntas fechadas (exemplo: há quanto tempo você surfa?) e perguntas abertas (exemplo: qual a importância do Pico de Matinhos para você?). Esta entrevista poderá ter entre 1 a 2 horas de duração, dependendo de seu andamento. A entrevista ocorrerá apenas uma única vez.

Desconfortos e riscos:

i) Desconfortos e riscos: Participando desta pesquisa é possível que você sinta alguns desconfortos além de estar suscetível a alguns riscos. Durante a entrevista podem surgir questões sensíveis relacionadas ao Pico de Matinhos, podendo gerar desconforto emocional ou reflexões pessoais. Além disso, é possível que você se sinta preocupação quanto à sua privacidade, uma vez que poderá estar divulgando informações pessoais. Existe também o risco potencial de identificação pessoal, apesar das medidas adotadas para garantir a anonimidade;

ii) Providências e cautelas: Portanto, algumas medidas são tomadas para amenizar estes desconfortos e riscos possíveis. A confidencialidade das informações será rigorosamente mantida, seu nome não será divulgado, sendo utilizado pseudônimos quando necessário (exemplo: participante 1). As informações compartilhadas serão utilizadas apenas para os fins desta pesquisa, somente os pesquisadores terão acesso a elas. A entrevista deve ocorrer em um ambiente seguro, livre de influências externas. As informações sensíveis ou íntimas serão tratadas com máximo respeito, podendo o participante se recusar a responder qualquer pergunta que lhe traga desconforto. Qualquer dúvida quanto a pesquisa, ou as perguntas, é garantido o esclarecimento a qualquer momento.

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____

iii) Benefícios: O participante será beneficiado ao participar desta pesquisa uma vez que contribuirá para o entendimento do Pico de Matinhos e todos os processos de transformação e evolução que lhe conferem o status de patrimônio territorial. Ao fornecer sua perspectiva, opiniões e histórias, será possível contribuir para a formulação de políticas públicas e estratégias de planejamento territorial, colaborando para que os responsáveis pelo desenvolvimento local criem planos mais eficazes que atendem às necessidades e especificidades do Pico de Matinhos e seus usuários e, com isso, contribuir para uma qualidade de vida e bem-estar geral dos indivíduos que estão conectados com este lugar.

Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após o término da pesquisa, sob responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável (Resol. 466/2012 e 510/2016).

Forma de armazenamento dos dados: Os dados fornecidos pelo participante serão armazenados de maneira digital.

Sigilo e privacidade: Você tem garantia de manutenção do sigilo e da sua privacidade durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário. Ou seja, seu nome nunca será citado, a não ser que você manifeste que abre mão do direito ao sigilo.

() Permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos unicamente para esta pesquisa e tenho ciência que a guarda dos dados são de responsabilidade do(s) pesquisador(es), que se compromete(m) em garantir o sigilo e privacidade dos dados.

() Não permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos para esta pesquisa.

Ressarcimento e Indenização: Nesta pesquisa não está previsto o ressarcimento de despesas, uma vez que as entrevistas ocorrerão em horário e dia definido pelo participante, respeitando sua rotina para evitar qualquer impacto financeiro. Entretanto, reconhecemos a possibilidade de situações imprevistas. Caso, durante o decorrer da pesquisa, o participante identifique alguma despesa associada à sua participação que considere necessária de ressarcimento, solicitamos que informe ao pesquisador. Por isso, será garantida a compensação material dos gastos decorrentes da participação na pesquisa, ou seja, despesas do participante e seus acompanhantes, tais como transporte e alimentação.

Diante de eventual despesa, você será ressarcido pelo (s) pesquisador (es). Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Resultados da pesquisa: Você terá garantia de acesso aos resultados da pesquisa. Antes mesmo da publicação dos resultados da pesquisa, será encaminhado para os participantes um documento digital que apresentará os principais resultados obtidos. Com o devido consentimento de publicação por parte dos participantes, os resultados serão publicados nos meios eletrônicos da Universidade Federal do Paraná e em meios científicos, como por exemplo artigos científicos ou apresentações em conferências. Os participantes serão convidados a participarem na apresentação e defesa da dissertação de mestrado, portanto, quando houver uma data definida, você receberá um convite!

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o(s) pesquisador(es):

Pesquisador responsável: Diomar Augusto de Quadros; Evandro Cardoso do Nascimento

Endereço: Secretaria do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, UFPR-Litoral, Rua Jaguariaíva, 512, Matinhos - PR, 83260-000

Telefone: UFPR-Litoral (41)3511-8300; Prof. Diomar (41) 9918-5109; pesquisador Thomaz (41) 9985-9828

E-mail: diomar@ufpr.br; evandrohistoria@hotmail.com; thomazmat@gmail.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná, Telefone: (41) 3360 – 5094 ou pelo e-mail cep_chs@ufpr.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Você tem o direito de acessar este documento sempre que precisar. Para garantir seu direito de acesso ao TCLE, este documento é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo/a pesquisador/a e pelo/a participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o/a pesquisador/a.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR sob o número CAAE nº [78269824.2.0000.0214 e aprovada com o Parecer número 6.840.086 emitido em 22/05/2024.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas, informo que aceito participar.

Nome do/a participante da pesquisa:

(Assinatura do/a participante da pesquisa)

Data: ____/____/____.

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____